DOCAPESCA

PORTOS E LOTAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2009

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- 1. Mensagem do Conselho de Administração 5
- 2. Governo da Sociedade 10
  - Proposta de Aplicação de Resultados 23
- 3. Balanço e Demonstração dos Resultados 25
  - Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados 31
- 4. Performance da Docapesca 78
  - Análise Económico-Financeira 79
  - Recursos Humanos 83
  - Estatística 89
  - Exploração 99
  - Comercial e Marketing 104
  - Informática 110
  - Infra-estruturas e Manutenção 111
- 5. Relatório e Parecer do Fiscal Único, Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria 117

RELATÓRIO DO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

No seu artigo 3.º, os Estatutos da Docapesca – Portos e Lotas, SA definem o objecto da Sociedade:

> *Art.3.º – A sociedade tem por objecto a exploração de portos de pesca e lotas, em regime de concessão ou outro, a prestação de serviços de primeira venda de pescado, a exploração de infra-estruturas de apoio aos utentes, a produção de gelo e frio, bem como quaisquer outras actividades conexas.*

Ao actuar nestes domínios de intervenção dos negócios da pesca, cabe à Docapesca manter a sua missão de garantir a criação de valor, seja para a empresa, seja para os seus parceiros institucionais, directos ou indirectos, a saber, o Sector da Pesca. Uma acção prospectiva na melhoria das condições que proporciona, nas áreas que estão definidas como objecto seu, caminhando para a modernização dos processos, para a inovação, perspectivando novas possibilidades de negócio em parceria, preferencialmente em diálogo com o Sector.

Esta orientação, iniciada em 2008, continuou e intensificou a sua prossecução no ano de 2009, durante o qual, se desenvolveu a concretização de um conjunto de iniciativas que concorrem para a realização do projecto de reestruturação da Empresa, de acordo com as orientações recebidas de S. Excelências o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e o Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas. A alteração governamental entretanto ocorrida não alterou o mandato de reestruturação, mantendo a decisão de permanência da Docapesca na sua configuração jurídica actual.

O documento para a reestruturação, já apresentado no ano anterior à Assembleia Geral, continua a ser o elemento orientador das grandes linhas de intervenção dos vários sectores da Empresa. Permanecem assim, com enorme relevância, os factores que influenciam a formação do preço/valorização do pescado. Numa estratégia de reforço dessa valorização, considerada cumulativamente benéfica para o Sector e para a Empresa, as áreas que continuamos a considerar como determinantes para a formação do preço/ valorização do pescado são:

- Segurança e Qualidade Alimentar;
- Economia;
- Nominalização do pescado/Marca;
- Modernização;
- Abertura ao sector.

A implementação do projecto acompanhou o que se tinha previsto no Plano de Actividades e no Orçamento para 2009, tendo-se concretizado um grande número de iniciativas que neste relatório são relevadas e das quais salientaremos as que consideramos mais relevantes.

Dinamização interna à empresa – Com envolvimento dos seus actores mais relevantes, o princípio da manutenção de regras de controlo e redução de custos, a redefinição da função financeira da empresa, a implementação de novas estratégias de intervenção, a aplicação de novos sistemas organizacionais, a redução de efectivos, a identificação dos investimentos necessários face ao projecto definido.

Dinamização junto dos parceiros externos à empresa – Continuação da negociação com todas as autarquias onde existem lotas e postos de vendagem, da negociação com as Administrações Portuárias e o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), com as Organizações de Produtores, com as Associações de Armadores, com o sector da comercialização e suas instituições representativas, os Sindicatos etc.

No decurso de 2009 foram reforçadas as acções de captação de novos compradores e de novas oportunidades de mercado. O relacionamento que foi possível estabelecer com as grandes superfícies, potenciais escoadores de quantidades significativas de pescado, a relação de trabalho com a AHRESP, no sentido de estabelecer novos canais de comercialização, a preparação de medidas de valorização positiva do pescado na alimentação, com presença institucional em feiras e mercados interessantes para a frota portuguesa, são disso alguns exemplos. Igualmente, 2009 fica marcado pela implementação de uma nova imagem do Comprovativo de Venda em Lota (CCL), projecto concebido pela Docapesca, cujo objectivo fundamental é a identificação do pescado transaccionado nas lotas do continente português junto do consumidor final, e que candidatámos ao PROMAR.

O projecto de que se espera mais possa influenciar e ter resultados determinantes na valorização do pescado – o ***leilão online*** – teve o seu lançamento como projecto-piloto na Lota de Peniche, no primeiro semestre de 2009. Esperamos o seu alargamento às lotas de Matosinhos, Figueira da Foz, Sesimbra e Portimão se concretize durante o ano de 2010 com a aprovação da respectiva candidatura a fundos comunitários.

Continuou a destacar-se, como factor relevante de valor acrescentado, a melhoria nos serviços prestados aos Armadores/ Pescadores e Comerciantes de pescado. A harmonização de procedimentos, com o objectivo de criar boas condições financeiras a Armadores e Pescadores nas vendas em lota, manteve o seu propósito.

O registo estatístico de todo o pescado transaccionado é um elemento essencial para a definição das políticas, a nível nacional e europeu, e uma ferramenta incontornável para a gestão da Empresa. Também os sectores da Produção e Comercialização beneficiam da informação produzida. Estes são sectores onde implementámos tecnologia mais adequada e actualizada, tendo já o *feedback* do

sector da Produção reflectido os efeitos positivos de uma iniciativa que se vai prosseguir no próximo ano, com o Projecto MODES, em colaboração com a Universidade Nova.

Este ano a Docapesca encerra o exercício com um lucro de 116 mil Euros, invertendo uma longa série de anos com resultados negativos de exploração, apesar de uma quebra de 15,3% (21 mil toneladas) nas quantidades apresentadas para venda em lota, a qual foi parcialmente compensada por um aumento do seu preço médio em 3%.

Esta quebra dos proveitos da Primeira Venda de Pescado em lota já havia sido prevista no final do ano de 2008, pelo que a empresa pautou a sua actividade, ao longo do ano de 2009, por uma rigorosa contenção dos custos operacionais, destinada a minorar o previsível impacto daquela redução.

O saldo líquido de Trabalhadores, entre os anos 2009-2008 – menos vinte e dois –, reflecte o resultado do processo de reestruturação na área de redução de efectivos, da racionalização dos recursos humanos e da reorganização do sistema de produção.

Vale aqui a pena referir que o Conselho de Administração se congratula com a performance do ano de 2009, cuja pormenorização se remete para o capítulo respectivo, embora se tenha consciência de que este conjunto de resultados é um início motivador para um caminho de consistência e permanência ao longo do tempo.

A modernização dos equipamentos, dos procedimentos que podem melhorar o *ratio* de exploração das lotas e o investimento na climatização foram objecto de preparação de projectos e candidaturas a fundos comunitários que, esperamos, tenham concretização adequada já no ano de 2010.

O reforço da segurança alimentar inscreve-se neste objectivo de inovação, aumentando ainda mais a qualidade do pescado que sai das lotas, contribuindo assim para a sua valorização. A aplicação em todas as lotas do *Hazard Analysis of Critical Control Points* (HACCP), metodologia de controlo concebida para analisar e controlar os riscos sanitários associados a produtos alimentares, foi concluída e encontra-se praticamente implementada nos equipamentos – entrepostos e fábricas de gelo.

As diligências junto das entidades portuárias, no sentido da resolução dos dossiers de contencioso em curso, obtiveram a nossa atenção ao longo do ano. Foram feitas propostas de solução de contenciosos, para os quais não foi possível obter a concordância da outra parte, foi proposto um modelo de contrato de concessão para o Porto da Figueira da Foz, que continua em apreciação, e iniciou-se o pagamento previsto no protocolo com o IPTM Sul que, entretanto, foi aprovado pelo Serviço de Finanças.

Ocorreu sem percalço a mudança da Empresa para o seu anterior espaço, em Pedrouços, permitindo à Docapesca uma redução significativa dos seus custos com o arrendamento do edifício da sede.

Por fim, tem particular relevo o esforço efectuado na reorganização da função financeira do qual resultou uma centralização dos processos em cinco núcleos, reconvertendo e optimizando funções e recursos. Este novo modelo de gestão da performance deu consistência ao modelo que se pretende implementar na reorganização das Delegações, tendo-se durante o ano de 2009 procedido à extinção das Delegações de Lisboa, Figueira da Foz e Aveiro. As duas últimas deram lugar à nova Delegação Centro Norte.

O Conselho de Administração tem consciência de que a difícil tarefa iniciada nesta Empresa no ano de 2008 não está terminada e que, tal como se previu, algum tempo será necessário para que se concretize a melhor solução para uma reestruturação conseguida, ou seja, uma reestruturação que contribua para acrescentar valor ao Sector da Pesca nacional. Sabemos que a Empresa pode contar com os seus Trabalhadores, nos quais reconhece um potencial de valor incontornável, que vale a pena valorizar cada vez mais.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Adelaide Torradinhas Rocha

João Manuel de Sousa Santos Reis

João Francisco Ferreira da Fonseca

PERSPECTIVAS

No Relatório e Contas de 2009 estão já em evidência as iniciativas que consubstanciam o início de um caminho consistente de transformação do modelo de gestão da Docapesca. Assumido o projecto de reestruturação para o qual fomos mandatados, os anos que se seguem serão, igualmente, de mudança e mais concretização.

Continuamos a crer no contributo de muitas entidades que esperamos connosco colaborem, em termos de intervenção articulada, na solução dos diferenciados temas que compõem a presença da Docapesca no Sector das Pescas.

A modernização dos equipamentos, dos procedimentos, o investimento na climatização – as novas lotas poderão prosseguir com a aprovação pelo PROMAR das respectivas candidaturas –, a racionalização dos recursos humanos e financeiros, a reorganização do sistema de produção, a inovação, a melhoria no sector das novas tecnologias, o alargamento dos mercados do pescado e respectiva valorização, a manutenção do equilíbrio económico-financeiro da Empresa, e as medidas de segurança e qualidade alimentar são, entre outras, iniciativas que no ano de 2010 encontram concretização no plano de actividades da Empresa.

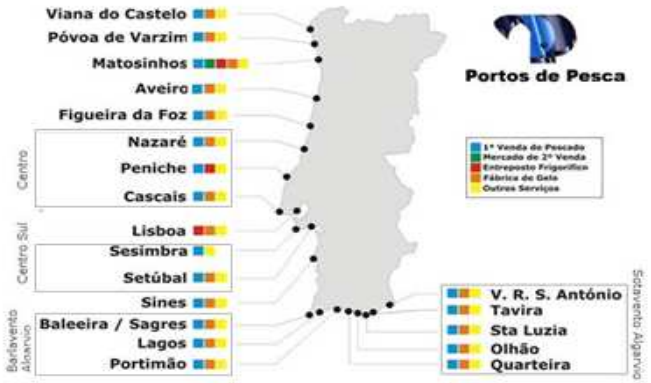
2. GOVERNO DA SOCIEDADE

1. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA

MISSÃO

ENQUADRAMENTO

A Docapesca – Portos e Lotas, SA é a entidade que, nos termos do Decreto-Lei n.º 107/90 de 27 de Março, tem a seu cargo no continente português, o serviço público da prestação de serviços de Primeira Venda de Pescado, bem como o apoio ao Sector da Pesca e respectivos portos. A Docapesca, pelas suas características, está presente em todo o país.



A actividade da Docapesca cinge-se fundamentalmente a duas actividades de negócio:

	1.ª VENDA DE PESCADO SERVICO PÚBLICO	ACTIVIDADES CONEXAS
Actividade	Promover a venda do pescado fresco e refrigerado por leilão ou contrato. Controlo higio-sanitário de todo o pescado.	Serviços de apoio ao Sector, através do aluguer de armazéns, entrepostos frigoríficos, mercado de segunda venda, venda de gelo, combustíveis e aprestos.
Principais Activos	• 10 Delegações • 15 Lotas principais • 48 Postos de Vendagem	• 1 Mercado de Segunda Venda • 3 Entrepostos Frigoríficos • 15 Lojas de Aprestos • 555 Armazéns • 24 Fábricas de Gelo • 6 Postos de Combustível

MISSÃO

A Docapesca tem por objecto social actuar nos negócios do Sector da Pesca a saber, a Primeira Venda do Pescado e actividades conexas, criando as condições adequadas para a produção e para a comercialização, explorando novos caminhos e competências que garantam a criação de valor para a empresa, parceiros e sociedade.

Âncora no Sector da Pesca, contribuindo de forma determinante para a sua inovação, crescimento e garantia da excelência do pescado, alicerçada numa cadeia de valor que se pretende em expansão, a Docapesca ambiciona realizar e sustentar um conjunto de iniciativas, através de:

- ***Inovação*** – Implementação de novos métodos e processos, novos negócios e competências;
- Investimento em ***responsabilidade social***, dedicando uma activa atenção aos problemas das comunidades de Armadores/Pescadores, sobretudo nas localidades tradicionalmente dependentes da pesca extractiva, em articulação estreita com as Autarquias locais; em ***responsabilidade ambiental*** e ***cívica*** e em ***qualidade e segurança alimentar*** (com a introdução da normalização, certificação e rastreabilidade dos produtos do mar e a garantia de condições higio-sanitárias);
- ***Cooperação***, inspirando confiança, por conduta exemplar, no trabalho em equipa e nas relações contratuais e negociais.

PRINCIPAIS OBJECTIVOS QUE SUPORTAM A ESTRATÉGIA DA DOCAPESCA

Considerando a missão, o objecto social e as directrizes do Accionista com vista a uma reestruturação, cujo ponto essencial é a valorização do pescado, os grandes objectivos para 2010 são:

I – Segurança e Qualidade Alimentar

Introdução e reforço das condições de segurança e qualidade alimentar, em todos os edifícios, equipamentos e procedimentos da empresa.

II – Economia

Readaptação da rede de lotas e postos de vendagem à oferta e à procura actual e expectável.

III – Nominalização do pescado/ Marca

Desenvolvimento de uma marca vai diferenciar o pescado junto do Retalho e do consumidor final, valorizando o pescado português, capturado em águas portuguesas por embarcações portuguesas.

IV – Modernização

Reconversão dos Recursos Humanos, novo sistema de gestão, sistema de venda de pescado online e página de Internet, eficiência ambiental, informatização, reestruturação comercial, comunicação, medição da satisfação dos clientes.

V – Abertura ao Sector

Optimizar, assegurar e estabelecer novas formas de relacionamento com o Sector.

OBJECTIVOS DE GESTÃO PARA 2009

Em 29 de Abril de 2008, a Assembleia Geral elegeu os novos Órgãos Sociais para o triénio 2008/2010, com orientação para iniciar uma profunda reestruturação, resultante dos estudos encomendados pela Tutela. Na Assembleia Geral de 15 de Maio de 2009, face à apresentação desses mesmos objectivos e para que se iniciasse a concretização de uma nova política para a empresa, baseada na análise dos principais vectores de incidência da reestruturação da Docapesca, a Tutela aprovou objectivos de gestão para o ano de 2009.

Objectivos Quantitativos	Objectivo 2009	Execução
Custos Operacionais / EBIDTA	8,54	7,56
Custos com o Pessoal / EBIDTA	3,75	3,18
Taxa de Variação dos Custos com o Pessoal	-6,49%	-16,94%
EBIDTA / Juros Líquidos	10,27	68,03
Volume de Negócios (mil €)	29.890	26.962
Margem EBIDTA (%)	12,21%	14,19%
Resultados Líquidos (mil. €)	100	116
PMP (dias)	58	68
Objectivos Qualitativos	**Objectivo 2009**	**Execução**
Segurança e Qualidade Alimentar	4,25	3,00
Economia	3,00	3,80
Nominalização do Pescado / Marca	5,00	3,60
Modernização	4,00	4,02
Abertura ao Sector	4,00	4,20

Nos objectivos quantitativos, a Docapesca não conseguiu atingir dois dos oito propostos. O volume de negócios ficou cerca de 2 M€ abaixo do objectivo. Salientamos que este objectivo está relacionado com o montante de capturas de pescado ao nível nacional pelos Armadores, do qual obviamente a Docapesca não tem qualquer controlo ou influência. Quanto ao Prazo Médio de Pagamentos (PMP), a Empresa apesar de ter diminuído relativamente ao ano de 2008, não conseguiu atingir o objectivo

de cinquenta e oito dias. Este PMP resulta como consequência do investimento efectuado na parte final do ano e ainda pelo facto de que a maioria dos fornecedores de aprestos tem um prazo médio de recebimentos de noventa dias.

Quanto aos objectivos qualitativos, associados ao Plano de Actividades Estratégicas da Empresa para os anos de 2009 e 2010, as áreas da Segurança e Qualidade Alimentar e Nominalização do Pescado/ Marca não atingiram os objectivos propostos. O incumprimento destes objectivos, em parte, é explicado pela não execução de vários projectos candidatados pelo QCA IV que, entretanto, aguardam aprovação de financiamento.

2. REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

- Estatutos da Empresa (Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de Março).
- Regime Legal da Primeira Venda de Pescado fresco e refrigerado (Decreto-Lei n.º 81/2005, de 27 de Janeiro).
- Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de Janeiro).
- Regulamentos Internos de Funcionamento das Lotas.
- Normas que regulam a autorização de primeira venda de pescado fresco fora da lota (Portaria n.º 197/2006, de 23 de Fevereiro).
- Requisitos e trâmites a que devem obedecer a instalação e o licenciamento das Lotas (Portaria n.º 506/89, de 5 de Julho).
- Legislação sobre o Domínio Público Hídrico (Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro, Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março, Decreto-Lei n.º 208/2007, de 29 de Maio, Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de Maio e Portaria n.º 1450/2007, de 12 de Novembro).
- Legislação sobre a qualidade da água (Decreto-Lei n.º 236/1998, de 01 de Agosto).
- Taxas de Primeira Venda (Decreto-Lei n.º 255/77, com alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 339/77, de 18 de Agosto, n.º 174/79, de 7 de Junho e n.º 307/79, de 20 de Agosto, Portaria n.º 541/82, de 29 de Maio e n.º 251/2008, de 4 de Abril e Portaria n.º 495/2008, de 23 de Junho).
- Contratos de Concessão dos Portos de Pesca de Matosinhos, Sesimbra, Setúbal e Sines.
- Contratos de Exploração das Fábricas de Gelo de Póvoa de Varzim, Aveiro e Figueira da Foz.
- Acordo de Empresa (BTE I Série n.º 24, de 29 de Junho de 2006).
- Regulamento (CE) n.º 582/2004, de 29 de Abril – Higiene dos Géneros Alimentícios.
- Regulamentos de Exploração dos Entrepostos Frigoríficos.
- Contratos de Subconcessão da Primeira Venda de Pescado (Postos de Vendagem).
- Prestação de informação estatística sobre as descargas e vendas em lota.
- Regulamentos internos de deslocações em serviço, utilização de viaturas e comunicações.
- Regulamento interno dos procedimentos para a realização de despesas de funcionamento e de investimentos.

3. INFORMAÇÃO SOBRE TRANSACÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

A Empresa não tem entidades relacionadas.

4. INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSACÇÕES

Na realização de empreitadas, aquisição de bens e/ou serviços, a Docapesca cumpre, conforme determinado por Lei, o Código dos Contratos Públicos, anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

Os contratos celebrados com fornecedores e outras entidades são obrigatoriamente assinados por dois membros do Conselho de Administração.

Os documentos comprovativos das aquisições de bens e serviços são validados pelos responsáveis com poderes para a sua realização.

Em 2009 não ocorreram transacções efectuadas fora das condições de mercado.

É nula a lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos, dado que esta percentagem representa um valor inferior a um milhão de euros.

5. INDICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

CARGO	ÓRGÃO SOCIAL	DATA DA ELEIÇÃO	MANDATO
	Mesa da Assembleia Geral		
Presidente	Maria Fernanda Joanaz Silva Martins	29/04/2008	2008/2010
Vice-Presidente	Maria Cristina Marques Rosa Magina	29/04/2008	2008/2010
Secretária	Ana Beatriz de Azevedo Dias Antunes Freitas	29/04/2008	2008/2010
	Conselho de Administração		
Presidente	Maria Adelaide Torradinhas Rocha	29/04/2008	2008/2010
Vogal	João Manuel de Sousa Santos Reis	29/04/2008	2008/2010
Vogal	João Francisco Ferreira da Fonseca	29/04/2008	2008/2010
	Fiscal Único		
Efectivo	Abreu & Cipriano, Auditores, SROC João Amaro Santos Cipriano	29/04/2008	2008/2010
Suplente	Carlos Alberto Antunes Abreu	29/04/2008	2008/2010
	Comissão de Fixação de Remunerações		
Presidente	Filomena Maria A. Vieira Martinho Bacelar	29/04/2008	2008/2010
Vogal	Sara Alexandre Duarte Ambrósio	29/04/2008	2008/2010
Vogal	Cristina Maria Pereira Freire	29/04/2008	2008/2010

A Docapesca contratou os serviços da Deloitte & Associados, SROC, para proceder à auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício de 2009.

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são executivos e responsáveis pelos seguintes pelouros:

Presidente – Maria Adelaide Torradinhas Rocha

- Departamento de Estatística
- Direcção de Infra-estruturas e Manutenção
- Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso

Vogal – João Manuel de Sousa Santos Reis

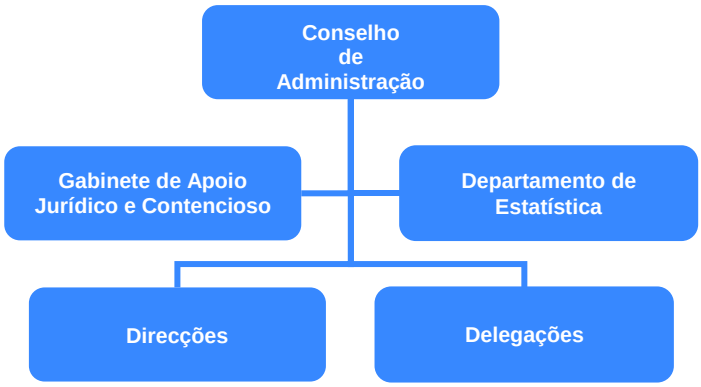
- Direcção Comercial e Marketing
- Direcção de Exploração
- Direcção de Informática

Vogal – João Francisco Ferreira da Fonseca

- Direcção Financeira
- Direcção de Recursos Humanos
- Delegações

Os membros do Conselho de Administração reúnem-se regularmente pelo menos uma vez por mês. No ano de 2009, o Conselho de Administração reuniu trinta e uma vezes.

ORGANOGRAMA DA DOCAPESCA



- Comercial e Marketing
- Exploração
- Financeira
- Informática
- Infra-estruturas e Manutenção
- Recursos Humanos

- Viana do Castelo
- Póvoa de Varzim
- Matosinhos
- Centro Norte
- Centro
- Centro Sul
- Sines
- Barlavento Algarvio
- Sotavento Algarvio

* Na sequência da reestruturação em curso na Docapesca, em Setembro de 2009, as Delegações da Figueira da Foz e de Aveiro foram extintas, tendo sido criada uma só que se passou a designar Delegação Centro Norte.

6. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- **Presidente** — Senha de presença no valor de 505,85 Euros;
- **Vice-Presidente** — Senha de presença no valor de 304,43 Euros
- **Secretário** — Senha de presença no valor de 259,33 Euros.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores Executivos

- **Presidente** — Remuneração de 3.719,08 Euros, 14 vezes por ano;
  Despesas de Representação 1.301,68 Euros, 12 vezes por ano;
  Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações
- **Vogais** — Remuneração de 3.233,98 Euros, 14 vezes por ano;
  Despesas de Representação 970,19 Euros, 12 vezes por ano;
  Demais regalias aprovadas constantes do Mapa de Remunerações

FISCAL ÚNICO

Remuneração por serviços prestados de Revisão Legal de Contas – 1.135,00 Euros por mês.

REMUNERAÇÕES E OUTRAS REGALIAS (VALORES ANUAIS)

6.1. MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

	Presidente	Vice-Presidente	Secretário
Remunerações 2008	505,85	304,43	259,33
Remunerações 2009	505,85	304,43	259,33

6.2. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Remunerações em 2009

	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)
1. Remuneração	**67.687,30**	**56.918,02**	**56.918,02**
1.1. Remuneração Base	40.909,88	35.573,78	35.573,78
1.2. Acumulação de Funções de Gestão	0,00	0,00	0,00
1.3. Prémios de Gestão	0,00	0,00	0,00
1.4. Pagamento de Férias não gozadas	0,00	0,00	0,00
1.5. Despesas de Representação	15.620,16	11.642,28	11.642,28
1.6. Subsídio de Férias	3.719,08	3.233,98	3.233,98
1.7. Pagamento de Férias	3.719,08	3.233,98	3.233,98
1.8. Subsídio de Natal	3.719,10	3.234,00	3.234,00
2. Outras Regalias e Compensações	**9.700,46**	**25.690,01**	**19.300,90**
2.1. Gastos de utilização de Telefones e outras Comunicações	1.421,46	6.001,07	1.270,15
2.2. Valor de aquisição, pela Empresa, da Viatura de Serviço	0,00	0,00	0,00
2.3. Valor do Combustível gasto com a Viatura de Serviço	1.143,35	4.661,05	2.597,51
2.4. Deslocações e Estadas	1.510,59	3.729,86	4,513,39
2.5. Portagens e Estacionamentos	494,60	2.974,05	1.639,46
2.6. Conservação da Viatura	2.057,63	3.069,66	5.956,89
2.7. Despesas de Representação	3.072,83	5.254,32	3.323,50
3. Encargos com Benefícios Sociais	**7.346,69**	**12.136,89**	**11.249,39**
3.1. Segurança Social	0,00	8.246,65	8.246,65
3.2. Segurança Social – Férias	0,00	687,22	687,22
3.3. Segurança Social – Natal	0,00	687,22	687,22
3.4. Caixa Geral de Aposentações	4.387,74	0,00	0,00
3.5. Seguro de Saúde	189,20	189,20	189,20
3.6. Seguro de Acidentes de Trabalho	557,81	469,06	469,06
3.7. Seguro de Acidentes Pessoais	322,07	322,07	322,07
3.8. Seguro Automóvel	1.889,97	1.535,47	647,97
4. Informações Adicionais			
4.1. Opção pelo Vencimento de Origem (s/n)	Não	Não	Não
4.2. Regime de Segurança Social	CGA	Normal	Normal
4.3. Cumprimento do n.º 7 da RCM 155/2005	Sim	Sim	Sim
4.4. Ano de aquisição de Viatura pela Empresa	2005	2006	2000
4.5. Exercício de opção de aquisição de Viatura de Serviço	Não	Não	Não
4.6. Usufruto de Casa de Função	Não	Não	Não
4.7. Exercício de Funções Remuneradas fora do Grupo	Não	Não	Não

6.3. FISCAL ÚNICO

	2008	2009
Abreu e Cipriano, Auditores, SROC	13.620	13.620

7. ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

O Conselho de Administração da Docapesca definiu no início do seu mandato, em Abril de 2008, um conjunto de orientações para o triénio 2008/2010 nos domínios económico, social e ambiental: uma estratégia económica alicerçada no reforço do valor do pescado vendido em lota.

Dois elementos contribuíram para a definição desta linha de política económica. Por um lado, o valor médio do pescado transaccionado em lota, que se situa num nível muito baixo e que é influenciado por diversos factores, a saber: as condições infra-estruturais e de acesso à compra em lota; a actual organização da Rede de Lotas; e a ausência de nominalização do pescado transaccionado em lota. Por outro, a percentagem da taxa cobrada na Primeira Venda, que ultrapassa metade da receita, sendo por esse efeito o factor determinante para o equilíbrio económico e financeiro da Empresa.

Neste contexto, foi decidido actuar em todos os factores que podem influenciar a formação do preço da seguinte forma: iniciando a reforma das condições das infra-estruturas (evoluindo-as para equipamentos climatizados e certificados – Número de Controlo Veterinário, HACCP, ISO 9001); promovendo a alteração da Rede de Lotas, com o objectivo de concentrar oferta e procura; incentivando, quer a abertura de novos canais de comercialização, em especial a venda online, quer a abertura organizada à restauração e hotelaria, com o início de um projecto de nominalização do pescado comercializado em lota.

No domínio social, a política prosseguida pela Docapesca divide-se em dois planos. Num plano interno a promoção da melhoria das condições laborais para os seus Trabalhadores e, num plano externo, o apoio ao Sector, em diálogo permanente e parceria, tendo como principal preocupação a prossecução dos seus interesses sociais e económicos.

Esta política é concretizável, no plano interno, com a promoção da igualdade de oportunidades entre Trabalhadores, através de: sistemas de avaliação de desempenho; contínuo reforço das competências; formação profissional; contínua melhoria das condições de Higiene e Segurança do Trabalho; diálogo permanente com as estruturas representativas dos Trabalhadores; negociação no âmbito do Acordo de Empresa, com resultados para a melhoria das condições dos Trabalhadores.

No plano externo é verificável através da abertura e diálogo permanentes com todas as estruturas representativas do Sector para a definição articulada das políticas a prosseguir, designadamente, no

apoio às Organizações de Produtores, com descontos comerciais nos produtos e serviços prestados pela Docapesca, e na transferência dos descontos no combustível comercializado pela Empresa à frota. De salientar ainda a relevante integração da Docapesca na rede de lotas europeias, através da Associação Europeia de Portos e Lotas (EAFPA), e o projecto de nominalização do pescado que envolve as organizações do Sector e as autarquias locais.

Em matéria ambiental a estratégia da Empresa tem como objectivo a promoção da protecção ambiental, através da adopção das práticas ambientalmente mais correctas. Numa perspectiva operacional esta política está organizada em três áreas – Frota/Recursos, Exploração/Industrial e Serviços Administrativos – e alicerçada no referencial ISO 14001, a implementar a partir de 2010.

A política de promoção ambiental para a *Frota/Recursos* passa por uma observância rigorosa da legislação, referente aos tamanhos mínimos de pescado, e o cumprimento das medidas administrativas, referente aos limites de capturas de pescado, medidas essas fundamentais para a sustentabilidade dos recursos piscícolas. A implementação de um Manual de Boas Práticas, em elaboração com o apoio do Instituto das Pescas da Investigação e do Mar (IPIMAR), permitirá a alteração de metodologias de trabalho em terra e no mar, adequando-as no sentido da valorização do pescado e do respeito pelo ambiente. Por outro lado, a comercialização pelas Lojas Docapesca de produtos eco eficientes, em especial de produtos de poupança energética – motores movidos a GPL, para a pequena frota, e equipamentos de poupança eléctrica a bordo, em embarcações com equipamentos de frio para a frota costeira e do alto – são actividades complementares de significativa mais-valia.

A rede de lotas da Docapesca, na sua vertente *Exploração/Industrial*, tem sido objecto de uma série de medidas de relevância ambiental, de que se destacam: o armazenamento e reciclagem de resíduos de pescado, através da utilização de contentores frigoríficos em todos os portos concessionados, bem como a contratualização com empresas que procedem à sua recolha e reciclagem por farinação; a reciclagem de óleos usados provenientes dos motores das embarcações e a contratação de empresas de recolha que os introduzem no circuito de reciclagem; o início da substituição dos produtos utilizados para a limpeza das lotas, por produtos ambientalmente mais eficientes; a reciclagem de resíduos de polietileno; e a adopção de práticas de consumo energético nos entrepostos frigoríficos que permitam poupanças, através da selecção de períodos horários e reforço da eficácia energética.

Os *Serviços Administrativos* têm sido objecto de uma política de reciclagem que se pretende expandir, através da reciclagem de: consumíveis informáticos, máquinas de escritório, papel e cartão. A Central de Compras prepara a introdução de critérios ambientais para a selecção de fornecedores. A gestão da frota automóvel tem vindo a ser reestruturada, com a substituição progressiva de viaturas a gasolina, por outras ambientalmente menos poluentes com motores a diesel de última geração.

Sob um ponto de vista prospectivo, a Docapesca manter-se-á na linha de estratégia enunciada nos domínios económico, social e ambiental, contribuindo para tal o avançado grau de execução das políticas descritas que se encontram implementadas ou em fase de implementação. Estas medidas são essenciais ao equilíbrio económico e financeiro da Empresa, reforçando a qualidade e sustentando ambientalmente a actividade da Docapesca, apoiando, deste modo, o Sector nos planos económico e social.

É também importante salientar os principais riscos identificáveis para a actividade e para o futuro da empresa, que se centram na gestão de recursos piscícolas e respectiva sustentabilidade. A política a implementar quanto ao Sector, e em particular quanto à gestão dos recursos, será determinante para o futuro da actividade. Um desequilíbrio entre a capacidade produtiva e os recursos existentes colocará em perigo a actividade da pesca e só uma cuidadosa gestão dos recursos e da frota permitirá manter esta importante proporção. Uma vez que o volume da actividade e a viabilidade da Empresa se encontram indissociavelmente associados, qualquer variação afecta de forma directa os resultados da Empresa.

A Docapesca elaborará um relatório de sustentabilidade para o biénio 2009/2010, que permitirá expor em detalhe as políticas da empresa e as medidas a concretizar.

8. AVALIAÇÃO SOBRE O GRAU DE CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO, DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA

A Docapesca aplica e segue as boas práticas de governação, de acordo com os seguintes princípios:

- Sítio próprio na Internet (www.docapesca.pt) com as informações relevantes da Empresa;
- Estrutura orgânica bem definida;
- Órgão de Fiscalização independente;
- Auditores Externos anuais (de forma a colmatar a inexistência de Administradores não Executivos);
- Existência de um Código de Conduta;
- Deveres de informação e meios de divulgação adequados.

9. APRESENTAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA

A Docapesca aprovou e implementou em 2008 o Código de Conduta, cujo texto está disponível em www.docapesca.pt.

10. SISTEMA DE CONTROLO

O órgão de administração iniciou a implementação de um Sistema de Avaliação e Gestão de Risco. Este sistema tem como principal objectivo a identificação, avaliação e gestão dos riscos face à incerteza, bem como o apoio à criação e preservação do valor da organização. Este sistema é suportado pela metodologia do *Comitee of Sponsoring Organization* (COSO).

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DA POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

PROCEDIMENTOS ADOPTADOS EM MATÉRIA DE AVALIAÇÃO DO RISCO

A Docapesca não detém activos financeiros. Os instrumentos de financiamento da Docapesca são remunerados pela aplicação de taxas de juro indexadas à Euribor. A Docapesca negociou financiamento bancário na forma de descoberto bancário, na forma de contas correntes caucionadas e também um empréstimo bancário de 1 milhão de Euros pelo período de um ano, renovável. A Docapesca diversificou a origem dos financiamentos bancários para beneficiar de maior capacidade negocial das condições particulares a cada momento, quer em termos dos indexantes, quer dos *spreads*.

POLÍTICAS DE REFORÇO DOS CAPITAIS PERMANENTES E OPTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA FINANCEIRA

A Docapesca recorre a financiamento bancário para reforço da Tesouraria, dando cobertura a:

- Crédito que concede aos seus clientes por bens fornecidos e serviços prestados;
- Financiamento dos investimentos específicos que realiza no Sector das Pescas com apoio comunitário, na parte correspondente ao previsível co-financiamento, e pelo período que decorre entre a realização do investimento e o seu recebimento;
- Apoio ao programa de adequação dos recursos humanos às necessidades actuais e futuras, financiando os acordos de rescisão negociados com os Trabalhadores da Docapesca.

A Docapesca apenas utiliza financiamento bancário de curto prazo, maioritariamente em descobertos sobre depósitos à ordem, por se mostrar o mais adequado para a cobertura das necessidades cíclicas e quinzenais da sua Tesouraria, que se anulam nos meses de Verão.

Para além do recurso ao crédito já referido anteriormente, a Docapesca paga a sua parte dos investimentos co-financiados, assim como os investimentos correntes, com recurso ao auto-financiamento gerado pela sua actividade.

A Docapesca promove a consolidação do seu passivo através da transformação de dívidas exigíveis em créditos a médio prazo, com pagamentos semestrais, e beneficiando da ausência de juros ou, havendo intervenção de Instituições Financeiras, de taxas de juro indexadas à Euribor acrescidas de *spreads* entre 1,75% e 2,5%.

TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

Para o período de 2005 a 2009, a utilização do crédito bancário de curto prazo tem sido regular e adaptada às necessidades diárias da Tesouraria. A Docapesca tem uma elevada dispersão geográfica no continente português, exercendo uma actividade tradicional (serviços de apoio à pesca) onde ainda é frequente o recurso a recebimentos e pagamentos em numerário, pelo que tem os seus recursos financeiros espalhados por mais de vinte tesourarias locais, desde Viana do Castelo até Vila Real de Santo António, onde são cobrados e pagos os cerca de 200 milhões de Euros correspondentes à "produção" das embarcações de pesca. Para optimizar esses recursos utiliza o *cashpooling* bancário.

Valores em Euros

	Taxa média anual de financiamento	Encargos financeiros suportados	Comissões sobre as linhas de crédito	Financiamento médio
2005	3,72%	85.410	14.801	2.298.395
2006	4,14%	130.600	6.808	3.156.540
2007	4,99%	269.831	7.059	5.402.702
2008	5,38%	254.023	7.025	4.717.840
2009	3,53%	145.626	11.411	4.129.719

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Docapesca encerrou o exercício de 2009 com um resultado positivo de 116.292,84 Euros. Este resultado é apresentado de acordo com os normativos contabilísticos nacionais definidos no Plano Oficial de Contabilidade (POC). O Conselho de Administração propõe que, de acordo com os Estatutos da Docapesca, o resultado seja aplicado da seguinte forma: um reforço de 12.000,00 Euros na conta de Reserva Legal e que os restantes 104.292,84 Euros sejam levados à conta de Resultados Transitados.

AGRADECIMENTOS

Manifestamos os nossos agradecimentos aos Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, e das Finanças e da Administração Pública, e respectivos Organismos, bem como aos nossos Trabalhadores, pela dedicação e profissionalismo demonstrados, aos nossos Clientes, pela cooperação prestada, e aos Sindicatos, pela colaboração evidenciada. Uma palavra final de apreço ao Revisor Oficial de Contas pela dedicação demonstrada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 11 de Março de 2010.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maria Adelaide Torradinhas Rocha

João Manuel de Sousa Santos Reis

João Francisco Ferreira da Fonseca

3. BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Balanços

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 — Montantes expressos em Euros

Activo	Notas	Exercícios			
		2009			2008
		Activo Bruto	Amortizações e Ajustamentos	Activo Líquido	Activo Líquido
Imobilizado:					
Imobilizações Incorpóreas:					
Despesas de Instalação	8,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	10	1.038.870,62	843.435,20	195.435,42	14.916,48
		1.038.870,62	**843.435,20**	**195.435,42**	**14.916,48**
Imobilizações Corpóreas:					
Edifícios e Outras Construções	10,12,13,14	59.219.092,89	40.166.182,38	19.052.910,51	22.183.561,55
Equipamento Básico	10,12,13,14	19.026.986,86	14.081.992,82	4.944.994,04	3.487.700,84
Equipamento de Transporte	10,15	679.676,23	621.421,49	58.254,74	112.066,54
Ferramentas e Utensílios	10	129.388,95	110.172,95	19.216,00	15.543,10
Equipamento Administrativo	10	3.311.847,55	2.918.496,93	393.350,62	430.602,92
Taras e Vasilhame	10	520.843,59	284.650,71	236.192,88	212.451,35
Outras Imobilizações Corpóreas	10	261.852,77	243.490,22	18.362,55	24.106,15
Imobilizações em Curso	10	403.193,83	0,00	403.193,83	1.309.680,67
		83.552.882,67	**58.426.407,50**	**25.126.475,17**	**27.775.713,12**
Investimentos Financeiros:					
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	10	178.363,15	22.852,21	155.510,94	190.018,74
		178.363,15	**22.852,21**	**155.510,94**	**190.018,74**
Circulante:					
Existências:					
Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	21,41	101.950,46	24.659,45	77.291,01	143.449,30
Produtos Acabados e Intermédios	42	2.198,28	0,00	2.198,28	2.157,32
Mercadorias	21,41	370.505,94	652,97	369.852,97	485.141,43
		474.654,68	**25.312,42**	**449.342,26**	**630.748,05**
Dívidas de Terceiros – Curto Prazo:					
Clientes C/c	21,23	1.797.982,81	0,00	1.797.982,81	2.256.333,11
Clientes de Cobrança Duvidosa	21,23	5.145.617,66	5.145.617,66	0,00	649.620,32
Fornecedores c/ Adiantamentos		4.022,04	0,00	4.022,04	5.621,41
Estado e Outros Entes Públicos	48	110.221,03	0,00	110.221,03	193.898,43
Outros Devedores	21,23,49	8.319.533,03	2.605.678,18	5.713.854,85	6.519.140,68
		15.377.376,57	**7.751.295,84**	**7.626.080,73**	**9.624.613,95**
Depósitos Bancários e Caixa:					
Depósitos Bancários	56	478.330,13	0,00	478.330,13	1.054.382,02
Caixa	54,56	247.075,68	0,00	247.075,68	231.732,35
		725.405,81	**0,00**	**725.405,81**	**1.286.114,37**
Acréscimos e Diferimentos:					
Acréscimos de Proveitos	51	50.560,93	0,00	50.560,93	15.183,65
Custos Diferidos	51	230.587,52	0,00	230.587,52	377.948,58
		281.148,45	**0,00**	**281.148,45**	**393.132,23**
Total de Amortizações			**59.292.694,91**		
Total de Ajustamentos			**7.776.608,26**		
Total do Activo		***101.628.701,95***	***67.069.303,17***	***34.559.398,78***	***39.915.256,94***

O Conselho de Administração:

O Técnico Oficial de Contas:

Balanços

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 — Montantes expressos em Euros

Capital Próprio e Passivo	Notas	Exercícios	
		2009	2008
Capital Próprio:			
Capital	36,37,40	8.528.400,00	8.528.400,00
Reservas de Reavaliação	39,40	124.827,26	154.536,26
Reservas:			
Reservas Legais	40	100.620,52	100.620,52
Outras Reservas	40	0,00	5.736,18
Resultados Transitados	40	-19.907.316,44	-15.729.447,64
		-11.153.468,66	**-6.940.154,68**
Resultado Líquido do Exercício	40	**116.292,84**	**-1.380.849,67**
Total do Capital Próprio		**-11.037.175,82**	**-8.321.004,35**
Passivo:			
Provisões:			
Provisões para Pensões	31,34	5.939.761,14	6.047.196,36
Outras Provisões	34,53	9.278.900,08	9.297.059,03
		15.218.661,22	**15.344.255,39**
Dívidas a Terceiros – Médio e Longo Prazo:			
Fornecedores C/c	49	1.339.881,83	0,00
Fornecedores de Imobilizado	15,49	18.083,51	30.212,91
Outros Credores	49	1.369.450,02	0,00
		2.727.415,36	**30.212,91**
Dívidas a Terceiros – Curto Prazo:			
Dívidas a Instituições de Crédito	56	4.000.298,93	7.596.911,86
Fornecedores C/c		1.496.691,72	3.389.981,20
Fornecedores – Facturas em Recepção		48.006,92	205.909,71
Fornecedores de Imobilizado C/c	15	553.755,92	836.689,48
Estado e Outros Entes Públicos	48	1.411.868,53	1.608.016,52
Outros Credores	49	5.745.597,00	5.724.937,38
		13.256.219,02	**19.362.446,15**
Acréscimos e Diferimentos:			
Acréscimos de Custos	51	1.964.673,98	2.262.866,48
Proveitos Diferidos	51,52	12.415.778,65	11.219.352,99
Passivos por Impostos Diferidos	6,13,51	13.826,37	17.127,37
		14.394.279,00	**13.499.346,84**
Total do Passivo		**45.596.574,60**	**48.236.261,29**
Total do Capital Próprio e do Passivo		***34.559.398,78***	***39.915.256,94***

O Técnico Oficial de Contas: — O Conselho de Administração:

As notas anexas fazem parte integrante do Balanço em 31 de Dezembro de 2009.

Demonstrações dos Resultados por Naturezas

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 — Montantes expressos em Euros

	Notas	Exercício de 2009		Exercício de 2008	
CUSTOS E PERDAS					
Custo das Merc. Vend. e Matérias Consumidas:					
Mercadorias	41	1.960.843,95		3.142.357,31	
Matérias	41	218.800,60	**2.179.644,55**	167.847,58	**3.310.204,89**
Fornecimentos e Serviços Externos			**8.196.005,57**		**8.316.675,90**
Custos com o Pessoal:					
Remunerações		9.067.149,50		9.690.268,58	
Encargos Sociais:					
Pensões	31	404.735,18		487.641,00	
Cessações Contratuais de Trabalho		439.448,40		2.085.584,86	
Outros		2.253.818,08	**12.165.151,16**	2.382.020,85	**14.645.515,29**
Amortizações Imobilizado Corp. e Incorpóreo	10	3.820.100,37		3.631.848,95	
Ajustamentos	21	777.648,56		1.115.659,16	
Provisões	34	754.439,77	**5.352.188,70**	712.327,31	**5.459.835,42**
Impostos		75.966,13		47.368,39	
Outros Custos e Perdas Operacionais		945.964,86	**1.021.930,99**	1.003.944,15	**1.051.312,54**
Concessão de Portos de Pesca		417.155,33		484.826,05	
Cedência Exploração		518.876,12		503.090,01	
Cedência de Terrenos		6.939,36		6.388,56	
Outros		2.994,05		9.639,53	
(A)			**28.914.920,97**		**32.783.544,04**
Amortizações e Ajustamentos Financeiros:					
Amortizações de Investimentos Financeiros	45	9.140,88		9.140,88	
Juros e Custos Similares:					
Outros	45	247.416,56	**256.557,44**	380.877,87	**390.018,75**
(C)			**29.171.478,41**		**33.173.562,79**
Custos e Perdas Extraordinárias	46		**291.801,99**		**547.751,61**
(E)			**29.463.280,40**		**33.721.314,40**
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	6		**35.017,53**		**32.031,22**
(G)			**29.498.297,93**		**33.753.345,62**
Resultado Líquido do Exercício			**116.292,84**		**-1.380.849,67**
			29.614.590,77		***32.372.495,95***
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias	44	2.283.383,67		3.591.976,74	
Produtos Acabados	44	1.884.818,33		1.627.189,09	
Prestações de Serviços:		21.630.818,08	**25.799.020,08**	23.506.556,26	**28.725.722,09**
Primeira Venda de Pescado	44	15.456.839,58		16.926.464,19	
Portos de Pesca (Instalações)	44	4.139.624,76		4.189.207,29	
Entrepostos Frigoríficos	44	1.631.690,47		1.960.183,45	
Outras Actividades	44	402.663,27		430.701,33	
Variação da Produção	42		**40,96**		**256,19**
Proveitos Suplementares	50	1.162.608,65		1.031.777,78	
Reversões de Amortizações e Ajustamentos	21	425.762,53	**1.588.371,18**	153.994,64	**1.185.772,42**
(B)			**27.387.432,22**		**29.911.750,70**
Rend. Títulos Negoc. e Outras Aplic. Financeiras:					
Rend. de Tít. Negociáveis e Out. Aplic. Financeiras	45	1.003,89		1.003,89	
Rendimentos de Imóveis	45	9.260,04		9.260,04	
Outros Juros e Proveitos Similares:					
Outros	45	97.200,91	**107.464,84**	183.365,54	**193.629,47**
(D)			**27.494.897,06**		**30.105.380,17**
Proveitos e Ganhos Extraordinários	46,52		**2.119.693,71**		**2.267.115,78**
(F)			**29.614.590,77**		**32.372.495,95**
Resumo:					
Resultados Operacionais: (B)-(A)			**-1.527.488,75**		**-2.871.793,34**
Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)			**-149.092,60**		**-196.389,28**
Resultados Correntes: (D)-(C)			**-1.676.581,35**		**-3.068.182,62**
Resultados antes de Impostos: (F)-(E)			**151.310,37**		**-1.348.818,45**
Resultado Líquido do Exercício: (F)-(G)			**116.292,84**		**-1.380.849,67**

O Técnico Oficial de Contas: — O Conselho de Administração:

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração de Resultados por Naturezas em 31 de Dezembro de 2009.

Demonstrações dos Resultados por Funções

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 — Montantes expressos em euros

Rubricas	Notas	Exercícios	
		2009	2008
Vendas e Prestações de Serviços	44	25.799.061,04	28.725.978,28
Custo das Vendas e das Prestações de Serviços	55	-19.823.859,48	-21.243.341,32
Resultados Brutos		**5.975.201,56**	**7.482.636,96**
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	55	1.791.648,12	1.400.410,47
Custos Administrativos	55	-6.224.236,54	-6.727.198,32
Outros Custos e Perdas Operacionais	55	-1.303.318,97	-3.366.398,55
Resultados Operacionais		**239.294,17**	**-1.210.549,44**
Custo Líquido do Financiamento	55	-88.102,96	-138.388,17
Ganhos (Perdas) em Outros Investimentos		119,16	119,16
Resultados Correntes		**151.310,37**	**-1.348.818,45**
Imposto sobre os Resultados Correntes	6	-35.017,53	-37.316,30
Imposto Diferido	6	0,00	5.285,08
Resultados Correntes Após Impostos		**116.292,84**	**-1.380.849,67**
Resultados Extraordinários		**0,00**	**0,00**
Resultados Líquidos		**116.292,84**	**-1.380.849,67**
Resultados por Acção		**0,07**	**-0,81**

O Técnico Oficial de Contas: O Conselho de Administração:

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração de Resultados por Funções em 31 de Dezembro de 2009.

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 — Montantes expressos em euros

	Notas	2009/2008	2008/2007
Actividades Operacionais:			
Recebimentos de Clientes	56	29.196.205,57	30.339.458,53
Pagamentos a Fornecedores		-12.088.435,82	-12.514.362,65
Pagamentos ao Pessoal		-12.643.697,54	-14.708.044,94
Fluxos gerados pelas Operações		**4.464.072,21**	**3.117.050,94**
Pagamento / Recebimento de Imposto sobre o Rendimento		-94.734,90	-70.487,50
Outros Recebimentos / Pagamentos relativos à Actividade Operacional	56	-2.155.333,69	-33.957,52
Fluxos gerados antes das Rubricas Extraordinárias		**2.214.003,62**	**3.012.605,92**
Recebimentos relacionados com Rubricas Extraordinárias		31.100,00	35.332,38
Pagamentos relacionados com Rubricas Extraordinárias		-130.468,17	-71.040,65
Fluxos das Actividades Operacionais		**2.114.635,45**	**2.976.897,65**
Actividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		25.366,92	0,00
Imobilizações Corpóreas		28.618,26	41.360,10
Subsídios ao Investimento	52	3.283.080,63	586.841,73
Juros e Proveitos Similares		130.135,24	207.810,43
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações Corpóreas		-2.069.763,66	-6.770.324,16
Imobilizações Incorpóreas		-217.254,50	-765,00
Fluxos das Actividades de Investimento		**1.180.182,89**	**-5.935.076,90**
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos Obtidos		6.900.000,00	12.550.000,00
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos Obtidos		-8.200.000,00	-12.150.000,00
Amortização de Contratos de Locação Financeira		-11.497,41	-10.336,12
Juros e Custos Similares		-247.416,56	-380.877,87
Fluxos das Actividades de Financiamento		**-1.558.913,97**	**8.786,01**
Variação de Caixa e seus equivalentes		**1.735.904,37**	**-2.949.393,24**
Caixa e seus equivalentes no Início do Período	**56**	-3.660.797,49	-711.404,25
Caixa e seus equivalentes no Fim do Período	**56**	-1.924.893,12	-3.660.797,49

O Técnico Oficial de Contas: O Conselho de Administração:

As notas anexas fazem parte integrante da Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2009.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

(Exercício de 2009)

NOTA INTRODUTÓRIA

Docapesca – Portos e Lotas, SA (em seguida referido como “Docapesca” ou “empresa”)
Avenida Brasília, Pedrouços
1400-298 Lisboa
Capital Social: 8.528.400,00 Euros
Registada na C. R. Comercial de Lisboa – Matrícula n.º 500086826 (antigo n.º 27.401)
Pessoa Colectiva n.º 500086826
CAE 03111 – Pesca Marítima (Serviços de Apoio à Pesca)

Através do Decreto-Lei n.º 107/90, de 27 de Março, o Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação promoveu a integração do Serviço de Lotas e Vendagem na Docapesca – Sociedade Concessionária da Doca de Pesca, SA e alterou a denominação desta para Docapesca – Portos e Lotas, SA.

Os Estatutos da Sociedade foram publicados em anexo ao referido Decreto-Lei. A versão actualizada dos Estatutos da Sociedade está disponível no site da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças – Sector Empresarial do Estado.

A Docapesca é participada a 100% pela Direcção-Geral do Tesouro e Finanças.

A Docapesca transferiu a sua Sede Social, em Julho de 2009, para as suas antigas instalações localizadas no Porto de Pesca de Pedrouços e procedeu à desocupação do Edifício Vasco da Gama (anterior Sede Social – Edifício Vasco da Gama – Bloco C, 3.º e 4.º pisos, 1350-355 Lisboa).

Todos os valores são em Euros, salvo referência em contrário.

NOTAS SOBRE A ACTIVIDADE DA DOCAPESCA

O regime legal da Primeira Venda de Pescado, fresco e refrigerado, foi actualizado e reunido num só diploma, o Decreto-Lei n. º 81/2005, de 27 de Janeiro.

Os proveitos operacionais dividem-se em dois grandes grupos:

- Serviços de venda de pescado em lota, prestados de acordo com o Regulamento Geral de Funcionamento das Lotas (Portaria n.º 9/89, de 4 de Janeiro) e sujeitos às tarifas

fixadas pelo Governo, Portarias n.º 251/2008, de 4 de Abril e n.º 495/2008 de 23 de Junho (Área de negócios – Lotas).

- Actividades Comerciais – restantes áreas de negócios.

Os proveitos obtidos na prestação de serviços de venda de pescado em lota resultam da aplicação de tarifas percentuais sobre o valor do pescado transaccionado, cabendo o seu pagamento, quer aos Armadores/Pescadores, quer aos Compradores.

A actividade corrente da Docapesca depende directamente da quantidade e da qualidade do pescado capturado pelas embarcações de pesca pelo que está condicionada, quer pela actividade dos Armadores, quer, por via indirecta, às condições do meio ambiente.

A Docapesca, para além de promover a venda (por leilão ou contrato), efectua todo o tratamento administrativo dessas vendas, fornecendo aos Armadores e aos Compradores os correspondentes documentos comprovativos.

A Docapesca efectua a cobrança das aquisições de pescado aos Compradores (valor do pescado + tarifas + IVA), podendo conceder crédito a três dias úteis com base na Portaria n.º 9/89.

A Docapesca garante o pagamento das vendas de pescado aos Armadores/Pescadores (valor do pescado deduzido de tarifas e descontos obrigatórios e facultativos).

O IVA pago pelos Compradores e os descontos para a Segurança Social, relativos às contribuições dos Armadores, são entregues pela Docapesca ao Estado, em substituição dos Armadores.

Os movimentos financeiros relativos ao valor do pescado transaccionado em lota são relevados no Balanço em contas de devedores (Compradores) e de credores diversos (Armadores/Pescadores e entidades beneficiárias de descontos). Nas contas de proveitos do exercício apenas são relevados os montantes correspondentes às tarifas aplicadas sobre o valor do pescado transaccionado em lota.

No ano de 2009 foram transaccionadas, nas várias lotas da Docapesca, 116.426,6 toneladas de pescado fresco, no valor de 179.228.884 Euros, propriedade dos Armadores, assumindo a Docapesca a cobrança e o pagamento a estes (em 2008, 137.525 toneladas no valor 205.553.457 Euros).

Nas contas de clientes estão relevados os débitos relativos às vendas e prestações de serviços das actividades comerciais.

A Docapesca tem recorrido a programas de apoio ao investimento, acumulando o recebimento de subsídios não reembolsáveis na conta própria de proveitos diferidos.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade e demais legislação aplicável.

Em 12 de Maio de 2008 a Docapesca passou a aplicar o novo Tarifário dos Serviços de Primeira Venda de Pescado em Lota, determinado pelo Governo, o que aumentou a tarifa paga pelos Comerciantes de pescado (de 3% para 5%) e reduziu a tarifa paga pelos Armadores da pesca do arrasto (5% para 4%).

Aplicação das Taxas de Movimentação de Pescado

A aplicação das taxas de movimentação de pescado, previstas nos tarifários do IPTM (Norte, Centro e Sul) e da Administração do Porto de Aveiro (APA), foi, desde sempre, contestada pela Docapesca, porque delas são sujeitos passivos os utentes dos Portos (comerciantes de pescado) e não a própria Docapesca.

Até ao final do exercício de 2003, a Docapesca procedeu à constituição de uma provisão, pelo montante das taxas aplicadas ao valor do pescado transaccionado nas lotas implantadas em terrenos sob jurisdição das entidades já mencionadas, admitindo a probabilidade de ser improcedente a reclamação apresentada.

Em Novembro de 2002, o Instituto Portuário do Sul (actualmente integrado no IPTM) apresentou a primeira certidão de dívida junto do Serviço de Finanças de Lisboa 7, que foi reclamada pela Docapesca.

No decurso do ano de 2003, decorreram diligências entre a Docapesca e o Governo, apresentadas no Relatório de Gestão de 2003, que justificaram a anulação das provisões entretanto constituídas, ainda neste exercício, e abriram uma nova perspectiva sobre o futuro relacionamento entre a Docapesca e o então criado IPTM (que integrou os Institutos Portuários do Norte, do Centro e do Sul).

A partir de Janeiro de 2004, a Docapesca procedeu mensalmente ao reconhecimento de uma provisão pelo valor correspondente à aplicação da taxa de movimentação de pescado, agora de percentual reduzido, sobre o valor do pescado transaccionado em lota e de que são sujeitos passivos os comerciantes de pescado.

No início do exercício de 2007, a Docapesca foi notificada para proceder ao pagamento da dívida reclamada em 2002. Na sequência dessa execução, a Docapesca e o IPTM requereram a suspensão da instância executiva e iniciaram um processo de negociação, suportado pela vontade expressa do Accionista da Docapesca que, no conjunto dos objectivos de gestão para o exercício de 2007, incluiu expressamente as diligências *no sentido de ser ultrapassado o contencioso existente com o IPTM*

relativamente à taxa de movimentação de pescado. Contudo, o ano de 2007 terminou sem que fosse possível um acordo definitivo.

No início do exercício de 2008, a situação relatada pela Docapesca correspondia ao reconhecimento de um previsível desembolso por valores calculados para os anos de 2004 a 2007, aplicável aos portos (lotas) sob jurisdição do IPTM.

Relativamente à APA, a posição da Docapesca expressava-se pela completa oposição à taxa de movimentação de pescado, sucessivamente inscrita no tarifário da referida Administração, sem que lhe fosse aplicada a redução verificada na taxa equivalente do IPTM. A Docapesca nada relevou nas suas contas durante os exercícios de 2004 a 2007.

Durante os meses de Maio e Junho de 2008, a Docapesca foi sucessivamente citada pelo 6.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento dos processos de execução fiscal reclamados pela APA (Maio – um processo) e pelo IPTM (Junho – cinco processos). Todos estes processos tiveram por base certidões de dívida que, na sua quase totalidade, se referem ao cômputo que aquelas entidades apuraram a título de taxas de movimentação de pescado, para diferentes prazos compreendidos entre 2000 e 2007.

Embora os processos de execução fiscal tenham sido prontamente reclamados pela Docapesca, mostrou-se necessária a apresentação dos seus bens à penhora, incluindo o próprio estabelecimento.

Perante a actuação das entidades portuárias, ficou sem efeito o progresso alcançado nas negociações já havidas, tendo a Docapesca procedido, por devida cautela, à reposição dos montantes correspondentes às taxas de movimentação de pescado, desde a sua origem (ano de 2000), quer as referentes ao IPTM, quer as referentes à APA, afectando em 2008 negativamente os Resultados Transitados em 6,3 milhões de Euros.

Em 2009 foram criadas duas novas Administrações Portuárias – a Administração do Porto de Viana do Castelo (APVC), detida a 100% pela Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL), e a Administração do Porto da Figueira da Foz (APFF), detida a 100% pela Administração do Porto de Aveiro (APA), que integraram a universalidade dos direitos e deveres do IPTM sobre os respectivos Portos.

Durante o mês de Março de 2009, a Docapesca foi citada pelo 6.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento de um novo processo de execução fiscal reclamado pela APA tendo por base mais uma certidão de dívida por taxas de movimentação de pescado para os períodos de Dezembro de 2007 e Abril de 2008.

Em Setembro de 2009, a Docapesca obteve o consentimento do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa para proceder ao pagamento da parte respeitante ao capital da dívida reclamada em 2002, quebrando o impasse que se havia prolongado desde 2007. O pagamento foi efectuado, respeitando o acordo inicial pelo que foram desembolsadas as três primeiras prestações semestrais (Abril de 2008, Outubro de 2008 e Abril de 2009). Em Outubro de 2009, a Docapesca pagou a quarta prestação semestral, ficando em dívida as nove prestações semestrais remanescentes.

Em consequência do início do pagamento da dívida reclamada em 2002, ficaram regularizados todos os restantes processos reclamados até essa data e foram levantadas as penhoras sobre os créditos de clientes (oito penhoras), instauradas no final de 2007.

O reconhecimento pela Docapesca da dívida reclamada em 2002 obrigou, por cautela, ao apuramento das diferenças entre os valores já registados em anos anteriores e os valores reclamados por estimativas elaboradas pelo IPTM. Deste apuramento, que se alargou às restantes reclamações do IPTM, resultou o reconhecimento em 2009 de mais 1,7 milhões de Euros que, por se tratar de regularizações de grande significado relacionadas com exercícios anteriores, afectaram negativamente os Resultados Transitados neste exercício.

Em Dezembro de 2009, a Docapesca foi de novo citada pelo 7.º Serviço de Finanças de Lisboa para tomar conhecimento de mais dois processos de execução fiscal, reclamados pela APA e pelo IPTM tendo por base certidões de dívida por taxas de movimentação de pescado do ano de 2008.

Não foram registados em conta corrente os juros reclamados nos processos de execução fiscal devido à posição expressa nas negociações de que os mesmos não seriam cobrados se fosse possível chegar a um entendimento satisfatório para ambas as partes.

A Docapesca desenvolveu, entretanto, os procedimentos legais de oposição às execuções fiscais a que foi sujeita.

Renda do Edifício Vasco da Gama

A Docapesca reconheceu em 2008, como encargo do exercício, as taxas dominiais respeitantes à ocupação do Edifício Vasco da Gama, em Lisboa, propriedade da Administração do Porto de Lisboa, SA (APL), que ocupava desde Dezembro de 2003, iniciando em 2009 negociações no sentido da sua resolução definitiva.

Durante o primeiro semestre de 2009, a Docapesca foi notificada da necessidade da sua saída tempestiva do referido edifício, tendo decidido reocupar as instalações no Porto de Pesca de Pedrouços que havia abandonado no final de 2003, alterando a sua Sede Social.

No final do ano de 2009, estabeleceram-se em definitivo as condições de mútuo acordo para a regularização das taxas dominiais devidas pela ocupação do Edifício Vasco da Gama, com o seu pagamento em dez prestações semestrais a efectuar junto de Instituição Financeira por cedência dos créditos da APL. Este acordo foi assinado em 23 de Fevereiro de 2010, reportado à dívida existente em 17 de Dezembro de 2009, registada nas Demonstrações da Docapesca a 31 de Dezembro de 2009.

Porto de Pesca de Pedrouços

Neste porto mantém-se a actividade remanescente desenvolvida pela Docapesca, nomeadamente a cedência de instalações a Comerciantes e a armazenagem frigorífica.

No segundo semestre de 2008 foi estabelecido um protocolo com a Fundação D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud com o objectivo de permitir a criação de condições para o início da construção do Centro de Investigação Champalimaud, definindo-se uma Área de Intervenção que obrigou à reinstalação de clientes da Docapesca e à demolição do Edifício dos Comerciantes, integrado na área concessionada do Porto de Pesca de Pedrouços.

No âmbito deste protocolo, a referida Fundação decidiu atribuir uma contribuição financeira, estabelecida em 367.800 Euros, para ressarcir a Docapesca dos custos associados à reinstalação dos seus clientes. Durante o ano de 2008 foi recebida a primeira tranche de 50% deste montante (183.900 Euros) que foi registada em Proveitos Diferidos e parcialmente utilizada por contrapartida por Proveitos Extraordinários no próprio exercício de 2008.

Em 2009, a Fundação Champalimaud suportou as obras de reinstalação dos serviços centrais da Docapesca nas suas antigas instalações neste porto, completando assim o compromisso assumido no âmbito do protocolo.

De acordo com a resolução do Conselho de Ministros n.º 162, de 20 de Outubro de 2003, pretendeu-se desactivar a actividade do Porto de Pesca de Lisboa. Contudo, não está ainda determinado o momento da sua cessação. Alguns serviços prestados em Lisboa, nomeadamente a cedência de instalações a comerciantes e a armazenagem frigorífica mantêm-se pelo que, ao verificar-se o encerramento definitivo de todas as instalações e actividades do Porto de Pesca em causa, o impacto negativo nos resultados da empresa poderá cifrar-se em 2.727.326 Euros, por perda de imobilizações não totalmente amortizadas que, contudo, será atenuado pelo reconhecimento dos proveitos relativos a subsídios ao investimento no montante de 1.502.377 Euros. Haverá ainda uma redução significativa no volume de negócios da Docapesca que, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foi na Delegação de Lisboa de 1.860.000 Euros.

Decorrendo do encerramento, deve ser tida em conta a dificuldade de cobrança dos serviços entretanto prestados, embora não seja a potencial perda quantificável neste momento (em 31 de Dezembro de 2009, o valor em dívida corrente por serviços prestados em Lisboa é de 600.000 Euros).

As notas que se seguem respeitam à numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração é omissa neste anexo não são aplicáveis à Docapesca ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Docapesca, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas são constituídas por Propriedade Industrial e Outros Direitos que se encontram registadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes durante um período que varia entre três e cinco anos.

b) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e Outras Construções	3 a 37
Equipamento Básico	1 a 19
Equipamento de Transporte	1 a 5
Ferramentas e Utensílios	1 a 7
Equipamento Administrativo	3 a 13
Taras e Vasilhame	1 e 3
Outras Imobilizações Corpóreas	1 a 12

Pontualmente existem bens cuja taxa de reintegração/amortização foi determinada a partir da fixação da sua vida útil em Janeiro de 2001, com a introdução do sistema *SAP R/3*.

Como resultado das reavaliações efectuadas (Nota 12), as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram aumentadas em 72.057,91 Euros. Deste montante, 40% não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC).

Durante o último Trimestre de 2009, foi efectuada a inventariação dos activos que constituem o imobilizado corpóreo da Docapesca e procedeu-se à sua reconciliação físico contabilística, a qual resultou no abate contabilístico de activo, no corrente exercício, no montante de 16.549 Euros, líquido de amortizações acumuladas.

c) Locação Financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

d) Investimentos Financeiros

O Investimento financeiro apresentado nas Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2009 encontra-se registado ao custo de aquisição e corresponde a um imóvel, adquirido em estado de uso, ao qual está a ser aplicada a taxa de amortização de 6,67 % (quinze anos de vida útil).

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio. Foi registado um ajustamento ao valor das existências de materiais de consumo, reduzindo o valor de inventário aos materiais de consumo a incorporar na prestação do serviço de Primeira Venda de Pescado.

Os produtos acabados encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

f) Ajustamento de dívidas a receber

Até 31 de Dezembro de 2008, o ajustamento às dívidas a receber de clientes e outros devedores foi realizado segundo o critério fiscal.

Em 2009, procedeu-se ao reconhecimento do diferencial entre o critério fiscal e o económico relativamente às dívidas a receber de clientes e outros devedores apuradas até 31 de Dezembro de 2008. Este acréscimo, por se tratar de uma regularização de grande significado relacionada com exercícios anteriores, foi registado em Resultados Transitados pelo montante de 528 mil Euros.

O ajustamento às dívidas a receber de clientes e outros devedores, reconhecido em 2009, foi realizado segundo o critério económico.

g) Especialização dos Exercícios

A Docapesca regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

Decorrendo da deliberação de encerramento da actividade da Delegação de Lisboa (Resolução do Conselho de Ministros n.º 162, de 20 de Outubro) foi contratualizada a rescisão de todos os seus Trabalhadores, inscrevendo-se em 2003 o correspondente valor das indemnizações devidas aos Trabalhadores ainda no activo em conta de Acréscimos de Custos – Rescisões a Pagar. A actualização correspondente ao exercício de 2009 foi relevada como custo do exercício.

Na sequência do contrato celebrado entre a *Repsol* e a Docapesca, em 2008, procedeu-se ao reconhecimento das quantidades de gasóleo colocadas nos tanques para abastecimento das embarcações, valorizado como gasóleo agrícola e sujeito a sucessivos créditos pelas saídas como gasóleo pesca. Este reconhecimento é registado em conta de custos diferidos por contrapartida da conta a pagar de fornecedores.

h) Fundo de Pensões

Conforme mencionado na Nota 31, a Docapesca assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma. Para cobrir essa responsabilidade, a Docapesca constituiu um fundo autónomo e uma provisão. A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, a Docapesca segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais das responsabilidades, efectuando dotações para o fundo e reforçando a provisão de modo a cobrir integralmente as suas responsabilidades.

i) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos à Docapesca, a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

j) Rédito

Nas demonstrações de resultados estão registados os proveitos relativos à Primeira Venda de Pescado pelo valor das taxas cobradas aos Armadores e Compradores de pescado intervenientes nas lotas.

O valor do pescado transaccionado nas lotas, que constitui a remuneração da produção dos Armadores e que, em simultâneo e pelo mesmo valor, representa as compras de pescado por parte dos Compradores em lota, não é registado nas demonstrações financeiras da Docapesca, embora seja a Docapesca a cobrar o seu valor aos Compradores de pescado e a entregá-lo aos Armadores.

Para este fluxo financeiro, a Docapesca movimenta contas de terceiros "armadores – marés", "cauções" e "cativações a armadores" (Nota 49) para efectuar os pagamentos de pescado e a conta de "compradores – guias" (Nota 49) para registar os recebimentos de pescado.

k) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando a taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporais.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual de recuperação futura.

A Docapesca não registou nas suas demonstrações financeiras os activos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre activos e passivos numa base contabilística e fiscal, por não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. O efeito do não registo dos impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2009 não se encontra quantificado.

A Docapesca optou por não reconhecer o correspondente activo por imposto diferido, em virtude da convicção de que não existirá capacidade de gerar matéria colectável no futuro suficiente para permitir a utilização dos referidos prejuízos a reportar.

6. IMPOSTOS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive; e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou

suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Docapesca dos anos 2006 a 2009 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Docapesca entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/ inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Nos termos do artigo 81.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, a Docapesca encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos, após a sua ocorrência, e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Em 31 de Dezembro de 2009 os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a:

Anos	Prejuízo Fiscal	Validade de Utilização
2004	1.388.101,17	2010
2005	1.649.532,50	2011
2006	2.245.696,64	2012
2007	776.490,43	2013
2008	109.713,98	2014
2009*	0,00	2015

* Estimativa de lucro fiscal no exercício de 2009: 735.203,30 Euros

A empresa está sujeita a Impostos sobre os Lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

A empresa está sujeita a Derrama sobre o Lucro Fiscal.

Em 2009, o imposto sobre o rendimento foi calculado de acordo com a Directriz Contabilística n.º 28 – Impostos Diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2009 a Docapesca tinha reconhecido no seu balanço um imposto diferido passivo no montante de 13.826,37 Euros, relativo a reservas de reavaliação efectuadas ao abrigo do Decreto-Lei n.º 264/92.

A rubrica “Impostos sobre o rendimento do exercício” decompõe-se da seguinte forma:

Imposto Diferido	(3.301,00)
Derrama	11.028,05
Imposto Corrente (tributação autónoma)	27.290,48
Total	35.017,53

Foi analisado o valor de realização dos pagamentos especiais por conta existentes em conta corrente e referentes aos anos de 2005 a 2009, que a Docapesca não tem vindo a recuperar dado o nível negativo dos resultados atingidos nos últimos exercícios.

Da análise efectuada concluiu-se que não são recuperáveis os pagamentos especiais por conta, pagos nos exercícios de 2005, 2006 e 2007, no valor de 141.096,00 Euros. Este montante foi registado em Resultados Transitados (Nota 40).

Igualmente se concluiu que, face à actividade prevista para os próximos anos, será incerta a recuperação dos valores dos pagamentos especiais por conta efectuados nos anos de 2008 e 2009, no montante de 108.588,00 Euros. Neste sentido, foi constituída uma provisão de igual valor no exercício de 2009 (Nota 34).

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

O número médio de pessoal ao serviço da Docapesca durante o exercício de 2009 e 2008 foi de 495 e 542.

8. DESPESAS DE INSTALAÇÃO

Os abates registados em Imobilizações Incorpóreas – Despesas de Instalação e Expansão correspondem a Estudos, Planos, Reestruturação e Aumento de Capital que foram “desreconhecidos”. O seu valor líquido era nulo à data do abate (Nota 10).

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

ACTIVO IMOBILIZADO BRUTO

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES / AJUSTAMENTOS	AQUISIÇÕES	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIA	ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS							
Despesas de Instalação	294.789,81	-	-	-	-	(294.789,81)	0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	913.276,75	8.395,00	208.859,50	-	-	(91.660,63)	1.038.870,62
	1.208.066,56	**8.395,00**	**208.859,50**	**0,00**	**0,00**	**(386.450,44)**	**1.038.870,62**
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS							
Edifícios e Outras Construções	60.860.007,85	-	516.800,22	-	(1.071.298,69)	(1.086.416,49)	59.219.092,89
Equipamento Básico	17.776.105,88	-	316.327,13	(56.680,67)	2.050.778,10	(1.059.543,58)	19.026.986,86
Equipamento Transporte	683.634,26	-	193,44	-	-	(4.151,47)	679.676,23
Ferramentas e Utensílios	191.314,55	-	12.494,43	-	1.355,00	(75.775,03)	129.388,95
Equipamento Administrativo	4.241.866,36	-	110.885,92	(44,98)	84.116,35	(1.124.976,10)	3.311.847,55
Taras e Vasilhame	504.538,57	-	150.170,00	(6.453,02)	-	(127.411,96)	520.843,59
Outras Imobilizações Corpóreas	253.484,99	-	7.572,12	-	7.037,71	(6.242,05)	261.852,77
Imobilizações em Curso	1.309.680,67	(232.314,30)	397.815,93	-	(1.071.988,47)	-	403.193,83
	85.820.633,13	**(232.314,30)**	**1.512.259,19**	**(63.178,67)**	**0,00**	**(3.484.516,68)**	**83.552.882,67**
INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
Obrigações do Tesouro	25.366,92	-	-	(25.366,92)	-	-	0,00
Investimentos em Imóveis	178.363,15	-	-	-	-	-	178.363,15
	203.730,07	**0,00**	**0,00**	**(25.366,92)**	**0,00**	**0,00**	**178.363,15**

O ajustamento efectuado na rubrica Propriedade Industrial e Outros Direitos resulta do diferencial entre a reclassificação em custos do exercício (trabalhos especializados) do valor de 14.875,00 Euros, correspondente a estudos sobre a nova imagem do Comprovativo de Compra em Lota (CCL), e o reconhecimento como investimento incorpóreo, por contrapartida de resultados, do valor correspondente à Implementação do Sistema de Compras Online de Peniche.

O ajustamento efectuado na rubrica de Imobilizações em Curso corresponde aos custos iniciais do projecto de investimento "Construção do Novo Mercado de Revenda de Matosinhos", registados em 2001, 2004 e 2007, que a Docapesca decidiu não realizar, transferindo o seu valor acumulado directamente para resultados transitados (Nota 40), por se tratar de uma regularização de grande significado relativa a exercícios anteriores.

As aquisições na rubrica Propriedade Industrial e Outros Direitos correspondem aos investimentos na Implementação do Sistema de Compras Via Internet (implementado em Peniche) e ao *Upgrade* das Licenças *SAP* para a versão *EEC 6.0* e Base de Dados *SQL*.

Desagregação dos movimentos de transferência entre rubricas de imobilizado durante o ano findo em 31 de Dezembro de 2009:

Designação	Transferências por incorporação	Transferências por desagregação	Transferências de incorporações de 2008	Total
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Edifícios e Outras Construções	967.878,83	12.356,61	(2.051.534,13)	(1.071.298,69)
Equipamento Básico	95.620,33	(31.776,57)	1.986.934,34	2.050.778,10
Equipamento Transporte	-	-	-	0,00
Ferramentas e Utensílios	905,00	-	450,00	1.355,00
Equipamento Administrativo	6.983,45	19.419,96	57.712,94	84.116,35
Taras e Vasilhame	-	-	-	0,00
Outras Imobilizações Corpóreas	600,86	-	6.436,85	7.037,71
Imobilizações em Curso	(1.071.988,47)	-	-	(1.071.988,47)
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

Em 31 de Dezembro de 2008, a Docapesca procedeu à transferência por incorporação de três investimentos que se encontravam finalizados nessa data. Os investimentos correspondem à Remodelação das Unidades de Acondicionamento e Embalagem de Pescado (UAEP) de Sesimbra, à quinta fase da ampliação da Fábrica de Gelo de Sines e à construção da Fábrica de Gelo de Matosinhos.

No exercício de 2009, a Docapesca procedeu a uma revisão dos componentes destes investimentos tendo efectuado reclassificações no montante de 2.051.534,13 Euros que afectaram o valor global das rubricas de Edifícios e Outras Construções, Equipamento Básico, Ferramentas e Utensílios, Equipamento Administrativo e Outras Imobilizações Corpóreas. As reclassificações foram efectuadas antes da data inicial de amortização dos investimentos transferidos.

Os abates registados em Imobilizações Corpóreas são maioritariamente (63%) decorrentes do inventário físico efectuado aos bens de imobilizado corpóreo, no exercício de 2009 (Nota 3b).

Em Julho de 2009 venceram-se as Obrigações do Tesouro OT99/2009/JUL, 2.541.500 títulos, que constituíam o respectivo investimento financeiro. Parte destes títulos (2.000.000), no valor nominal de 19.951,92 Euros, estavam à ordem do IPTM (ex Instituto Portuário do Norte) para caucionamento de obrigações decorrentes do Contrato de Concessão da Construção e Exploração de uma Fábrica de Gelo dividido, no Porto de Pesca da Póvoa de Varzim. No seguimento do seu resgate, o valor destas obrigações transitou para conta bancária sob a mesma obrigação e foi registada em conta corrente de terceiros por cauções prestadas (Nota 49).

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor líquido dos bens do activo imobilizado existentes no Porto de Pesca de Pedrouços é de 2.727.326 Euros.

Descrição dos Investimentos em Curso em 31 de Dezembro de 2009:

Designação do Investimento	2008	
– Investimentos Específicos:	79.700,61	
Projecto Construção Novo Mercado de Revenda Matosinhos – Sondagens	5.377,90	a)
Projecto Câmara Frigorífica Frescos, Lota Nazaré	37.787,71	
Projecto Venda Electrónica Pescado, Via Internet	35.200,00	
Projecto Licenciamento Industrial da Fábrica de Gelo de Matosinhos	1.335,00	
– Investimentos Correntes:	323.493,22	
Projecto Remodelação Instalações Sanitárias e Balneários, Lota Póvoa de Varzim	70.417,68	
Projecto Aquisição de equipamento informático (Lotas)	91.700,63	
Outros Investimentos Correntes em Curso	161.374,91	
Total de Investimentos em Curso	403.193,83	

a) Sondagens geotécnicas: O seu reconhecimento em resultados dependerá da conclusão do estudo de revisão do investimento de construção do novo mercado de revenda de Matosinhos.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica Investimentos Financeiros era constituída por um imóvel situado em Vila Real de Santo António que esteve parcialmente arrendado à Docapesca e onde funcionaram, no passado, os serviços administrativos da extinta Delegação de Vila Real de Santo António e que foi adquirido em 2007. Com a aquisição da totalidade do Imóvel, os contratos de arrendamento dos inquilinos das lojas do rés-do-chão passaram para a Docapesca.

AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS

DESIGNAÇÃO	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES / AJUSTAMENTOS	REFORÇO	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIA	ABATES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS							
Despesas de Instalação	294.789,81	-	-	-	-	(294.789,81)	0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	898.360,27	-	32.485,69	-	-	(87.410,76)	843.435,20
	1.193.150,08	**0,00**	**32.485,69**	**0,00**	**0,00**	**(382.200,57)**	**843.435,20**
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS							
Edifícios e Outras Construções	38.676.446,30	-	2.492.061,27	-	(5.689,16)	(996.636,03)	40.166.182,38
Equipamento Básico	14.288.405,04	569,31	904.840,57	(51.001,06)	(10.310,84)	(1.050.510,20)	14.081.992,82
Equipamento Transporte	571.567,72	-	54.005,24	-	-	(4.151,47)	621.421,49
Ferramentas e Utensílios	175.771,45	155,84	10.001,95	-	-	(75.756,29)	110.172,95
Equipamento Administrativo	3.811.263,44	-	204.836,95	(44,98)	16.000,00	(1.113.558,48)	2.918.496,93
Taras e Vasilhame	292.087,22	-	101.740,33	(5.949,58)	-	(103.227,26)	284.650,71
Outras Imobilizações Corpóreas	229.378,84	42,33	20.128,37	-	-	(6.059,32)	243.490,22
	58.044.920,01	**767,48**	**3.787.614,68**	**(56.995,62)**	**0,00**	**(3.349.899,05)**	**58.426.407,50**
INVESTIMENTOS FINANCEIROS							
Investimentos em Imóveis	13.711,33	-	9.140,88	-	-	-	22.852,21
	13.711,33	**0,00**	**9.140,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**22.852,21**

12. REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Docapesca procedeu, em anos anteriores, à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho;
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril;
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro;
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro.

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Discriminação dos movimentos efectuados em 2009 nos bens de imobilizado que foram objecto de reavaliação:

Reavaliações	2009	Abates em 2009	2008
Valor Aquisição	6.829.752,35	-	6.829.752,35
Reintegrações Acumuladas	(5.740.361,89)	-	(5.563.704,96)
Valor líquido	**1.089.390,46**	**0,00**	**1.266.047,39**
Valor Reavaliação DL 219/82	2.481.723,33	-	2.481.723,33
Reintegrações acumuladas	(2.481.723,33)	-	(2.481.723,33)
Valor Reavaliação DL 111/88	4.283.547,80	-	4.283.547,80
Reintegrações acumuladas	(4.283.547,80)	-	(4.283.547,80)
Valor Reavaliação DL 049/91	3.229.443,22	-	3.229.443,22
Reintegrações acumuladas	(3.229.443,22)	-	(3.229.443,22)
Valor Reavaliação DL 264/92	4.107.339,82	-	4.107.339,82
Reintegrações acumuladas	(3.968.686,19)	-	(3.935.676,19)
Valor líquido	**138.653,63**	**0,00**	**171.663,63**
Imposto diferido	**(13.829,37)**		**(17.127,37)**
Reserva de reavaliação	**124.824,26**		**154.536,26**

14. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E EM CURSO

A maioria das instalações utilizadas pela Docapesca estão implantadas em terrenos que pertencem ao Domínio Público, tendo a Docapesca celebrado contratos de concessão com as Administrações dos Portos do Douro e Leixões (Matosinhos), Porto de Sines e Portos de Setúbal e Sesimbra, assim como Protocolos de Exploração com ex-Juntas Autónomas de Portos (actual IPTM) e outras Instituições Públicas. O montante de imobilizações implantadas em propriedade alheia, em 31 de Dezembro de 2009, era de 57.028.075,55 Euros.

Em 31 de Dezembro encontravam-se penhorados (Nota 30), no âmbito do diferendo com o IPTM (Nota introdutória), os seguintes bens:

- O Estabelecimento Comercial/ Industrial na sua universalidade enquanto unidade jurídica;

- O Imobilizado Corpóreo composto por equipamento básico, ferramentas e utensílios, máquinas e ferramentas específicas;
- Os equipamentos de produção de frio e movimentação do Entreposto Frigorífico de Lisboa e da Fábrica de Gelo de Lisboa;
- A Fábrica de Gelo de Aveiro.

BENS IMOBILIZADOS IMPLANTADOS EM TERRENOS DO DOMÍNIO PÚBLICO

Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos e Administrações Portuárias

Entidades Locais	Valor aquisição	Reintegrações Acumuladas	Valor Líquido
APA	**2.755.319,57**	**-1.368.049,39**	**1.387.270,18**
Aveiro	2.755.319,57	-1.368.049,39	1.387.270,18
APDL	**16.151.201,44**	**-11.657.597,82**	**4.493.603,62**
Matosinhos	16.151.201,44	-11.657.597,82	4.493.603,62
APFF	**2.779.029,41**	**-1.117.765,23**	**1.661.264,18**
Figueira da Foz	2.779.029,41	-1.117.765,23	1.661.264,18
APL	**17.373.079,99**	**-15.017.675,26**	**2.355.404,73**
Lisboa	17.341.494,41	-14.995.281,03	2.346.213,38
Trafaria	31.585,58	-22.394,23	9.191,35
APSS	**5.120.719,61**	**-2.623.247,17**	**2.497.472,44**
Sesimbra	3.880.986,99	-1.848.949,41	2.032.037,58
Setúbal	1.239.732,62	-774.297,76	465.434,86
APS	**1.455.027,81**	**-456.602,91**	**998.424,90**
Sines	1.455.027,81	-456.602,91	998.424,90
APVC	**347.531,88**	**-190.018,83**	**157.513,05**
Viana do Castelo	347.531,88	-190.018,83	157.513,05
IPTM	**7.185.949,44**	**-3.405.503,88**	**3.780.445,56**
Ericeira	40.706,69	-35.921,42	4.785,27
Lagos	788.973,43	-507.637,33	281.336,10
Nazaré	856.025,56	-300.830,70	555.194,86
Olhão	625.938,36	-358.049,02	267.889,34
Peniche	1.332.443,42	-504.776,46	827.666,96
Portimão	637.451,09	-468.415,05	169.036,04
Póvoa de Varzim	307.902,01	-192.632,65	115.269,36
Sagres	1.028.743,80	-377.517,86	651.225,94
Tavira	139.513,64	-127.191,58	12.322,06
Vila Real de Santo António	1.428.251,44	-532.531,81	895.719,63
Total	**53.167.859,15**	**-35.836.460,49**	**17.331.398,66**

Câmaras Municipais

Entidades Locais	Valor aquisição	Reintegrações Acumuladas	Valor Líquido
Câmara Municipal de Peniche	**3.648.891,85**	**-3.112.105,09**	**536.786,76**
Peniche	3.648.891,85	-3.112.105,09	536.786,76
Câmara Municipal de Cascais	**211.324,55**	**-209.040,57**	**2.283,98**
Cascais	211.324,55	-209.040,57	2.283,98
Total	**3.860.216,40**	**-3.321.145,66**	**539.070,74**

Nota: Os bens considerados no presente quadro são:

- Edifícios;
- Grandes Beneficiações Correntes em Edifícios;
- Grandes Beneficiações Estruturais em Edifícios;
- Edificações Ligeiras;
- Instalações Frigoríficas Ligeiras;
- Vedações Metálicas;
- Muros;
- Obras Pavimentação;
- Instalações Eléctricas e Telefónicas;
- Pontes Cais e Molhes;
- Outras Instalações Específicas;
- Obras Estruturais em Edifícios Alheios;
- Obras Correntes em Edifícios Alheios.

As imobilizações corpóreas em poder de terceiros, a 31 de Dezembro de 2009, eram as seguintes:

Equipamentos de Comunicação (PDA c/ Telemóvel) – Em poder de Colaboradores da Docapesca	2.884,71
Equipamento Informático Diverso (Impressoras e Monitores) – Em Poder de Colaboradores da Docapesca	9.797,02
Molde de Gravação de Caixas Plástico – Em poder da Fábrica de Plásticos Titan, Lda.	60.105,15

15. BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de Dezembro de 2009, a Docapesca tem os seguintes bens em regime de locação financeira:

Designação	Valor Contabilístico	Amortização	Valor Líquido
Veículo Automóvel VW Polo GP Van 1.4 TDI – Matrícula 13-DX-70	11.404.96	5.802,65	5.602,31

Conforme indicado na Nota 3 c), a Docapesca regista os seus bens pelo método financeiro.

Plano Financeiro de Amortização

	Valores	
Valor Contabilístico	11.404,96	
(5) Agosto a Dezembro de 2007	(915,54)	(1)
(12) Janeiro a Dezembro de 2008	(2.327,98)	
(12) Janeiro a Dezembro de 2009	(2.559,13)	
(12) Janeiro a Dezembro de 2010	(2.724,54)	
(6) Janeiro a Junho 2011	(1.408,34)	
Valor Residual	(1.469,43)	

(1) O valor da amortização está subavaliado em 2,38 Euros, que se encontram acrescidos ao montante da amortização de 2008.

Designação	Valor Contabilístico	Amortização	Valor Líquido
Veículo Automóvel VW Polo 1.4 TDI – Matrícula 14-FE-17	20.753,00	8.473,21	12.279,79
Veículo Automóvel VW Polo 1.4 TDI – Matrícula 14-FE-18	20.753,00	8.473,21	12.279,79

Plano Financeiro de Amortização

	Valores 14-FE-17	Valores 14-FE-18
Valor Contabilístico	20.753,00	20.753,00
(11) Fevereiro a Dezembro de 2008	(4.004,07)	(4.004,07)
(12) Janeiro a Dezembro de 2009	(4.469,14)	(4.469,14)
(12) Janeiro a Dezembro de 2010	(4.702,44)	(4.702,44)
(12) Janeiro a Dezembro de 2011	(4.947,95)	(4.947,95)
(1) Janeiro de 2012	(423,80)	(423,80)
Valor Residual	(2.075,30)	(2.075,30)

21. AJUSTAMENTOS DOS ACTIVOS CIRCULANTES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos ao activo circulante:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Existências				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	24.659,45	0,00	24.659,45
Mercadorias	0,00	652,97	0,00	652,97
Total ……	**0,00**	**25.312,42**	**0,00**	**25.312,42**
Dívidas de Terceiros				
Clientes de Cobrança Duvidosa	4.715.455,64	1.193.491,64	-763.329,62	5.145.617,66
Outros Devedores de Cobrança Duvidosa	2.533.660,51	87.579,33	-15.561,66	2.605.678,18
Total ……	**7.249.116,15**	**1.281.070,97**	**-778.891,28**	**7.751.295,84**

Em matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão registados ajustamentos ao valor dos materiais de consumo que não se destinam a incorporação directa na prestação do serviço de Primeira Venda de Pescado.

Em outros devedores estão registados ajustamentos relacionados com dívidas de aquisição de pescado em lota e de adiantamentos concedidos aos Armadores sobre vendas futuras em lota.

Em 31 de Dezembro de 2008 existiam dívidas de cobrança duvidosa no montante de 7.983.668,01 Euros para as quais haviam sido registados ajustamentos de dívidas a receber no montante de 7.249.116,15 Euros.

No final do exercício de 2009 foi registado o diferencial para o ajustamento integral das dívidas de cobrança duvidosa existentes em 31 de Dezembro de 2008, corrigidas das recuperações obtidas no decorrer do ano de 2009. Este reforço das rubricas de ajustamentos foi reconhecido directamente em Resultados Transitados (Nota 40):

		Ajustamentos do exercício	Resultados Transitados
Rubricas	**Reforço**	**Demonstração de Resultados**	**Balanço (Nota 40)**
Clientes de Cobrança Duvidosa	1.193.491,54	749.688,23	443.803,31
Outros Devedores de Cobrança Duvidosa	87.579,28	2.647,91	84.931,37
Dívidas de Terceiros	**1.281.070,82**	**752.336,14**	**528.734,68**

As reversões do ano de 2009 tiveram as seguintes origens:

		Reversões do exercício	Resultados extraordinários	
Rubricas	**Reversão**	**Por cobrança**	**Por anulação**	**Regularizações**
Clientes de Cobrança Duvidosa	763.329,62	412.858,45	350.468,14	3,03
Outros Devedores de Cobrança Duvidosa	15.561,66	12.904,08	2.657,70	(0,12)
Dívidas de Terceiros	**778.891,28**	**425.762,53**	**353.125,84**	**2,91**

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Redução	Saldo Final
Clientes Cobrança Duvidosa	5.365.075,96	749.688,13	(969.146,43)	5.145.617,66
Outros devedores Cobrança Duvidosa	2.618.592,05	2.647,91	(15.561,78)	2.605.678,18
Total ……	**7.983.668,01**	**752.336,04**	**(984.708,21)**	**7.751.295,84**

A redução das dívidas de cobrança duvidosa no decorrer do ano de 2009 teve as seguintes origens:

Rubricas	Redução	Por cobrança	Por anulação
Clientes de Cobrança Duvidosa	969.146,43	540.739,65	428.406,78
Outros Devedores de Cobrança Duvidosa	15.561,78	12.841,57	2.720,21
Total ……	**984.708,21**	**553.581,22**	**431.126,99**

Quando possível, foi recuperado o IVA sobre as dívidas incobráveis, como se apresenta no seguinte quadro:

Rubricas	Redução das dívidas por anulação	IVA recuperado	Valor líquido das dívidas anuladas
Clientes de Cobrança Duvidosa	428.406,77	(65.674,55)	362.732,22
Outros Devedores de Cobrança Duvidosa	2.720,21	(62,51)	2.657,70
Total ……	**431.126,98**	**(65.737,06)**	**365.389,92**

O custo das dívidas incobráveis, após reversão dos ajustamentos, foi reconhecido em Resultados Extraordinários pelo montante de 12.264,08 Euros (Nota 46).

Rubricas	Valor líquido das dívidas anuladas	Reversão de ajustamentos das dívidas anuladas	Custo das dívidas incobráveis (Nota 46)
Clientes de Cobrança Duvidosa	362.732,22	(350.468,14)	12.264,08
Outros Devedores de Cobrança Duvidosa	2.657,70	(2.657,70)	-
Total ……	**365.389,92**	**(353.125,84)**	**12.264,08**

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

	2009	2008
– Adiantamentos Pessoais	4.348,90	4.313,35
– Adiantamentos para Rescisões	10.000,00	10.000,00
– Seguros de Saúde de Familiares	826,62	826,62
– Seguros de Vida	(3.403,72)	-
– Outros	2.206,81	6.029,16
Total dos adiantamentos ao Pessoal	13.978,61	21.169,13

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS

A dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul (Nota 53, ponto 2) tem processo em execução fiscal, parcialmente garantido pela penhora dos equipamentos de produção de frio e movimentação do Entreposto Frigorífico de Lisboa e pela Fábrica de Gelo de Lisboa, a que foi atribuído pela Direcção Geral de Impostos o valor de 2.000.000,00 Euros, e também a Fábrica de Gelo de Aveiro, a que foi atribuído o valor de 156.652,96 Euros. A restante dívida reclamada está garantida por duas garantias bancárias (Nota 32).

QUADRO RESUMO DOS BENS PENHORADOS

	Valor de Aquisição	Valor Atribuído à Penhora
Câmara frigorífica do Mercado de Segunda Venda de Pedrouços	75.015,86	
Central de Água Doce de Pedrouços	386.627,87	
Equipamentos de Movimentação e Outros	637.594,85	2.000.000,00
Fábrica de Gelo de Pedrouços	1.459.296,53	
Câmaras Frigoríficas e Antecâmara de Refrigeração de Pedrouços	995.969,17	
Fábrica de Gelo de Aveiro	1.084.438,96	156.652,96

Em 13 de Outubro de 2008, foram penhorados:

- O Estabelecimento Comercial/Industrial na sua universalidade enquanto unidade jurídica;
- O Imobilizado Corpóreo composto por equipamento básico, ferramentas e utensílios, máquinas e ferramentas específicas, conforme listagem, a que foi atribuído o valor global presumível de 20.658.463 Euros.

Esta penhora resulta de cinco mandatos de penhora extraídos dos correspondentes processos executivos, a correr termos no Serviço de Finanças de Lisboa 6, em que figura como exequente o IPTM e como executado a Docapesca. As dívidas referenciadas nestes processos correspondem às taxas de movimentação de pescado (Nota 53, ponto 3).

Em 2008 foram penhorados os créditos referentes a rendas e/ou rendimentos periódicos a oito clientes da Docapesca para pagamento da dívida reclamada pela APA, através de execução fiscal, a correr os seus termos no Serviço de Finanças de Lisboa 6 (Nota 53, ponto 4). As dívidas referenciadas neste processo correspondem às taxas de movimentação de pescado. As penhoras foram levantadas no quarto trimestre de 2009.

O valor global pago através destas penhoras foi de 109.636,72 Euros.

31. COMPROMISSOS RELATIVOS A PENSÕES

A Empresa tem um plano de benefícios definidos, com pagamento de prestações pecuniárias para os seguintes benefícios:

- Pensões de reforma por velhice ou invalidez;
- Prémio de reforma por velhice ou invalidez;
- Subsídio por morte;
- Pensão de sobrevivência.

O plano de benefícios definidos da Docapesca está dividido em duas partes, havendo um fundo constituído, gerido por uma entidade gestora de Fundos de Pensões, para a cobertura parcial dos complementos de pensão de reforma por velhice ou invalidez. As restantes responsabilidades estão a cargo da própria empresa.

BREVE DESCRIÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS:

1. BENEFÍCIOS DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

1.1. PENSÕES DE REFORMA

Elegibilidade: Todos os Trabalhadores da Empresa admitidos até 30 de Junho de 2001.

Idade normal de reforma: Sessenta e cinco anos para os homens e para as mulheres.

Número de pagamentos: Catorze vezes ao ano.

Salário pensionável líquido: Último salário mensal recebido no activo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez

PD = BxSPL – PSS
Max PD = SPB – PSS

Em que: PD = Pensão de reforma mensal DOCAPESCA
SPL = Salário pensionável líquido
PSS = Pensão mensal a cargo da Segurança Social
SPB = Salário pensionável bruto
B = % Benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Tabela I

Antiguidade	% de Benefício
>=30	100.0%
>=25 e <30	90.0%
>=20 e <25	80.0%
<20	75.0%

Actualização das pensões: O valor da pensão é recalculado anualmente[1], tendo por base a pensão da Segurança Social e o salário líquido que o reformado receberia se estivesse no activo. Com esta actualização não poderá ser excedido o salário pensionável bruto auferido à data da reforma.

FUNDO DE PENSÕES DA DOCAPESCA

Uma parcela das responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência deverá ser suportada pelo Fundo de Pensões da Docapesca, tendo por base o actual clausulado do Contrato Constitutivo.

Salário pensionável líquido: Último salário mensal recebido no activo, excluindo as remunerações de carácter variável, líquido de TSU e IRS.

Pensão de reforma por velhice ou invalidez:

PF = B x SPL – PSS
Max PF = 100 €

Em que: PF = Pensão de reforma mensal a cargo do Fundo
SPL = Salário pensionável líquido
PSS = Calculada de acordo com o regime em vigor em 1993

Sobre os quais incidiram as contribuições para a Segurança Social.

N = anos de serviço com descontos para a Segurança Social

[1] Aplica-se apenas às pensões cujo valor na data da reforma é superior a zero.

B = % benefício em função dos anos de serviço (Tabela I)

Número de pagamentos: Treze vezes ao ano.

1.2. PRÉMIO DE REFORMA

Os Trabalhadores que passem à reforma por velhice ou invalidez ao serviço da Docapesca têm direito a um prémio calculado da seguinte forma:

NÚMERO DE ANOS DE SERVIÇO (N)	PRÉMIO DE VELHICE	PRÉMIO DE INVALIDEZ
N < 20	1 x salário mensal	------
20 ≤ N < 25	2 x salário mensal	1 x salário mensal
25 ≤ N < 30	3 x salário mensal	1 x salário mensal
30 ≤ N < 35	6 x salário mensal	2 x salário mensal
35 ≤ N	6 x salário mensal	3 x salário mensal

Idade normal de reforma: Sessenta e cinco anos para as mulheres e para os homens.

Salário mensal: Último salário líquido mensal recebido no activo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

1.3. SUBSÍDIO POR MORTE

Em caso de morte do Trabalhador no activo, ou na situação de reformado, a Docapesca pagará aos seus herdeiros o seguinte valor:

Morte no activo	3 x salário mensal
Morte na reforma	3 x complemento mensal

O subsídio será atribuído pela seguinte ordem de prioridades a:

1. Cônjuge sobrevivo, não separado judicialmente de pessoas e bens;
2. Pessoa que viva com o Trabalhador em situação análoga à de cônjuge, nos termos do Art. 2020.º do Código Civil;
3. Filhos ou equiparados com direito ao Abono de Família.

Salário mensal: Último salário ilíquido mensal recebido no activo, excluindo remunerações de carácter variável (RIM).

Complemento mensal: Último complemento de reforma mensal recebido pelo falecido, pago pela Empresa ou pelo Fundo.

1.4. PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA

Em caso de morte do Trabalhador no activo, a Docapesca pagará uma pensão de sobrevivência aos filhos do Trabalhador, nas seguintes condições:

1. Filhos menores;
2. Filhos até atingirem os 20 anos de idade.[2]

O valor da pensão de sobrevivência será equivalente ao salário mínimo da Empresa e será distribuído da seguinte forma**:**

NÚMERO DE FILHOS	BENEFÍCIO
1 Filho	35% x salário mínimo da Empresa
2 Filhos	55% x salário mínimo da Empresa
3 ou mais filhos	75% x salário mínimo da Empresa

Número de pagamentos: Doze vezes ao ano.

Actualização das pensões: De acordo com a revisão anual da tabela salarial.

1.5. ALTERAÇÃO AO PLANO DE PENSÕES

- **Responsabilidades com serviços passados dos benefícios definidos:**

	2009	2008
A suportar pelo Fundo de Pensões	1.650.412	1.817.000
A cargo da empresa (Nota 34)	5.939.761	6.047.196
	7.590.173	7.864.196

- **Nível de financiamento das responsabilidades afectas ao Fundo de Pensões:**

	2009	2008
Responsabilidades com Serviços Passados	1.650.412	1.817.000
Valor do Fundo de Pensões	1.682.158	1.802.102
(Deficit) / Excesso de financiamento (Nota 51)	31.746	(14.898)

- **Valor reconhecido na Demonstração de Resultados como custo corrente:**

	2009	2008
Custo dos serviços correntes	40.167	43.541
Custos dos Juros	376.662	396.706
Retorno dos Activos	(80.713)	60.365
Perdas / (Ganhos) actuariais	69.779	(12.971)
	405.895	487.641
Regularização por pagamentos e retenções não incluídos no cálculo actuarial	(1.160)	-
Custo / (Proveito) Total	404.735	487.641

[2] Desde que seja comprovada a manutenção do direito ao abono de família.

- **Movimentos efectuados na Conta de Provisões para benefícios de reforma:**

	2009	2008
– Início do ano	6.047.196	6.235.021
– Custos do exercício pelos benefícios a cargo da empresa	392.129	348.325
– Pagamentos a beneficiários	(499.564)	(536.150)
– Final do ano	**5.939.761**	**6.047.196**

– **Movimentos efectuados nas contas do Fundo de Pensões**

Activos	2009	2008
– Início do ano	1.802.102	2.138.810
– Pagamentos e Custos	(259.907)	(276.343)
– Retorno real dos activos	80.713	(60.365)
– Contribuições para o Fundo	59.250	-
– Final do ano	1.682.158	1.802.102

Passivos	2009	2008
– Início do ano	1.817.000	2.014.392
– Custos do exercício pelos benefícios a cargo do Fundo	93.319	78.951
– Pagamentos e custos	(259.907)	(276.343)
– Final do ano	1.650.412	1.817.000
(*Deficit*) / Excesso de Financiamento	31.746	(14.898)

Principais pressupostos actuariais reportados ao final do exercício:	2009	2008
– Taxa de rendimento do Fundo	5%	5 %
– Taxa de crescimento salarial	3%	3 %
– Taxa de crescimento das Pensões	2%	2 %
– Taxa de retorno real dos activos do Fundo	5,34%	- 2,53 %

A tabela de mortalidade utilizada no estudo actuarial de 31 de Dezembro de 2009 foi a TV 73/77.

A entidade que procedeu à avaliação actuarial de fim do exercício de 2009 apresentou, a pedido da Docapesca, a avaliação do impacto decorrente da aplicação da tabela de mortalidade francesa TV 88/90 nas responsabilidades com benefícios de reforma e sobrevivência a cargo da empresa e do Fundo de Pensões da Docapesca, que ascende a 768.410 Euros.

(Valores em Euros)

	Aplicação da tabela		Impacto nas Responsabilidades
	TV 73/77	TV 88/90	
Fundo de Pensões	1.650.412	1.870.233	219.821
Docapesca	5.939.761	6.488.350	548.589
Total			**768.410**

Tendo por base o cálculo mínimo de financiamento exigido pelo ISP, de acordo com a norma n.º 21/96, de 5 de Dezembro, com referência a 31 de Dezembro de 2008, a Docapesca estava obrigada

a efectuar uma contribuição para o Fundo de, pelo menos, 43.941 Euros para garantir o nível mínimo de financiamento exigido, que foi cumprida durante o mês de Fevereiro de 2009, pelo montante de 44.000 Euros.

De acordo com a mesma Norma, o cálculo mínimo de financiamento exigido pelo ISP com referência a 31 de Dezembro de 2009, estimado a 14 de Dezembro de 2009, exigiu nova contribuição para o Fundo (pelo menos 15.247 Euros) que a Docapesca efectuou, em Dezembro de 2009, pelo montante de 15.250 Euros.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas, como segue:

Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	591.279,43	(a)
Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	745.300,00	(b)
Serviços de Finanças 7.º Bairro Lisboa	⇒	745.300,00	(b)
Shell	⇒	100.000,00	(c)
Repsol	⇒	100.000,00	(c)
Direcção Geral das Alfândegas	⇒	99.759,58	(d)
EDP – Serviço Universal	⇒	291.893,33	(e)
Direcção Geral das Pescas e Aquicultura	⇒	191.312,17	(f)
Tavamar	⇒	120.000,00	(g)
Restantes Garantias Prestadas	⇒	54.663,45	
Total ……		**3.039.507,96**	

a) Foi prestada em 27 de Junho de 2002 uma garantia bancária ao Serviço de Finanças, do 7.º Bairro Fiscal de Lisboa, no valor global de 591.279,43 Euros, relativa a uma Liquidação Adicional de IVA, a qual foi reclamada pela Docapesca. O perdão de juros provocou a redução do montante da provisão criada para 354.273,41 Euros (Nota 53, ponto 1).

b) Foram prestadas duas Garantias Bancárias ao Serviço de Finanças, do 7.º Bairro Fiscal de Lisboa, no montante de 745.300,00 Euros cada, totalizando 1.490.600,00 Euros e foram penhorados bens diversos (equipamento frigorífico, ferramentas diversas, instalações diversas, empilhadores diversos e outros equipamentos de Lisboa e Equipamentos da Fábrica de Gelo em Aveiro), no montante de 2.156.652,96 Euros (Notas 30 e 53, ponto 2).

   O valor global destas garantias destinou-se a suspender a execução fiscal de uma dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, relativa ao pagamento de 1,5% do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado, de que são sujeitos passivos os Compradores de pescado em lota, referente aos exercícios de 2000 a 2002.

c) Duas garantias bancárias de 50.000 Euros destinadas a garantirem o fornecimento de combustível para os postos de abastecimento dos Portos de Pesca de Matosinhos e da Póvoa de Varzim, explorados pela Docapesca, em nome da *Shell* e outra garantia bancária de 100.000 Euros em nome da *Repsol* para igual destino.

d) Garantia prestada à Direcção Geral das Alfândegas para caucionar as operações desenvolvidas no entreposto aduaneiro do Entreposto Frigorífico de Pedrouços.

e) Garantias bancárias prestadas à *EDP* para caucionar encargos com o fornecimento de energia a diversas instalações da empresa.

f) Três garantias prestadas à Direcção Geral das Pescas e Aquicultura destinadas a caucionarem o recebimento de subsídios ao abrigo do PIDDAC, antes da comprovação dos investimentos.

g) Garantia bancária destinada a caucionar o acordo com o cliente *Tavamar*. Esta garantia já foi devolvida ao banco em Janeiro de 2010.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final	
291 – Provisões para Pensões	6.047.196,36	392.129,18	(499.564,40)	5.939.761,14	(a)
298 – Outras Provisões	9.297.059,03	2.634.742,11	(2.652.901,06)	9.278.900,08	
Taxa de Movimentação de Pescado IPTM	7.768.097,10	2.140.413,58	(2.543.264,34)	7.365.246,34	(b)
Taxa de Movimentação de Pescado APA	1.174.688,52	115.578,90	(109.636,72)	1.180.630,70	(c)
Taxa de Movimentação de Pescado APVC	-	15.050,45	-	15.050,45	(d)
Taxa de Movimentação de Pescado APFF	-	51.645,22	-	51.645,22	(e)
Liquidação Adicional - IVA	354.273,41	-	-	354.273,41	(f)
Falhas de caixa em Viana do Castelo	-	171.113,36	-	171.113,36	(g)
Pagamento Especial por conta	-	108.588,00	-	108.588,00	(h)
Transfrio – Reclamação	-	11.263,12	-	11.263,12	
Vianapesca – valores em falta	-	21.089,44	-	21.089,44	

(a) Provisões relativas às responsabilidades com complementos de reforma, calculadas com base nos dados do estudo actuarial reportado ao final do exercício (Nota 31).

(b) Provisões para pagamento ao IPTM de:

- 0,55% do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os Compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2004 a 2009.

- 1,5% do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os Compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2000 a 2003, líquidos de pagamentos efectuados em 2000 e 2001.

  Os valores apurados correspondem às transacções de pescado sujeitas à taxa de comprador de 3% (e de 5%, a partir de 12 de Maio de 2008) nas seguintes Lotas:

  - Viana do Castelo
  - Póvoa de Varzim
  - Vila do Conde
  - Figueira da Foz
  - Nazaré
  - Peniche
  - Ericeira
  - Sagres
  - Lagos
  - Portimão
  - Olhão
  - Tavira
  - Vila Real de Santo António.

As reclamações apresentadas em sucessivos processos de execução fiscal pelo IPTM, no decurso do exercício de 2008 e em Dezembro de 2009 (Nota 53, ponto 3), e o consentimento do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa para a Docapesca proceder ao pagamento da parte respeitante ao capital da dívida reclamada em 2002 (Nota 53, ponto 2) motivaram o reconhecimento supletivo dos valores reclamados pelo Instituto Portuário do Sul, baseados nas suas estimativas que não têm correlação com os valores apurados pela Docapesca. Este mesmo cálculo foi aplicado aos restantes processos reclamados pelo IPTM, tendo o seu reconhecimento sido efectuado por contrapartida directa de Resultados Transitados (Nota 40).

O valor global da dívida reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, em 2002, no valor de 2.543.264,30 Euros, já em pagamento, transitou para uma conta apropriada de Terceiros – Outros Credores (Nota 49).

(c) Provisões para pagamento à APA de 1,5 % do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os Compradores de pescado em lota, referentes aos exercícios de 2000 a 2009.

Os valores apurados correspondem às transacções de pescado sujeitas à taxa de comprador de 3% (e de 5%, a partir de 12 de Maio de 2008) na Lota de Aveiro.

A provisão foi reduzida, em 2009, pela cobrança efectuada através das penhoras de créditos da Docapesca sobre a sua facturação de rendas e rendimentos periódicos a oito clientes (Nota 30).

(d) Provisão para pagamento à APVC de 0,55 % do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os Compradores de pescado em lota, referente ao exercício de 2009.

(e) Provisão para pagamento à APF de 0,55 % do valor do pescado transaccionado em lota, equivalente à taxa de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os Compradores de pescado em lota, referente ao exercício de 2009.

(f) Provisão para os eventuais encargos associados a um processo judicial em curso, relativo a uma liquidação adicional de IVA, que foi reclamada pela Docapesca (Nota 53, ponto 1).

(g) Provisão para uma falha de caixa detectada na Delegação de Viana do Castelo (Nota 54).

(h) Provisão para a provável perda do montante entregue a título de Pagamento Especial por Conta nos exercícios de 2008 e 2009 (Nota 6).

Os aumentos na rubrica de Outras Provisões foram registados em diferentes contas, pelos seguintes valores:

	Provisão do exercício	Resultados Transitados
298 – Outras Provisões	**Demonstração de Resultados**	**Balanço (Nota 40)**
Taxa de Movimentação de Pescado IPTM	431.224,60	1.709.188,98
Taxa de Movimentação de Pescado APA	115.578,90	-
Taxa de Movimentação de Pescado APVC	51.645,22	-
Taxa de Movimentação de Pescado APFF	15.050,49	-
Falhas de caixa em Viana do Castelo	-	171.113,36
Pagamento Especial por conta	108.588,00	-
Transfrio - Reclamação	11.263,12	-
Vianapesca Comercialização - valores em falta	21.089,44	-
	754.439,77	1.880.302,34

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2009 o capital da empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 1.705.680 acções, no valor nominal de 5,00 Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

O capital social é detido a 100% pela Direcção Geral do Tesouro e Finanças.

39. MOVIMENTO OCORRIDO NAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Em 2009 registaram-se as seguintes variações nas contas de Reservas de Reavaliação:

Reservas de Reavaliação	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
DL n.º 264/92 (Nota 13)	171.663,63	-	(33.010,00)	138.653,63
DL n.º 264/92 – Impostos Diferidos	(17.127,37)	3.301,00	-	(13.826,37)
Soma	**154.536,26**	**3.301,00**	**(33.010,00)**	**124.827,26**

Dando cumprimento à Directriz Contabilística n.º 16 – Reavaliação de Activos de Imobilizado Tangíveis, foram transferidos da conta de Reservas de Reavaliação para a Conta de Resultados Transitados os valores correspondentes à realização das referidas reservas no corrente exercício.

40. VARIAÇÃO DAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de Capital Próprio, durante o exercício de 2009, foi como segue:

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo Final
Capital	8.528.400,00	-	-	-	8.528.400,00
Reservas Reavaliação	154.536,26	3.301,00	(33.010,00)	-	124.827,26
Reserva Legal	100.620,52	-	-	-	100.620,52
Reserva Doações	5.736,18	-	(5.736,18)	-	0,00
Resultados Transitados	(15.729.447,64)	77.368,05	(4.255.236,85)	-	(19.907.316,44)
Resultados Líquidos	(1.380.849,67)	116.292,84	-	1.380.849,67	116.292,84
Total	**(8.321.004,35)**	**196.961,89**	**(4.293.983,03)**	**1.380.849,67**	**(11.037.175,82)**

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada em 15 de Maio de 2009, foi decidido que a aplicação dos resultados líquidos referentes ao exercício de 2008 fosse a seguinte:

- *Que o resultado, no montante negativo de 1.380.849,67 Euros, fosse levado à conta de Resultados Transitados.*

Reserva legal:

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Os Estatutos da Docapesca determinam que, pelo menos, 10% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta atinja o montante exigível.

Reserva de reavaliação:

Esta rubrica resulta da reavaliação do imobilizado corpóreo, efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos Accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

Resultados Transitados:

	Aumento	Diminuição
Resultados do Exercício anterior	-	(1.380.849,67)
Reservas de Reavaliação (Nota 39)	33.010,00	(3.301,00)
Correcções efectuadas em 2009	-	-
Ajustamentos de dívidas de clientes (Nota 21)	-	(528.734,83)
Indemnização por rescisão de trabalho (1)	-	(63.000,00)
Regularização de Projecto em Curso (Nota 10)	-	(232.314,30)
Doações (2)	5.736,18	-
Falha de caixa em Viana do Castelo (Notas 34 e 54)	-	(171.113,36)
Subsídios ao investimento (Nota 52)	38.621,87	-
Subsídio ao investimento	-	(25.638,71)
Pagamentos Especiais por Conta (Nota 6)	-	(141.096,00)
Taxa de movimentação de pescado IPTM (Nota 34)	-	(1.709.188,98)
	77.368,05	**(4.255.236,85)**

(1) Valor de uma rescisão de contrato de trabalho contratualizada em 2008 que foi registada em 2009, na data do seu efectivo pagamento.

(2) Conjunto de bens móveis doados à Docapesca que foram abatidos ao Imobilizado corpóreo.

41. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

MOVIMENTOS	Mercadorias		Matérias Subsidiárias de Consumo	
	2009	2008	2009	2008
Existências Iniciais	485.141,43	501.988,80	143.449,30	118.033,63
Compras	1.857.940,00	3.135.381,00	183.020,24	193.944,19
Regularizações (+)	11.970,13	-	-	-
Regularizações (-)	23.701,67	9.871,06	5.718,48	680,94
Existências Finais	370.505,94	485.141,43	101.950,46	143.449,30
Custos no Exercício	1.960.843,95	3.142.357,31	218.800,60	167.847,58

42. DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

Movimentos	Produtos Acabados	
	2009	2008
– Existências finais	2.198,28	2.157,32
– Existências iniciais	2.157,32	1.901,13
– Diminuição no exercício	-	-
– Aumento no exercício	40,96	256,19

Em 31 de Dezembro de 2009, a Docapesca tinha, em silos, 123.200 kgs de gelo produzido.

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As Remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais nos exercícios de 2009 e 2008 foram respectivamente:

	2009	2008
Remunerações do Conselho de Administração		
– Remuneração Mensal	112.057,44	112.289,21
– Subsídio de Férias	20.374,08	37.413,95
– Subsídio de Natal	10.187,10	10.205,76
– Despesas de Representação	38.904,72	38.980,45
Encargos com Remunerações	19.242,18	19.134,55
Caixa Geral de Aposentações	4.605,48	4.274,89
Seguros de Acidentes de Trabalho	1.484,46	1.664,87
Seguro de Acidentes Pessoais	920,2	1.211,92
Senhas de Presença dos membros da Mesa da Assembleia Geral	1.069,61	1.069,61
Revisão Legal de Contas	13.620,00	13.620,00

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS

ACTIVIDADES	MERCADO INTERNO	
	2009	2008
Vendas:	**4.168.202,00**	**5.219.165,83**
– Venda de Gelo	1.887.289,87	1.629.612,29
– Venda de Combustíveis	1.302.018,59	2.384.787,17
– Venda de Aprestos de Pesca	623.720,11	762.936,93
– Venda de Lubrificantes	176.880,15	169.589,69
– Venda de Baterias	65.154,28	76.210,43
– Venda de Comandos	47.352,52	153.712,26
– Venda de Embalagens	65.786,48	42.317,06
Prestações de Serviços:	**21.630.818,08**	**23.506.556,26**
– Serviço de Primeira Venda Pescado (Nota 3j)	15.456.839,58	16.926.464,19
– Serviços dos Portos de Pesca	4.139.624,76	4.189.207,29
– Serviços dos Entrepostos Frigoríficos	1.631.690,47	1.960.183,45
– Serviços de Obs. de Pesca – NAFO	307.439,40	234.631,60
– Outros	95.223,87	196.069,73

A Docapesca não efectua vendas, nem presta serviços para o mercado externo.

As vendas não incluem o valor do pescado transaccionado em lota. Em Prestações de Serviços da Primeira Venda de Pescado estão registados os valores das taxas de Primeira Venda de Pescado cobradas pela Docapesca sobre o referido valor do pescado transaccionado em lota.

45. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas	Exercício	
	2009	2008
681 – Juros Suportados	**150.843,25**	**291.406,39**
– Empréstimos Bancários	145.626,06	254.023,34
– Juros de Mora	2.468,74	34.264,90
– Juros c/c	836,14	745,63
– Outros Juros	1.912,31	2.372,52
683 – Amortizações Investimentos em Imóveis (Nota 3d)	**9.140,88**	**9.140,88**
688 – Outros Custos/Perdas Financeiras	**96.573,31**	**89.471,48**
– Garantias Bancárias	33.866,05	32.972,77
– Comissões – Cheques	25.297,43	25.658,10
– Comissões Bancárias	16.728,26	16.883,64
– Comissões – Linhas de Crédito	11.410,60	7.024,92
– Serviços Bancários	2.927,16	2.603,45
– Outros	6.343,81	4.328,60
Total	**256.557,44**	**390.018,75**
Resultados Financeiros	**-149.092,60**	**-196.389,28**
	107.464,84	**193.629,47**

Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2009	2008
781 – Juros Obtidos	**94.620,59**	**179.018,38**
– Depósitos Bancários	2.826,26	5.433,31
– Obrigações (Nota 10)	1.003,89	1.003,89
– Outros Juros:		
Juros de Mora	77.072,69	135.283,43
Adiantamentos a Armadores	13.717,75	37.245,35
Outros	-	52,4
783 – Rendimentos de Imóveis	**9.260,04**	**9.260,04**
786 – Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	**3.584,21**	**5.345,80**
788 – Outros Proveitos/Ganhos Financeiros	**-**	**5,25**
Total	**107.464,84**	**193.629,47**

46. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas	Exercício	
	2009	2008
691 – **Donativos**	4.100,00	10.280,00
692 – **Dívidas Incobráveis** (Nota 23)	12.264,08	-
693 – **Perdas em Existências**	29.420,15	23.924,25
694 – **Perdas em Imobilizações**	183.822,04	116.907,51
695 – **Multas e Penalidades**	28.440,63	4.228,14
697 – **Correcções Relativas a Exercícios Anteriores**	19.762,17	376.673,59
698 – **Outros Custos/Perdas Extraordinários**	13.992,92	15.738,12
Total	**291.801,99**	**547.751,61**
Resultados Extraordinários	**1.827.891,72**	**1.719.364,17**
	2.119.693,71	**2.267.115,78**

Proveitos e Ganhos	Exercício	
	2009	2008
793 – Ganhos em Existências	11.970,13	12.602,48
794 – Ganhos em Imobilizações	60.254,44	52.030,75
795 – Benefícios e Penalidades Contratuais	-	2.445,06
796 – Reduções de Provisões (Nota 34)	-	76.491,23
797 – Correcções Relativas a Exercícios Anteriores	378.532,48	688.843,09
798 – Outros Proveitos/Ganhos Extraordinários	1.668.936,66	1.434.703,17
Subsídios para Investimentos (Nota 52)	1.651.910,95	1.417.773,78
Reembolsos de Custos Extraordinários	13.329,01	14.166,42
Outros	3.696,70	2.762,97
Total	**2.119.693,71**	**2.267.115,78**
	2.119.693,71	**2.267.115,78**

Decomposição das Contas de Correcções Relativas a Exercícios Anteriores

	Exercício	
	2009	2008
Em Custos e Perdas Extraordinárias (Conta 697)	**19.762,17**	**376.673,59**
Relativos a Subsídios para Investimentos **(Nota 52)**	9.434,76	174.269,85
Relativos a Regularização de Contas Correntes	5.532,61	1.205,76
Relativos a Anulação de Facturação	2.671,05	271,68
Relativos a Fornecimentos e Serviços Externos	1.332,27	4.568,68
Relativos a Amortizações	767,48	-
Relativos a Perdas Operacionais	24,00	40,32
Relativos a Correcções de Valores Facturados	-	4.297,38
Relativos a Pagamento Especial por Conta	-	83.996,40
Relativos a Crédito de Comissões de Cobrança	-	34.393,98
Relativos a Taxa de Venda de Gelo (Aveiro)	-	73.629,54
	Exercício	
	2009	2008
Em Proveitos e Ganhos Extraordinários (Conta 797)	**378.532,48**	**688.843,09**
Relativos a Subsídios para Investimentos **(Nota 52)**	359.747,52	671.879,14
Relativos a Regularização de Contas Correntes	17.540,71	750,17
Relativos a Correcções a Exercícios Anteriores	1.078,25	1.249,91
Relativos a Reembolso de Despesas Judiciais	166,00	1.355,37
Relativos à Associação Europeia de Organizações de Produtores	-	13.608,50

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2009 os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Decomposição da Conta "Estado e Outros Entes Públicos"	Exercício	
	2009	2008
Saldos Devedores	**110.221,03**	**193.898,43**
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
Retenções na Fonte	1.633,03	2.154,43
Pagamento Especial por Conta (1)	108.588,00	191.744,00
Saldos Credores	**1.411.868,53**	**1.608.016,52**
Imposto sobre o Rendimento		
Singulares (Retenções na Fonte)	73.718,21	74.573,66
Colectivas (Imposto Estimado)	38.318,53	37.316,30
Imposto sobre o Valor Acrescentado (2)	1.096.853,26	1.286.351,31
Contribuições para a Segurança Social	202.833,53	209.755,25
Imposto de Selo	145,00	20,00

(1) Tendo em conta a previsível evolução do lucro tributável nos próximos exercícios, este valor poderá não ser recuperável (Nota 6).

(2) Inclui o IVA liquidado pelos compradores de pescado em lota que é entregue pela Docapesca ao Estado em substituição dos Armadores (DL 122/88, de 20 de Abril).

49. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

	2009	2008
Dívidas de Terceiros – Curto Prazo	**15.339.058,04**	**16.873.730,10**
Clientes C/c	1.797.982,81	2.256.333,11
Clientes de cobrança duvidosa	5.145.617,66	5.365.075,96
Fornecedores c/ adiantamentos	4.022,04	5.621,41
Estado e outros Entes Públicos	71.902,50	193.898,43
Outros devedores	8.319.533,03	9.052.801,19
Compradores – Guias (Nota 3 j)	5.026.598,30	5.758.032,28
Devedores Duvidosos (a)	2.605.678,18	2.618.592,05
Devedores Diversos	379.533,89	360.985,07
Valores em Falta – Viana do Castelo	171.113,36	-
Adiantamentos sobre Vendas em Lota	85.331,69	147.734,44
IPTM Caução – Póvoa de Varzim	20.000,00	-
Pessoal	17.574,26	21.468,77
IFADAP + DGT (FEDER) (b)	-	118.700,16
Outros	13.703,35	27.288,42
Dívidas a Terceiros – Curto Prazo	**14.587.350,51**	**19.362.446,15**
Dívidas a instituições de crédito	4.000.298,93	7.596.911,86
Fornecedores C/c	1.496.691,72	3.389.981,20
Fornecedores - facturas em recepção	48.006,92	205.909,71
Fornecedores de Imobilizado c/c	553.755,92	836.689,48
Estado e outros Entes Públicos	1.373.550,00	1.608.016,52
Outros Credores	7.115.047,02	5.724.937,38
Cativações a Armadores (Nota 3 j)	2.840.200,87	3.112.323,76
IPTM – Inst. Portuário do Sul (Nota 53 ponto 2)	1.760.721,46	-
Cauções (Nota 3 j)	1.044.310,41	1.025.790,75
Reserva Pessoal dos Armadores	707.542,67	465.556,52
Armadores – Marés (Nota 3 j)	553.093,70	872.204,55
Credores Diversos	180.731,34	238.783,32
Outros	28.446,57	10.278,48

(a) Dívidas por aquisições de pescado em lota e por adiantamentos concedidos aos armadores sobre vendas futuras em lota que foram reconhecidas como duvidosas.

	2009	2008	
Dívidas a Terceiros – Médio Longo Prazo	**2.727.415,36**	**30.212,91**	
Fornecedores: Administração do Porto de Lisboa (APL)	1.339.881,83	0,00	a)
Fornecedores de imobilizado: Locação Financeira (Nota 15)	18.083,51	30.212,91	
Outros Credores: IPTM do Sul (Nota 53 ponto 2)	1.369.450,02	0,00	b)

a) Plano financeiro de amortização

	Valores
Valor contabilístico	1.674.852,27
(2) Março e Setembro de 2010	(334.970,46)
(2) Março e Setembro de 2011	(334.970,46)
(2) Março e Setembro de 2012	(334.970,46)
(2) Março e Setembro de 2013	(334.970,46)
(2) Março e Setembro de 2014	(334.970,43)

b) Plano financeiro de amortização

	Valores	
Valor contabilístico	2.543.264,34	
Setembro de 2009	(586.907,16)	(1)
Outubro de 2009	(195.635,72)	
(2) Abril e Outubro de 2010	(391.271,44)	
(2) Abril e Outubro de 2011	(391.271,44)	
(2) Abril e Outubro de 2012	(391.271,44)	
(2) Abril e Outubro de 2013	(391.271,44)	
(1) Abril de 2014	(195.635,70)	

1) Pagamento das prestações referentes a Abril e Outubro de 2008 e Abril de 2009.

As dívidas de Clientes C/c e de Compradores de Pescado estão parcialmente acauteladas através de garantias prestadas a favor da Docapesca e de cauções em numerário.

	2009	2008
– Garantias bancárias	13.630.877,19	14.080.086,59
– Cauções em numerário	857.698,19	812.423,97

Existem também, prestadas por fornecedores, garantias destinadas a dar cobertura, quer a adiantamentos com adjudicações, quer à execução das obras efectuadas, distribuídas do seguinte modo:

	2009	2008
Garantias Bancárias	1.096.965,77	2.146.222,59
Garantias prestadas por Soc. Garantia Mútua	54.691,66	63.580,12
Seguros de Caução	64.366,59	63.026,19
Depósitos Bancários p/ Retenção Garantias	10.355,85	2.029,59
Retenções para Reforço de Garantia	35.663,94	134.963,62

50. PROVEITOS SUPLEMENTARES

Os proveitos suplementares registados no exercício são essencialmente relacionados com a revenda de energia eléctrica, água potável e salgada e serviços de abastecimento de combustíveis.

51. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2009, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Decomposição das Contas de Acréscimos e Diferimentos	Exercício	
	2009	2008
Acréscimos de Proveitos	**50.560,93**	**15.183,65**
Excesso de Financiamento do Fundo de Pensões (Nota 31)	31.746,00	-
Serviços	18.814,93	14.415,65
Outros Acréscimos de Proveitos	-	768,00
Custos Diferidos	**230.587,52**	**377.948,58**
Combustíveis (Nota 3g)	129.732,69	229.444,64
Seguros Diversos	77.060,37	79.790,70
Manutenção de Licenças (*Software*)	14.265,99	2.083,56
Diversos Custos Diferidos	7.129,83	6.643,34
Seguro de Acidentes de Trabalho	2.398,64	-
Conservação Plurienal	-	5.797,46
Renda Edifício Vasco da Gama	-	54.188,88
Acréscimos de Custos	**1.964.673,98**	**2.262.866,48**
Férias a Liquidar	1.062.654,44	1.140.010,70
Rescisões de Contratos de Trabalho a Pagar	428.889,70	584.459,93
Férias a Liquidar – Encargos Patronais	246.526,94	269.289,40
Diversos Acréscimos de Custos	47.764,23	59.716,23
Apoio Jurídico	46.880,00	48.198,00
Concessões	28.454,39	43.002,99
Electricidade	26.163,17	27.666,12
Água	25.016,58	31.757,58
Comunicações	21.356,21	8.595,26
Imposto Municipal sobre Imóveis	13.605,40	9.862,62
Trabalho Suplementar	7.094,62	7.447,67
Transporte de Pescado	4.910,23	833,37
Juros a Liquidar	3.673,11	12.382,81
Trabalho Suplementar – Encargos	1.684,96	1.768,81
Seguros a Liquidar	-	1.532,59
Seguro de Acidentes de Trabalho	-	1.444,40
Benefícios de Reforma a Liquidar	-	14.898,00
Proveitos Diferidos	**12.415.778,65**	**11.219.352,99**
Subsídios para Investimentos (Nota 52)	12.407.028,39	11.218.978,83
Débito Juros a Receber	8.750,26	374,16
Passivos por Impostos Diferidos	**13.826,37**	**17.127,37**
Imposto Diferido - Reservas de Reavaliação (Nota 6)	13.826,37	17.127,37

52. SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Os subsídios ao investimento recebidos no âmbito de candidaturas, cujos projectos de investimento, à data do balanço, ainda não se encontram totalmente reintegrados, estão registados na rubrica de Acréscimos e Diferimentos (Nota 51).

O saldo evidenciado no balanço na rubrica de Proveitos Diferidos em 31 de Dezembro de 2009, é de 12.407.028,39 Euros. O montante considerado em resultados extraordinários do exercício decorrente desta situação foi de 1.651.910,95 Euros (Nota 46).

No exercício de 2009 foram recebidas as tranches de subsídio relativas a vinte e um projectos co-financiados ao abrigo do programa QCA III. Alguns destes investimentos já haviam sido transferidos para Imobilizado Corpóreo em anos anteriores e os restantes foram transferidos neste exercício. Procedeu-se ao reconhecimento dos subsídios calculando a parte correspondente ao subsídio dos bens pela proporção da vida útil já decorrida, que foi levada directamente a proveitos extraordinários de exercícios anteriores, e a parte correspondente à vida útil restante, que foi adicionada como subvenção ao imobilizado e sujeita ao apuramento proporcional a registar no próprio ano e em anos futuros, em proveitos extraordinários do exercício – subsídios ao investimento.

No exercício de 2009, concluiu-se a revisão dos valores contidos nas contas de proveitos diferidos que acumulam os diversos subsídios já recebidos e foram identificados quatro processos, anteriores a 2003, cujos subsídios, lançados nos respectivos itens de imobilizado estavam sujeitos a reconhecimento em proveitos extraordinários, por valores excessivos face à proporcionalidade do valor do subsídio no cômputo global do investimento co-financiado. O valor apurado em excesso (12.450 Euros) foi deduzido ao subsídio e reconhecido em Custos Extraordinários – correcções relativas a exercícios anteriores.

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	DELEGAÇÃO	Valor do Subsídio recebido	Proveitos exercícios anteriores
Sistema Informação e Gestão (*SAP*)		66.334,77	66.334,77
Modernização Entreposto Frigorífico Peniche, Licenciamento	Peniche	114.739,22	42.090,52
Ampliação Fábrica Gelo de Sines	Sines	26.334,45	205,39
Reapetrechamento das Pontes Cais, Matosinhos	Matosinhos	55.543,55	-
Melhoria/Modernização Portos Pesca, Grande Lisboa	Lisboa	29.864,50	27.140,44
Modernização Plano Inclinado, Setúbal	Setúbal	44.481,90	23.289,79
Melhoria Infra-estruturas, Alentejo Litoral	Sines	13.246,00	8.182,47
Remodelação UAEP, Nazaré	Nazaré	214.103,18	1.909,42
Remodelação UAEP, Peniche	Peniche	341.017,74	4.441,63
Remodelação UAEP, Sesimbra	Sesimbra	311.034,79	596,22
Construção Fábrica e Silagem Gelo, Matosinhos	Matosinhos	565.591,02	0,00
Remodelação UAEP, Figueira Foz	Figueira Foz	340.203,39	277,80
Projecto de Praia de Mira	Mira	15.300,16	-
Sistema Integrado Leilão Electrónico de Pescado		187.988,33	168.032,74
Construção Fábrica Gelo Sines	Sines	315.000,00	0,00
Melhoria Infra-estruturas e Equipamentos, Aveiro		23.695,63	4.425,08
Construção Telheiro de Apoio à Descarga de Sardinha	Figueira Foz	43.642,48	0,00
Reapetrechamento das Pontes Cais, Matosinhos	Matosinhos	45.132,24	0,00
Melhoria/Modernização Portos Pesca, Viana Castelo	Viana Castelo	40.209,17	371,25
Módulos Apoio à Rampa Varadouro, Sines	Sines	141.048,00	0,00
Construção Posto Vendagem Vila Nova de Milfontes	V. N. Milfontes	358.004,87	0,00
Melhoria Infra-estruturas e Equipamentos, Centro Sul		-	1.400,00
Modernização da Lota de Peniche	Peniche	-	6.600,00
Ampliação Entreposto Frigorífico Pedrouços, Câmara 14	Lisboa	-	1.500,00
Construção Cais Poente, Entreposto Frigorífico Pedrouços	Lisboa	-	2.950,00
Total		3.292.515,39	359.747,52

Devolução de subsídio

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	DELEGAÇÃO	Valor do Subsídio devolvido
Melhoria Infra-estruturas e Equipamentos, Oeste	Peniche	(9.434,76)
Valor global dos subsídios recebidos em 2009		3.283.080,63

Foi lançado em Proveitos Extraordinários – correcções relativas a exercícios anteriores o montante de 359.747,52 Euros (Nota 46).

No âmbito da revisão dos bens de investimento, concluída em 2009, foi apurado um conjunto de dezanove projectos, co-financiados ao abrigo dos Programas QCA I, QCA II e QCA III e referentes ao período entre 1988 e 2002, onde permanecia sem amortização um valor remanescente de 38.621,87 Euros, representando um saldo entre o acumulado dos subsídios recebidos, sucessivamente incorporados no módulo de imobilizado, e o seu processamento automatizado de reconhecimento como custo extraordinário. Este montante foi reconhecido em Resultados Transitados (Nota 40).

53. PROCESSOS EM EXECUÇÃO FISCAL

1. LIQUIDAÇÃO ADICIONAL DE IVA

Foi requerida a suspensão da execução fiscal relacionada com a liquidação adicional de IVA efectuada pela Direcção Geral de Impostos, em 2002. Esta liquidação foi reclamada, tendo sido apresentada uma garantia bancária à Entidade acima referida, no montante de 591.279,43 Euros (Nota 32), destinada à suspensão da execução fiscal. Este processo encontra-se pendente no Tribunal Central Administrativo. A provisão constituída para o eventual pagamento deste montante foi reduzida para 354.273,41 Euros (Nota 34) na sequência do perdão de juros comunicado pela Direcção Geral das Contribuições e dos Impostos (DGCI), estando pendente a resolução final relativamente ao valor da própria dívida.

2. INSTITUTO PORTUÁRIO DO SUL

Foi reclamada pelo Instituto Portuário do Sul, em 2002, uma dívida no montante de 2.543.264,34 Euros.

A Docapesca deduziu oposição (Recurso n.º 136/04, do Tribunal Central Administrativo) e solicitou a fixação do montante da garantia a prestar, com vista à suspensão da execução fiscal. O cálculo efectuado pela Direcção Geral dos Impostos, após inclusão de juros, custos e outros encargos, determinou o montante da garantia a prestar em 3.710.535,55 Euros.

A Docapesca apresentou, em 2003, Garantias Bancárias no valor total de 1.490.600,00 Euros (Nota 32) tendo também apresentado um conjunto de bens para penhora, cuja avaliação permitiu completar o valor definido, e que incluem os equipamentos de produção de frio e de movimentação do Entreposto Frigorífico de Lisboa, a Fábrica de Gelo de Lisboa e a Fábrica de Gelo de Aveiro (Nota 30).

Tendo sido negado provimento ao recurso da Docapesca, foram iniciadas, através da tutela, negociações com o IPTM no sentido de suspender a execução destas garantias.

Em 5 de Janeiro de 2007 a Docapesca foi notificada para proceder ao pagamento deste processo de execução fiscal pelo montante de 3.211.426,25 Euros, que de novo, contestou. Contudo, em 22 de Fevereiro de 2007, a DGCI executou as garantias prestadas.

Na sequência da notificação de execução, a Docapesca e o IPTM requereram a suspensão da instância executiva, com o objectivo de acordarem numa forma de resolução do processo, tendo o mesmo, sem quaisquer vicissitudes, estado suspenso durante seis meses.

Em Outubro de 2007 voltaram as partes a requerer a suspensão da execução, tendo então o Chefe do 7.º Serviço de Finanças pedido parecer ao Departamento de Justiça Tributária, antes de tomar posição sobre o novo requerimento.

Por Despacho do Chefe de Finanças, de 19 de Novembro de 2007, foi indeferida a prorrogação da suspensão da execução, tendo a Docapesca sido notificada, em 21 de Novembro de 2007, de tal decisão e também para proceder, em quinze dias, ao integral pagamento do montante de 3.313.156,85 Euros.

De tal Despacho de indeferimento recorreu a Docapesca para o Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa.

Entretanto, foi pedido novo prazo de suspensão e as partes (Docapesca e IPTM) chegaram a acordo, onde fixaram a dívida em 2.543.264,40 Euros com perdão total de juros de mora e pagamento em prestações.

Por despacho do Chefe de Finanças, de 2 de Abril de 2008, foi indeferido o pedido de pagamento em treze prestações semestrais.

O Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa veio confirmar, em 15 de Julho de 2008, o despacho recorrido do Chefe de Finanças.

Em 26 de Setembro de 2008, a Docapesca apresentou no 7.º Serviço de Finanças de Lisboa um pedido de apreciação do acordo de pagamento entre a Docapesca e o IPTM.

Em 15 de Setembro de 2009, foi iniciado o pagamento da dívida, junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa, conforme acordo celebrado com o IPTM. Nesta data, a Docapesca efectuou o pagamento das custas do processo e das três primeiras prestações semestrais de 195.635,72 Euros cada, referentes às prestações vencidas em 30 de Abril e 30 de Outubro de 2008 e em 30 de Abril de 2009.

Em 30 de Outubro de 2009 efectuou o pagamento da quarta prestação de igual montante. A dívida remanescente, no montante de 1.760.721,46 Euros, será paga em nove prestações semestrais, vencendo-se a próxima em 30 de Abril de 2010.

3. INSTITUTO PORTUÁRIO E DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS

Foram reclamadas pelo IPTM, em 2008, cinco dívidas pelos montantes de 919.445,05 Euros, 499.557,06 Euros, 593.848,17 Euros, 119.004,97 Euros e 1.820.925,44 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal junto do 6.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Todos estes processos foram objecto de arguição de nulidade do título executivo e de citação, inconstitucionalidade de taxa que originou a dívida exequenda e de todo o processo tributário, tendo sido igualmente deduzida oposição à execução fiscal, em 5 de Setembro de 2008.

Foi reclamada pelo IPTM, em 16 de Dezembro de 2009, uma nova dívida pelo montante de 2.770.933,97 Euros, acrescida de juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa. A Docapesca pretende deduzir oposição à execução fiscal.

4. ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE AVEIRO

Foi reclamada pela APA, em 2008, uma dívida no montante de 995.291,28 Euros, acrescida de 11.865,89 Euros relativos a juros de mora e custas, em processo de execução fiscal junto do 6.º Serviço de Finanças de Lisboa.

Este processo foi objecto de oposição à execução fiscal, em 12 de Junho de 2008, tendo sido a Docapesca notificada para prestar garantias. Entretanto, o estabelecimento Docapesca foi penhorado na sua universalidade não tendo, no entanto, este processo ficado inicialmente abrangido por esta penhora.

Em consequência, o 6.º Serviço de Finanças de Lisboa procedeu à penhora de créditos de oito clientes (rendas e/ou outros rendimentos periódicos) para pagamento da dívida (Nota 30).

Foram reclamadas pela APA, em Março e Dezembro de 2009, duas novas dívidas pelos montantes de 273.322,67 Euros e de 253.232,60 Euros, acrescidas de juros de mora e custas, em processos de execução fiscal, junto do 7.º Serviço de Finanças de Lisboa.

54. SALDO DE CAIXA

Na sequência da acção desenvolvida pela auditoria e do processo de averiguações que lhe sucedeu, foi apurada uma falha de caixa na Tesouraria da Lota de Viana do Castelo, reportada ao dia 5 de Janeiro de 2009, pelo valor de 171.113,36 Euros.

Na sequência destas averiguações, foram instaurados procedimentos disciplinares tendo decorridos dos mesmos o despedimento, em 2010, da responsável pela Tesouraria sobre a qual impende queixa-crime relativamente às verbas em falta.

55. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A Demonstração de Resultados por Funções foi elaborada, tendo em consideração o disposto na Directriz Contabilística n.º 20, havendo os seguintes aspectos a salientar:

- A rubrica "**Custo das Vendas e das Prestações de Serviços**" inclui a "Variação da Produção" e parte dos saldos das contas "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas", "Fornecimentos e Serviços Externos", "Impostos", "Custos com o Pessoa l", "Outros Custos e Perdas Operacionais", "Amortizações e Ajustamentos do Exercício", "Provisões do Exercício", "Custos e Perdas Extraordinárias" e "Proveitos e Ganhos Extraordinários" da Demonstração de Resultados por Naturezas (DRN);

- A rubrica "**Outros Proveitos e Ganhos Operacionais**" inclui os saldos das contas "Proveitos Suplementares" e "Reversões de Amortizações e Ajustamentos" e parte dos saldos das contas "Proveitos e Ganhos Financeiros" e "Proveitos e Ganhos Extraordinários" da DRN;

- A rubrica "**Custos Administrativos**" inclui parte dos saldos das contas "Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas", "Fornecimentos e Serviços Externos", "Impostos", "Custos com o Pessoal", "Outros Custos e Perdas Operacionais", "Amortizações e Ajustamentos do Exercício", "Provisões do Exercício", "Custos e Perdas Extraordinárias" e "Proveitos e Ganhos Extraordinários" da DRN;

- A rubrica "**Outros Custos e Perdas Operacionais**" inclui parte dos saldos das contas "Custos e Perdas Financeiras", "Custos e Perdas Extraordinárias" e "Amortizações e Ajustamentos do Exercício" da DRN;

- A rubrica "**Custo Líquido do Financiamento**" inclui parte dos saldos das contas "Custos e Perdas Financeiras" e "Proveitos e Ganhos Financeiros" da DRN.

56. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

Depósitos bancários e caixa	2009	2008
Valores em caixa (Nota 54)	247.075,68	231.732,35
Depósitos bancários à ordem	478.330,13	1.022.261,69
Depósitos bancários a curto prazo	-	32.120,33
	725.405,81	1.286.114,37

Decomposição para a Demonstração de Fluxos de Caixa	2009	2008
Depósitos bancários e caixa	725.405,81	1.286.114,37
Descobertos bancários	(2.650.298,93)	(4.946.911,86)
Caixa e seus equivalentes no final do período	(1.924.893,12)	(3.660.797,49)

O valor dos descobertos bancários está incluído no passivo em "Dívidas a Instituições de Crédito".

			31-12-2009
Bancos	**Limite Crédito**	**Indexante**	**Montante Utilizado**
BPI – Descoberto DO	1.500.000	Euribor 1 mês	1.024.351
Millenium bcp – Descoberto DO	2.000.000	Euribor 3 meses	719.360
Barclays Bank – Descoberto DO	3.500.000	Euribor 1 mês	695.366
Banif – Descoberto DO	500.000	Euribor 1 mês	110.981
B. POPULAR – Conta Caucionada	300.000	Euribor 1 mês	-
BES – Conta Caucionada	750.000	Euribor 3 meses	350.000
Millenium bcp – Conta Caucionada	1.000.000	Euribor 3 meses	-
Millenium bcp – Hot Money	1.000.000	-	-
BPI – Empréstimo a 1 ano	1.000.000	Euribor 1 mês	1.000.000
	11.550.000	a)	3.900.058

a) No Balanço a 31 de Dezembro de 2009, o valor das dívidas a Instituições Financeiras, no montante de 4.000.298 Euros, apresenta-se superior em 100.241 Euros, por incluir os saldos contabilísticos negativos em contas bancárias.

Os *spreads* aplicados sobre os indexantes das contas em descoberto bancário e das contas caucionadas apresentavam percentuais variando entre 1,75% e 2,5%, em 31 de Dezembro de 2009.

Nas Demonstrações de Fluxos de Caixa não estão relevados os fluxos relativos à transmissão do pescado vendido em lota, mas apenas os respeitantes às taxas cobradas aos Compradores e Armadores, incluídos nas actividades operacionais – Recebimentos de Clientes.

O valor do pescado transaccionado em lota, cobrado aos Compradores e entregue aos Armadores (ou a terceiros, por sua ordem ou imposição legal), foi de 179.228.884 Euros, no exercício de 2009, e de 205.553.457 Euros, no exercício de 2008.

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica "Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional" inclui Proveitos Suplementares no montante de 1.031.777,78 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2009, os Proveitos Suplementares foram incluídos na rubrica "Recebimento de Clientes".

Para serem comparáveis, as duas rubricas deveriam apresentar os seguintes montantes:

	2009/2008	2008/2007
Recebimento de clientes	29.196.205,57	31.371.236,31
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional	-2.155.333,69	-1.065.735,30

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à actividade operacional” inclui o pagamento ao IPTM Ex-Instituto Portuário do Sul no montante de 782.543 Euros (Nota 53 Ponto 2).

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

4. *PERFORMANCE* DA DOCAPESCA

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

No exercício de 2009, a actividade das embarcações de pesca caracterizou-se pela realização de descargas para venda em lota semelhantes às registadas no período de 2004 a 2007, isolando assim o excepcionalmente favorável ano de 2008. Decorrendo deste facto, a comparação do ano em análise com o ano transacto revela uma quebra de 15,3% (21 mil toneladas) nas quantidades apresentadas para venda em lota que, parcialmente compensada por um aumento do seu preço médio em 3%, se traduziu numa redução do valor do pescado transaccionado em 26,3 milhões de Euros (-12,8%). Por artes, registaram-se aumentos significativos nos preços médios do Arrasto (6,6%) e do Cerco (11,8%), mas, no seu conjunto, a que acresce a terceira arte de pesca – Polivalente –, todas registaram quebras em quantidade que superaram os referidos aumentos nos preços médios.

Os proveitos operacionais obtidos pela aplicação das taxas cobradas na Primeira Venda de Pescado em lota, porque directamente relacionados com o valor de pescado transaccionado, apresentaram também uma redução, que se apurou em 1,5 milhões de Euros (-8,7%) face ao ano transacto, atenuada pelo maior proveito resultante da vigência anual da actualização de algumas das taxas cobradas pela Docapesca, que, em 2008, apenas haviam incidido sobre os últimos sete meses do ano.

Esta quebra dos proveitos da Primeira Venda de Pescado em lota já havia sido prevista no final do ano de 2008 pelo que a Docapesca pautou a sua actividade, ao longo do ano de 2009, por uma rigorosa contenção dos custos operacionais, destinada a minorar o seu previsível impacto. Foi assim possível encerrar este exercício com um lucro de 116 mil Euros e quebrar uma longa série de anos com resultados negativos de exploração.

Para a contenção dos custos operacionais contribuíram decisivamente os ganhos obtidos através da reestruturação da Docapesca, iniciada em 2008, onde se evidenciam as reduções de 1,5% em Fornecimentos e Serviços Externos e de 6,6% em custos com o Pessoal, excluindo as rescisões de contrato de trabalho.

No âmbito desta reestruturação foi dada continuidade ao trabalho já desenvolvido em 2008 de adequação dos recursos humanos à nova estrutura funcional da Docapesca, com rescisões de contrato de trabalho no montante de 0,5 milhões de Euros, significativamente inferior aos 2,1 milhões de Euros dispendidos em 2008.

Também no âmbito da reestruturação, foi reconhecida como custo do exercício a totalidade dos ajustamentos sobre as dívidas constituídas em mora, rompendo assim com a prática de anos anteriores caracterizada pelo reconhecimento dos ajustamentos pelo critério fiscal, com um impacto

nos custos de 0,8 milhões de Euros que foi parcialmente compensado por 0,4 milhões de Euros em reversões decorrentes do reforço da acção de cobrança.

As condições descritas foram determinantes para o apuramento do resultado líquido positivo, merecendo também referência o acréscimo dos proveitos na venda de gelo, cuja maior utilização pelos Produtores e Comerciantes representa uma melhoria significativa na conservação do pescado fresco, e os proveitos decorrentes da utilização dos montantes referentes ao co-financiamento dos investimentos já realizados (2 milhões de Euros).

Na vertente financeira, a actividade da Docapesca, ao longo do ano de 2009, caracterizou-se pela manutenção do equilíbrio entre cobranças aos Compradores de pescado e pagamentos aos Armadores e pela recuperação de 0,7 milhões de Euros de dívidas de Clientes, que correspondeu a 8,9% do total em dívida em 2008.

Esta recuperação de créditos não evitou que os fluxos financeiros gerados pelas actividades operacionais se tenham reduzido para 2,1 milhões de Euros, devido essencialmente à menor actividade da Primeira Venda de Pescado em lota, que teve um impacto negativo na Tesouraria da Docapesca no montante de 1,7 milhões de Euros.

A Docapesca beneficiou, em 2009, do apuramento final do QCA III, tendo recebido 3,3 milhões de Euros de subsídios relativos a investimentos já realizados e pagos em anos anteriores. Este encaixe, combinado com a redução do esforço de investimento, enquanto se aguarda a contratualização dos financiamentos previstos no novo Quadro Comunitário de apoio ao Sector das Pescas, permitiu o apuramento de um saldo positivo nos fluxos financeiros gerados pelas actividades de investimento de 1,18 milhões de Euros.

O efeito combinado destes dois fluxos financeiros positivos permitiu a contenção do financiamento médio da actividade da Docapesca que assumiu, em 2009, o valor de 4,1 milhões de Euros, inferior em 0,6 milhões de Euros relativamente ao ano transacto (4,7 milhões de Euros), e uma redução de 3,5 milhões de Euros no endividamento bancário de curto prazo apresentado em Balanço no fim do exercício.

No ano de 2009, a Docapesca acordou com dois dos seus principais credores o pagamento em prestações semestrais de duas dívidas de elevado montante, sendo uma a cinco anos (com início em Março de 2010) e a outra a seis anos e meio (com o início reportado a Abril de 2008), o que permitiu aliviar a pressão financeira sobre o curto prazo e reforçar os capitais permanentes, contribuindo para um melhor equilíbrio financeiro.

Contudo, em 2009, os capitais próprios da Docapesca foram, de novo, afectados pelo reconhecimento directo a resultados transitados de 2,8 milhões de Euros, onde se destaca a revisão

dos valores reclamados à Docapesca pelo IPTM, através de execuções fiscais. Estas reclamações, cujos valores foram apurados a partir de estimativas que agora se reflectem nas contas da Docapesca, foram apresentadas para execução do tarifário específico do IPTM onde consignou, desde o ano de 2000, receitas a título de taxas de movimentação de pescado de que são sujeitos passivos os Comerciantes de pescado na sua qualidade de Compradores de pecado em lota.

Embora a apresentação das contas finais do exercício de 2009 evidencie o esgotamento total do Capital Social da Docapesca, deve ser realçado o contributo positivo do resultado líquido que reflecte a esperada inversão da tendência de geração de resultados negativos preconizada no Plano de reestruturação da Docapesca. Desta forma, é espectável uma melhoria gradual dos capitais próprios que, já em 2010, beneficiará do incremento dos actuais proveitos diferidos por subsídios ao investimento, no montante de 12,4 milhões de Euros, em consequência da conversão para o Sistema de Normalização Contabilística.

Indicadores Relevantes	2005	2006	2007	2008	2009
1 Pescado Transaccionado em Lota					
Quantidades (Ton.)	116.410	109.967	124.998	137.525	116.426
Valor (mil €)	179.184	167.143	188.418	205.553	179.228
2 Produtividade					
Efectivos em 31/12	594	582	561	509	482
Custos com o Pessoal (mil €)	13.417,9	13.175,1	12.845,2	14.645,5	12.165,2
Valor Acrescentado Bruto (mil €)	15.324,1	13.291,3	15.122,6	17.090,3	22.334,8
V.A.B. / Custos com o Pessoal	1,14	1,01	1,18	1,17	1,84
3 Resultados Líquidos (mil €)	(1.995,6)	(2.771,1)	(928,6)	(1.380,8)	116,3
4 *Cash-Flow* (mil €)	3.290,9	1.351,4	3.480,6	3.221,8	4.473,0
5 Investimentos (mil €)	1.979,3	2.490,9	4.262,2	5.093,1	3.283,1
6 Proveitos Operacionais (mil €)	27.247,5	25.553,1	26.332,8	29.911,8	27.387,4
7 Prov. Área Comerc./Prov. Operac. Totais	0,49	0,49	0,46	0,42	0,40
8 Activo Líquido (mil €)	42.512,5	41.671,3	42.109,8	39.915,3	34.559,4
9 Passivo Total (mil €)	23.565,3	26.562,0	28.071,6	37.017,3	33.180,8
10 Capital Próprio (a) (mil €)	18.947,3	15.109,4	14.038,2	2.898,0	1.378,6
11 Fundo de Maneio (mil €)	(687,9)	(2.693,9)	(4.153,9)	(9.701,8)	(6.152,7)
12 Liquidez Geral	0,95	0,85	0,79	0,55	0,60
13 Cobertura do Imobilizado	0,68	0,57	0,52	0,11	0,16
14 Solvabilidade Total	1,24	0,84	0,72	0,13	0,08

(a) Inclui Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimentos).

Estrutura Financeira:

Balanços (Estrutura Financeira)	2005		2006		2007		2008		2009	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
ACTIVO	**42.512,5**	100,0%	**41.671,3**	100,0%	**42.109,8**	100,0%	**39.915,3**	100,0%	**34.559,4**	100,0%
Disponibilidades	855,0	2,0%	1.321,3	3,2%	1.961,1	4,7%	1.286,1	3,2%	725,4	2,1%
Dív. de Terc. – Curto Prazo (a)	13.208,1	31,1%	13.344,2	32,0%	12.733,4	30,2%	10.007,1	25,1%	7.907,2	22,9%
Existências	498,8	1,2%	562,9	1,4%	621,9	1,5%	630,7	1,6%	449,3	1,3%
Imobilizado Líquido (b)	27.950,7	65,7%	26.443,0	63,5%	26.793,4	63,6%	27.991,3	70,1%	25.477,4	73,7%
PASSIVO	**23.565,3**	55,4%	**26.562,0**	63,7%	**28.071,6**	66,7%	**37.000,2**	92,7%	**33.180,8**	96,0%
Dív. a Terc. – Curto Prazo (c)	15.249,7	35,9%	17.922,2	43,0%	19.470,3	46,2%	21.625,7	54,2%	15.234,7	44,1%
Dív. a Terc. – M.L. Prazo	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0	0,0%	30,2	0,1%	2.727,4	7,9%
Provisões para Riscos e Encargos	8.315,6	19,6%	8.639,8	20,7%	8.601,3	20,4%	15.344,3	38,4%	15.218,7	44,0%
CAPITAL PRÓPRIO (d)	**18.947,3**	44,6%	**15.109,4**	36,3%	**14.038,2**	33,3%	**2.915,1**	7,3%	**1.378,6**	4,0%
Total Capital Próprio + Passivo	**42.512,5**	100,0%	**41.671,3**	100,0%	**42.109,8**	100,0%	**39.915,3**	100,0%	**34.559,4**	100,0%
FUNDO DE MANEIO	**(687,9)**		**(2.693,9)**		**(4.153,9)**		**(9.701,8)**		**(6.152,7)**	
RÁCIOS										
Activo Corrente / Passivo Corrente	0,95		0,85		0,79		0,55		0,60	
Capitais Permanentes / Imobilizado Líquido	0,68		0,57		0,52		0,11		0,16	
Capitais Próprios / Imobilizado Líquido	0,68		0,57		0,52		0,10		0,05	
Capitais Próprios / Capitais Permanentes	1,00		1,00		1,00		0,99		0,34	
Capitais Próprios / Passivo Total	1,24		0,84		0,72		0,13		0,08	

(a) – Inclui Custos Diferidos (Despesas Antecipadas) e Acréscimos de Proveitos.

(b) – Inclui Custos Diferidos (Conservação Plurienal).

(c) – Inclui Acréscimos de Custos e Proveitos Diferidos (Receitas Antecipadas).

(d) – Inclui Proveitos Diferidos (Subsídios para Investimentos).

RECURSOS HUMANOS

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS

No quadro da política de optimização dos recursos humanos que tem vindo a ser implementada, foi possível reduzir os efectivos, durante o ano em análise, em vinte e dois Trabalhadores, passando o efectivo total da empresa de quinhentos e nove (509) em 31/12/2008, para quatrocentos e oitenta e sete (487) em 31/12/2009.

O saldo acumulado encontra-se distribuído da seguinte forma:

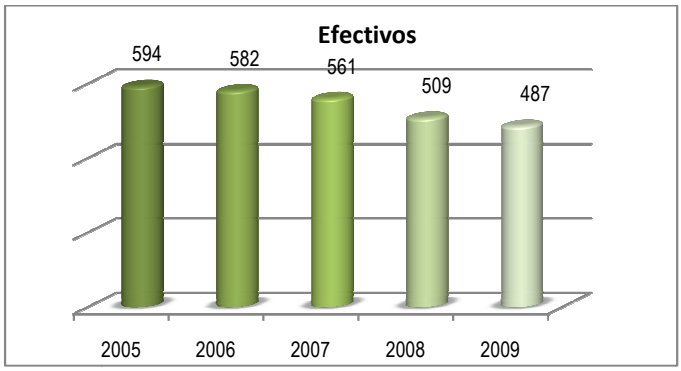
Quadro de Pessoal	Anos		Variação	
	2008	2009	Núm.	%
N.º Trabalhadores em 31 de Dezembro	**509**	**487**	**-22**	**-4%**
ENTRADAS:				
Readmissões	0		0	--
Admissões (Com Termo)	8	7	-1	-13%
Admissões (Efectivos)	0	11	11	
Requisitados	0		0	
Total Entradas	**8**	**18**	**10**	**0%**
SAÍDAS				
Rescisões Mútuo Acordo	35	14	-21	-60%
Reformas Velhice	13	15	2	15%
Reformas Invalidez	3	1	-2	-67%
Rescisões por Iniciativa Própria	6	2	-4	-67%
Despedimentos Justa Causa	0	1	1	
Falecimentos	1	2	1	100%
Rescisões Contratos a Termo	2	5	3	150%
Requisitados	0	0	0	
Total Saídas	**60**	**40**	**-20**	**-33%**

Deu-se, ainda assim, apesar da redução de cerca de 33% do total de saídas de 2009 comparativamente a 2008, continuidade à política de redução/racionalização de quadros de pessoal, sendo o decréscimo verificado consequência da promoção de saídas naturais (dezasseis reformas) e rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, registando esta última, um decréscimo de cerca de 60% face ao ano transacto.

Em 31 de Dezembro de 2009 o número de Trabalhadores efectivos e contratados totalizava quatrocentos e oitenta e sete (487), dos quais cinco (5) são contratados e quatrocentos e oitenta e dois (482) são efectivos, assim distribuídos por Unidade Orgânica.

SECTORES E DELEGAÇÕES	31/Dez/09	
	N.º Trabalhadores Efectivos	N.º Trabalhadores Contratados a Termo
Secretariado do Conselho de Administração e Apoio	1	0
Direcção de Recursos Humanos	6	0
Direcção de Informática	8	0
Direcção de Exploração	11	0
Direcção Comercial e Marketing	4	0
Direcção Financeira	9	1
Direcção de Infra-estruturas e Manutenção	10	0
Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso	3	0
Departamento de Estatística	3	0
TOTAL SEDE	55	1
Entreposto de Lisboa	0	0
Vig. Fiscalização	0	0
Serviços de Apoio	1	0
Ofic. Manutenção	2	0
Área Administrativa	0	0
Área Exploração	0	0
Entreposto Frigorífico	8	0
TOTAL ENTREPOSTO LISBOA	11	0
Viana do Castelo	12	1
Póvoa de Varzim	13	0
Matosinhos	74	0
Aveiro	32	0
Figueira da Foz	32	1
Nazaré	13	0
Peniche	33	0
Cascais	8	0
Sesimbra	35	1
Setúbal	19	1
Sines	16	0
Barlavento Algarvio	57	0
Sotavento Algarvio	71	0
TOTAL DELEGAÇÕES	415	4
SUB-TOTAL	**481**	**5**
Requisitados à Docapesca	0	
Requisitados pela Docapesca	0	
Pré-Reforma (Sede)	0	
Pré-Reforma (Delegações)	0	
Licenças sem Vencimento	1	
TOTAL	482	5

EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS – 2005/ 2009



Conforme referido, o número de Trabalhadores no final de 2009 reduziu-se em cerca de 4%, quando comparado com o ano anterior, e em cerca de 18%, se se reportar ao ano de 2005.

É importante destacar que, para além da gestão rigorosa ao nível da contenção em novas admissões a que temos assistido nos últimos anos, e que tem permitido a redução (em número) mencionada, muitas das novas contratações fizeram-se com base em contratos de trabalho a tempo parcial. Esta solução representa uma via que a Empresa deve continuar a aproveitar para manter em actividade apenas os Trabalhadores efectivamente necessários e pelo tempo considerado indispensável, conseguindo, assim, obter, de forma continuada, menores custos com o pessoal.

VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Na procura contínua de potenciar a eficácia da Empresa e, consequentemente, dos seus Recursos Humanos, a Formação, quer para o desempenho do cargo, quer para o desenvolvimento pessoal, é o meio ideal para minimizar a diferença entre um estádio actual e um estádio desejado. Todo e qualquer processo de Desenvolvimento e Crescimento Organizacional está directamente associado à optimização do potencial individual e colectivo disponível nas organizações, no qual a Formação, quando bem gerida, se torna um elemento dinamizador.

Neste âmbito, deu-se seguimento à política de valorização dos Recursos Humanos, através de acções de formação participadas pelos Trabalhadores pertencentes ao seu quadro de pessoal, registando-se no ano em análise uma nova opção estratégica relativamente à ministração das acções de formação. Desta forma e com o objectivo de promover de modo abrangente e inovador, sem o incómodo de deslocações para os Trabalhadores, foram ministradas na modalidade de *E-Learning* o total de 490 horas de formação, conforme planeado.

É objectivo da Empresa continuar a manter o maior e melhor empenhamento na valorização sócio profissional dos seus colaboradores. Nesta sequência foi fornecido, ao longo do ano de 2009, um conjunto de acções de formação que totalizaram 332 participações e um total de 4.370 horas de

formação. Todavia o número total de horas de formação diminuiu devido, essencialmente, a uma formação em "Electromecânica de Refrigeração e Climatização" prestada no ano transacto em que participaram apenas quatro Trabalhadores e que totalizou 2.360 horas de formação.

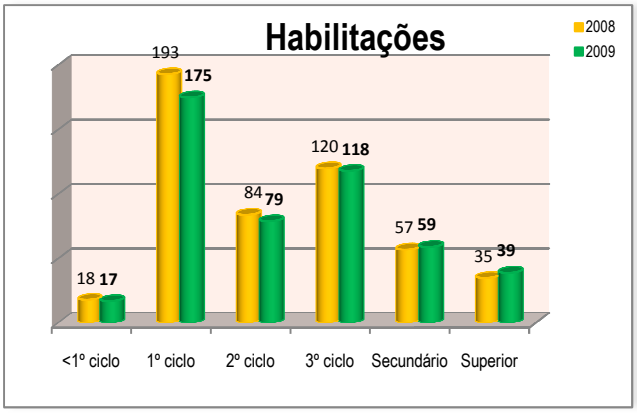
Nesta conformidade, a actividade crescente que tem sido desenvolvida, quer na formação direccionada para Trabalhadores da área administrativa, quer para Trabalhadores da área de exploração, é a expressão do reconhecimento pela Empresa do papel fundamental que a formação pode ocupar como forma valorizadora dos recursos humanos e do desenvolvimento da organização.

No cômputo das acções de formação, realizadas no ano em análise, alcançaram-se cerca de 80% dos objectivos anuais propostos. Ministraram-se 44 acções de formação, com a participação de 190 Trabalhadores, dos quais 52 obtiveram mais de 35 horas de formação, dando assim cumprimento ao determinado na legislação em vigor, correspondendo a cerca de 11% do quadro de pessoal efectivo.

O custo efectivo das acções realizadas, em 2009, ascendeu a 21.897,92 Euros, acrescido de despesas decorrentes das referidas acções (como alojamento, alimentação e deslocações dos formandos, que totalizaram 26.780,40 Euros).

Convém ainda realçar a realização de várias acções de formação, cujo custo de monitorização foi nulo, por as mesmas terem sido ministradas por Trabalhadores da própria Empresa.

HABILITAÇÕES ACADÉMICAS



No que concerne às habilitações académicas e de acordo com os dados mencionados no gráfico supra, podemos constatar que, em termos globais, quando comparados com os dados referentes ao ano anterior, as qualificações dos Trabalhadores que compõem o efectivo da Empresa sofreram alterações pouco significativas.

No entanto, face à redução significativa a que assistimos ao nível do número total de Trabalhadores, as suas habilitações, em termos percentuais, apresentam agora uma ligeira melhoria, quando

comparado com o ano anterior. Com efeito, verifica-se que o número de Trabalhadores que possuem, no presente, habilitações iguais ou inferiores ao 1.º Ciclo do Ensino Básico diminuiu cerca de 2%, comparativamente a 2008, representando agora cerca de 39,5%

De igual modo, o número de Funcionários com o Ensino Secundário ou Superior representavam, no final de 2009, cerca de 20% do total de efectivos, contra os 18,5% do ano transacto, mantendo-se os outros dois níveis, 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico, praticamente inalterados.

É, ainda, estratégia da Empresa permitir em horário laboral dentro ou fora das suas instalações a frequência em acções de formação "Novas Oportunidades – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC)", de forma a promover e aumentar o nível de habilitações literárias a todos os Trabalhadores que já manifestaram esse interesse. Estas acções terão o seu início previsto para a primeira quinzena do mês de Março de 2010.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS COM O PESSOAL (TOTAL DA EMPRESA)

ANOS	2008	2009	VARIAÇÃO (2009 / 2008)	
Grupos de Contas e Rubricas	**Total Real**	**Total Real**	**Valor**	**%**
Remunerações dos Órgãos Sociais	213.578,98	196.212,95	-17.366,03	-8,13%
Remunerações do Pessoal	9.476.689,60	8.870.936,55	-605.753,05	-6,39%
Total de Remunerações	**9.690.268,58**	**9.067.149,50**	**-623.119,08**	-6,43%
Pensões e Prémios para Pensões	487.641,00	404.735,18	-82.905,82	-17,00%
Encargos sobre Remunerações	2.060.416,84	1.923.258,38	-137.158,46	-6,66%
Seguro de Acidentes de Trabalho	78.393,08	72.544,11	-5.848,97	-7,46%
Seguro de Acidentes Pessoais	9.587,27	15.492,28	5.905,01	61,59%
Total de Encargos Obrigatórios	**2.636.038,19**	**2.416.029,95**	**-220.008,24**	-8,35%
Complemento Subsídio / Doença	28.854,47	29.171,34	316,87	1,10%
Assistência Médica e Medicamentosa	49.482,25	44.325,38	-5.156,87	-10,42%
Complemento Sinistros	532,59	55,61	-476,98	-89,56%
Actividades Desportivas e Culturais	33.528,54	20.775,10	-12.753,44	-38,04%
Seguro de Saúde	79.556,10	92.207,90	12.651,80	15,90%
Total – Custos Acção Social	**191.953,95**	**186.535,33**	**-5.418,62**	-2,82%
Fardamentos e Equipamentos	3.357,84	29.686,42	26.328,58	784,09%
Refeições em Serviço	3.092,52	3.332,24	239,72	7,75%
Indemnizações	**2.085.584,86**	**439.448,40**	-1.646.136,46	-78,93%
Formação Profissional	35.219,35	22.969,32	-12.250,03	-34,78%
Total – Outros Custos com Pessoal	**2.127.254,57**	**495.436,38**	**-1.631.818,19**	-76,71%
Total	**14.645.515,29**	**12.165.151,16**	**-2.480.364,13**	**-16,94%**

Neste quadro, podemos observar que os Custos com o Pessoal em 2009 decresceram cerca de 17%, registando menos dois milhões quatrocentos e oitenta mil euros. O desvio registado deve-se, em particular, à rubrica Indemnizações que diminuiu cerca de 79%, ou seja, menos um milhão seiscentos e quarenta e seis mil euros, fruto da redução de rescisões por mútuo acordo negociadas de 2008 para 2009 (menos 21 rescisões).

As remunerações do pessoal contribuíram igualmente para esse decréscimo, registando menos 6,4% face ao ano anterior, o que representa menos seiscentos e vinte e três mil cento e dezanove euros e,

consequentemente, os encargos registaram também uma diminuição de cerca de duzentos e vinte mil euros, que corresponde a menos 8,35%, face ano anterior.

Relativamente à rubrica Outros Custos com o Pessoal, verifica-se que esta foi a grande responsável pelo desvio favorável registado, ficando o desvio a dever-se, como já se referiu anteriormente, à grande diminuição de custos com as indemnizações pagas para rescisões de Contratos de Trabalho por mútuo acordo. Convém, contudo, realçar que se registou um aumento de cerca de 784% na rubrica Fardamentos e Equipamentos, devido ao facto de se ter adquirido no ano de 2009 novo fardamento para os Trabalhadores, situação que acontece normalmente de dois em dois anos.

Finalmente, estamos convictos de que, apesar de as Remunerações com o Pessoal tenderem para uma evolução positiva no futuro, resultante de eventuais aumentos salariais, o valor dos custos com o Pessoal, no seu conjunto, face às rescisões efectuadas, que se espera continue ainda no próximo ano, vá continuar estabilizado ou mesmo diminuir nos próximos anos.

OUTROS INDICADORES LABORAIS

O ano de 2009 foi mais um ano em que se conseguiu manter um clima de estabilidade no âmbito das relações laborais, estabilidade essencial para se poder dar continuidade ao crescimento e à consolidação económico-financeira da Empresa.

Procedeu-se à revisão do Acordo de Empresa dentro dos parâmetros considerados normais, e definidos pelo Conselho de Administração, para o período da sua vigência, tendo o novo clausulado entrado em vigor em 1 de Janeiro de 2009.

A taxa de absentismo subiu 0,15% face ao ano anterior, fruto de algumas baixas prolongadas, situando-se nos 5,46%, podendo, mesmo assim, considerar-se dentro dos parâmetros considerados razoáveis.

No âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho verificou-se que a taxa de sinistralidade e os índices de frequência e gravidade manifestaram-se dentro de níveis aceitáveis (tal como no ano anterior). Deu-se continuidade à realização de um conjunto de acções de formação que visaram, por um lado, sensibilizar os Trabalhadores para os perigos a que estão sujeitos nos seus locais de trabalho e, por outro, incentivá-los a adoptar novas atitudes e comportamentos como forma de os eliminar ou minimizar. Neste sentido, e para fazer face à política que tem vindo a ser implementada pela Empresa nesta área, foi contratada uma licenciada em Engenharia do Ambiente com um curso de Pós-Graduação em Higiene e Segurança no Trabalho.

ESTATÍSTICA

No quadro Q1 figuram todos os movimentos (quantidades, valores e preços médios) registados no ano de 2009 lota a lota e respectivas "agregações" de lotas que compõem as actuais Delegações.

Q1 – PESCADO TRANSACCIONADO NO CONJUNTO DAS LOTAS DO CONTINENTE

Ano: 2009				Ano: 2009			
DELEGAÇÕES E POSTOS	**Kg**	**Euros**	**€/Kg**	**DELEGAÇÕES E POSTOS**	**Kg**	**Euros**	**€/Kg**
VIANA DO CASTELO	**2.342.380**	**3.899.382**	**1,66**	**CENTRO SUL**	**17.105.325**	**32.462.493**	**1,90**
Viana do Castelo	2.024.498	2.736.366	1,35	Sesimbra	12.795.982	21.329.800	1,67
Caminha	58.907	334.780	5,68	Costa da Caparica	658.922	2.804.833	4,26
Esposende	49.713	168.158	3,38	Trafaria	330.257	1.412.054	4,28
V. Praia de Âncora	105.047	273.842	2,61	Fonte da Telha	231.374	719.490	3,11
Castelo de Neiva	80.161	272.423	3,40	Barreiro	2.992	17.687	5,91
Apúlia / Fão	24.055	113.813	4,73	Montijo	15.754	44.050	2,80
				Alcochete	19.542	66.880	3,42
PÓVOA DE VARZIM	**1.678.751**	**2.918.383**	**1,74**	Setúbal	2.972.741	5.656.614	1,90
Póvoa de Varzim	1.567.814	2.549.242	1,63	Carrasqueira	77.761	411.084	5,29
Vila Chã	11.848	71.753	6,06	Gâmbia	0	0	0,00
Vila do Conde	99.090	297.389	3,00				
				SINES	**9.444.836**	**8.732.302**	**0,92**
MATOSINHOS	**24.579.675**	**21.655.655**	**0,88**	Sines	9.293.119	8.079.719	0,87
Matosinhos	24.452.656	21.254.665	0,87	Vila Nova de Milfontes	76.301	270.469	3,54
Angeiras	51.136	220.554	4,31	Azenha do Mar	49.835	216.439	4,34
Afurada	9.783	68.799	7,03	Zambujeira	25.040	161.851	6,46
Aguda	9.220	60.484	6,56	Almograve	541	3.824	7,07
Espinho	51.304	39.391	0,77				
Valbom	5.577	11.763	2,11	**BARLAVENTO ALGARVIO**	**9.008.204**	**16.651.630**	**1,85**
				Lagos	1.474.169	3.574.655	2,42
CENTRO NORTE	**20.324.991**	**21.323.278**	**1,05**	Sagres	781.225	4.417.552	5,65
Aveiro	6.172.192	8.154.411	1,32	Arrifana	1.444	6.031	4,18
Vagueira	158.459	195.412	1,23	Portimão	6.587.465	8.029.267	1,22
Torreira	2.181.701	2.014.403	0,92	Albufeira	143.893	467.793	3,25
Mira	422.749	636.798	1,51	Armação de Pêra	19.395	153.065	7,89
Figueira da Foz	11.389.890	10.322.255	0,91	Benagil	169	1.690	10,00
				Olhos de Água	444	1.576	3,55
CENTRO	**17.551.458**	**36.303.639**	**2,07**				
Nazaré	3.225.519	7.096.419	2,20	**SOTAVENTO ALGARVIO**	**14.391.010**	**35.282.123**	**2,45**
Peniche	13.889.939	27.218.055	1,96	Olhão	9.602.574	9.248.786	0,96
Foz do Arelho	79.232	162.221	2,05	Fuzeta	130.441	374.238	2,87
Cascais	285.076	1.468.893	5,15	Quarteira	1.751.687	5.861.531	3,35
Ericeira	61.421	307.351	5,00	Faro	20.353	69.858	3,43
Vila Franca de Xira	10.272	50.700	4,94	Tavira	312.482	1.517.393	4,86
				Santa Luzia	476.732	1.668.328	3,50
				Vila Real Santo António	2.096.741	16.541.988	7,89
				TOTAL 2009	**116.426.629**	**179.228.884**	**1,54**

O quadro seguinte apresenta a informação do anterior, mas de modo condensado, ou seja, ilustra a distribuição do pescado transaccionado por Delegações, nos anos 2008 e 2009 e respectiva evolução percentual.

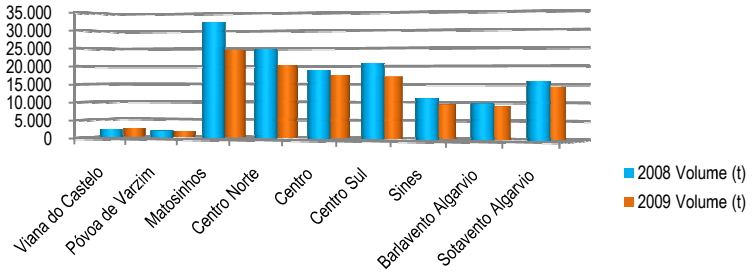
Q2 – DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO POR DELEGAÇÕES: 2008-2009

	Ano: 2008			Ano: 2009			Evolução 2009/2008		
Delegações	Kg	€	€/Kg	Kg	€	€/Kg	Vol.	Val.	Pr. Méd.
Viana do Castelo	2.384.283	4.374.446	1,83	2.342.380	3.899.382	1,66	-1,8%	-10,9%	-9,3%
Póvoa de Varzim	2.112.836	3.716.429	1,76	1.678.751	2.918.383	1,74	-20,5%	-21,5%	-1,2%
Matosinhos	32.027.573	27.300.416	0,85	24.579.675	21.655.655	0,88	-23,3%	-20,7%	3,4%
Centro Norte	24.501.367	27.412.565	1,12	20.324.991	21.323.278	1,05	-17,0%	-22,2%	-6,2%
Centro	18.837.101	36.775.550	1,95	17.551.458	36.303.639	2,07	-6,8%	-1,3%	5,9%
Centro Sul	20.706.699	35.546.618	1,72	17.105.325	32.462.493	1,90	-17,4%	-8,7%	10,6%
Sines	11.244.118	9.763.220	0,87	9.444.836	8.732.302	0,92	-16,0%	-10,6%	6,5%
Barlavento Algarvio	9.904.479	19.234.779	1,94	9.008.204	16.651.630	1,85	-9,0%	-13,4%	-4,8%
Sotavento Algarvio	15.806.534	41.429.434	2,62	14.391.010	35.282.123	2,45	-9,0%	-14,8%	-6,5%
TOTAL	**137.524.990**	**205.553.457**	**1,49**	**116.426.629**	**179.228.884**	**1,54**	**15,3%**	**-12,8%**	**3,0%**

No conjunto das lotas do Continente, no ano de 2009, foram transaccionadas 116.427t (toneladas) de pescado (menos 21.098t do que no ano de 2008) e o preço médio foi de 1,54 €/kg, superior em 0,04 €/kg ao de 2008. No que respeita ao valor total das vendas, em 2009 registaram-se 179.229 mil Euros (menos 26.325 mil Euros, relativamente a 2008). Constata-se que os decréscimos na quantidade (15%) e no valor das vendas (12,8%) foram muito significativos e verificou-se uma inversão na tendência decrescente da evolução do preço médio, que se vem registando desde 2005. Como atrás referido, o preço médio em 2009 foi de 1,54 €/kg, igual ao registado no ano de 2005.

Segue-se a ilustração gráfica da distribuição das quantidades (Graf.1) e valores (Graf.2) do pescado transaccionado por Delegações nos anos 2008 e 2009. Quer através da leitura do quadro Q2, quer através da observação dos gráficos Graf.1 e Graf.2, pode-se concluir que em 2009, face a 2008, todas as Delegações registaram quebras em termos do volume e do valor. O maior destaque vai, porém, para as Delegações de Matosinhos (menos 7.448t e menos 5.645 mil Euros), Centro Norte (maiores decréscimos registados em Aveiro do que na Figueira da Foz) com menos 4.176t e menos 6.089 mil Euros, e Centro Sul (maiores decréscimos registados em Sesimbra do que em Setúbal), com menos 3.601t e menos 3.084 mil Euros.

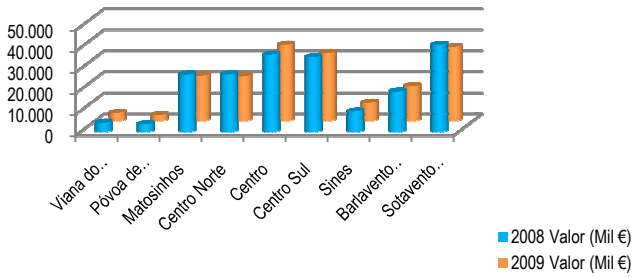
Graf. 1 – VOLUME (toneladas) DE PESCADO TRANSACCIONADO POR DELEGAÇÃO



Em Sines registaram-se menos 1.799t e menos 1.031 mil Euros, enquanto na Delegação do Sotavento Algarvio menos 1.416t e menos 6.147 mil Euros. Vila Real de Santo António, que pertence

a esta última Delegação, foi a única lota do Continente que registou acréscimos em 2009, face a 2008, respectivamente mais 442t e mais 145 mil Euros, em quantidade e em valor.

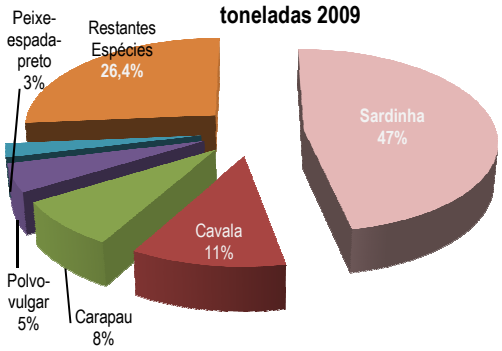
Graf. 2 – VALORES (mil Euros) DO PESCADO TRANSACCIONADO POR DELEGAÇÃO



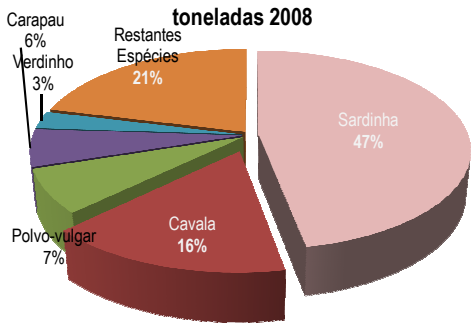
A Delegação Centro (composta por Nazaré, Peniche e Cascais) registou quebras menos acentuadas do que as atrás referidas, mas não importantes, porque influenciaram o total. Assim, esta delegação registou menos 1.286t e menos 472 mil Euros de pescado transaccionado em 2009, relativamente a 2008. Também a Delegação do Barlavento Algarvio (Lagos, Sagres e Portimão) registou decréscimos de 896t, em quantidade, e 2.583 mil Euros, em valor.

Os gráficos que se seguem (Graf. 3 e Graf. 4) ilustram o peso percentual que as cinco espécies mais vendidas (em quantidade) representaram nos totais nacionais, em 2008 e em 2009.

Graf. 3 – QUANTIDADES – PESO PERCENTUAL DAS 5 ESPÉCIES MAIS VENDIDAS EM 2009



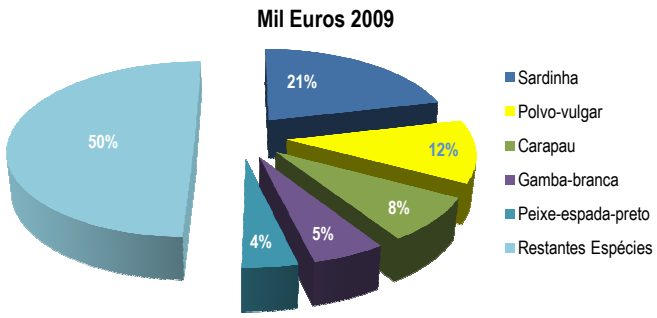
Graf. 4 – QUANTIDADES – PESO PERCENTUAL DAS 5 ESPÉCIES MAIS VENDIDAS EM 2008



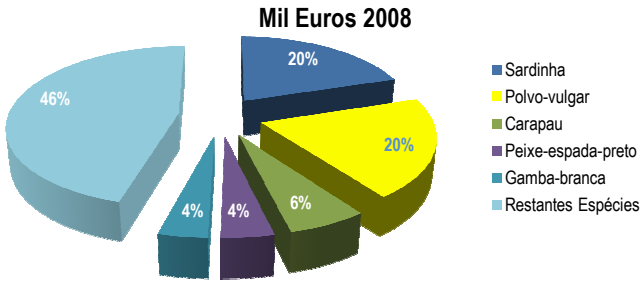
Nos dois anos em análise, a sardinha teve o mesmo peso percentual (47%) nos respectivos totais transaccionados. O decréscimo verificado na quantidade total transaccionada, em 2009, foi de 15%, face a 2008, e o decréscimo na quantidade da sardinha transaccionada em 2009 foi igualmente de 15%, relativamente ao ano transacto.

Ainda nos dois anos em análise, as quatro primeiras espécies mais transaccionadas foram as mesmas, mas com diferenças nos pesos percentuais. Assim, a cavala diminuiu de 16% para 11%, o carapau melhorou de 6% para 8% e o polvo-vulgar diminuiu de 7% para 5%. A quinta espécie mais transaccionada em 2009 foi o peixe-espada preto (3%), enquanto no ano de 2008 foi o verdinho, com igual peso percentual (3%). Em 2009 o peso das restantes espécies representou 26% do total, mais 5% do que em 2008.

Graf. 5 – VALORES – PESO PERCENTUAL DAS 5 ESPÉCIES MAIS VENDIDAS EM 2009



Graf. 6 – VALORES – PESO PERCENTUAL DAS 5 ESPÉCIES MAIS VENDIDAS EM 2008



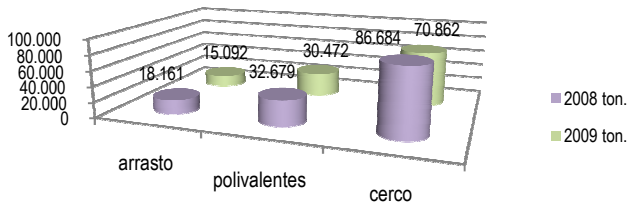
Na óptica do valor, os gráficos 5 e 6 mostram a contribuição, em peso percentual, das cinco espécies com maior valor de vendas realizado, nos anos de 2009 e 2008. Constata-se que as cinco espécies com maior valor transaccionado foram as mesmas nos dois anos, embora com posicionamentos diferentes. Ou seja, a sardinha (21% em 2009, 20% em 2008), o polvo-vulgar (12% em 2009, 20% em 2008) e o carapau (8% em 2009, 6% em 2008) foram as três primeiras no *ranking*. Enquanto em 2008 a gamba-branca ocupou a quinta posição, em 2009 passou a ocupar a quarta posição. Posição inversa teve o peixe-espada preto que se situou em quinto lugar em 2009, tendo por sua vez ocupado

o quarto lugar, em 2008. Salienta-se como curiosidade o facto de em 2009 as cinco espécies mais transaccionadas em valor representarem, no conjunto, 50% do valor total transaccionado.

QUANTIDADES E VALORES TOTAIS DISTRIBUÍDOS POR ARTES DE PESCA

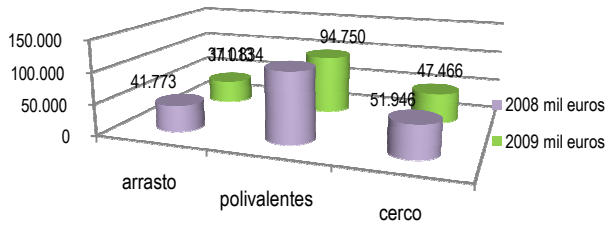
A evolução do pescado transaccionado em lota está directamente relacionada com a evolução registada nas diferentes artes de pesca. Os Graf. 7 e 8, abaixo apresentados, ilustram a evolução da distribuição do pescado pelas artes de pesca, nos anos de 2008 e 2009. São elas o arrasto, polivalentes e o cerco.

Graf. 7 – VOLUME (TONELADAS) POR ARTES DE PESCA



Relativamente a 2008, em 2009, registaram-se em todas as artes de pesca decréscimos significativos no volume do pescado transaccionado. Enquanto no pescado capturado com arte de arrasto registaram-se menos 3.070t, no pescado capturado com artes polivalentes foram menos 2.207t. Foi, todavia, na arte do cerco que se verificou a quebra mais acentuada, de menos 15.822t.

Graf. 8 – VALOR (MIL EUROS) POR ARTES DE PESCA



No que respeita ao valor das vendas em 2009 face a 2008, a evolução foi igualmente desfavorável em todas as artes da pesca, como se observa no Graf. 8. Assim, verificaram-se no arrasto menos 4.760 mil Euros, nas polivalentes menos 17.085 mil Euros e no cerco menos 4.480 mil Euros.

Em termos comparativos com 2008, o preço médio em 2009 para o pescado capturado foi para o arrasto 2,45€/kg (mais 6,6%), para as polivalentes 3,11€/kg (menos 9,1%) e para o cerco 0,67€/kg (mais 11,8%).

DISTRIBUIÇÃO DO PESCADO POR DELEGAÇÕES E POR ARTES DE PESCA

Q3 – ARTES DE PESCA – ARRASTO

	ANO: 2008			ANO: 2009			Evolução 2009/2008		
Delegação	kg	€	€/kg	kg	€	€/kg	Vol.	Val.	Pr. Méd.
Viana do Castelo	0	0	0,00	0	0	0,00	..	..	..
Póvoa de Varzim	0	0	0,00	0	0	0,00	..	..	..
Matosinhos	2.760.791	3.347.822	1,21	1.705.113	2.286.124	1,34	-38,2%	-31,7%	10,6%
Centro Norte	4.414.701	8.838.657	2,00	3.667.313	6.469.939	1,76	-16,9%	-26,8%	-11,9%
Centro	3.663.447	6.471.091	1,77	3.981.422	6.885.150	1,73	8,7%	6,4%	-2,1%
Centro Sul	1.887.209	2.713.092	1,44	1.016.592	1.818.257	1,79	-46,1%	-33,0%	24,4%
Sines	1.361.377	982.910	0,72	524.744	375.131	0,71	-61,5%	-61,8%	-1,0%
Barlavento Algarvio	2.348.696	3.600.790	1,53	2.065.201	3.140.894	1,52	-12,1%	-12,8%	-0,8%
Sotavento Algarvio	1.725.254	15.819.056	9,17	2.131.568	16.037.754	7,52	23,6%	1,4%	-17,9%
Total Arrasto	**18.161.475**	**41.773.416**	**2,30**	**15.091.953**	**37.013.249**	**2,45**	**-16,9%**	**-11,4%**	**6,6%**

Neste quadro podemos observar que, em 2009, as Delegações que registaram acréscimos nas quantidades e nos valores do pescado transaccionado na arte do arrasto foram as do Centro e do Sotavento Algarvio. Na Delegação Centro os acréscimos deveram-se a uma melhoria dos resultados verificados em Peniche (mais 426t e mais 843 mil Euros). Por sua vez, no Sotavento Algarvio, a responsável pelo acréscimo verificado foi Vila Real de Santo António (com mais 518t e mais 616 mil). As restantes Delegações registaram decréscimos, alguns deles muito significativos, como foram os casos de Matosinhos (menos 1.056t e menos 1.062 mil Euros), Centro Sul (menos 871t e menos 895 mil Euros) e Sines (menos 837t e menos 608 mil Euros).

No ano de 2009, foram 88 as embarcações (arrastões) da frota pesqueira nacional que transaccionaram pescado nas lotas, contra 94 em 2008.

Q4 – ESPÉCIES CAPTURADAS COM ARTE DO ARRASTO

(Dez espécies com maior peso percentual em valor) – Ano 2009

	% Volume Espécie / Volume Total	% Valor Espécie / Valor Total	Kg	Euros	Preço Médio 2009	Preço Médio 2008
Gamba-branca	8,4%	26,1%	1.264.011	9.656.628	7,64	11,13
Carapau	30,9%	19,9%	4.670.147	7.366.812	1,58	1,42
Carabineiro-cardeal	0,7%	6,8%	107.941	2.510.300	23,26	24,98
Pescada-branca	5,7%	6,2%	858.878	2.287.868	2,66	2,79
Lagostim	0,8%	5,9%	114.878	2.177.007	18,95	20,53
Besugo	3,0%	3,9%	454.594	1.460.436	3,21	4,32
Verdinho	12,6%	3,6%	1.896.903	1.334.088	0,70	0,69
Lula-vulgar	1,0%	2,8%	147.246	1.031.028	7,00	5,94
Polvo-vulgar	1,8%	2,5%	270.662	932.194	3,44	3,38
Faneca	5,8%	2,5%	875.168	918.934	1,05	1,24
TOTAL 10 ESPÉCIES	**70,6%**	**80,2%**	**10.660.427**	**29.675.296**	**2,78**	**2,48**
TOTAL ARRASTO	**100,0%**	**100,0%**	**15.091.953**	**37.013.249**	**2,45**	**2,30**

No quadro acima constam as dez espécies com maior peso percentual em valor de vendas, respectivos volumes e preços médios, quando ponderadas nos totais apurados para a arte do arrasto. Em 2009, as dez espécies que registaram os maiores valores de venda, no total do pescado capturado com artes de arrasto, representaram 80,2% do valor total realizado nesta arte. O preço médio destas dez espécies foi de 2,78€/kg e representaram 70,6% do volume total transaccionado

nesta arte de pesca. Ainda neste quadro (Q4), observamos que a gamba-branca e o lagostim registaram quebras significativas nos respectivos preços médios e que apenas o carapau, a lula-vulgar e o polvo-vulgar estiveram melhor valorizados em 2009, do que em 2008.

Q5 – ARTES DE PESCA – POLIVALENTES (ARTESANAL)

	ANO: 2008			ANO: 2009			Evolução 2009/2008		
Delegação	Kg	€	€/Kg	Kg	€	€/Kg	Vol.	Val.	Pr. Méd.
Viana do Castelo	1.000.207	3.767.938	3,77	889.064	3.195.677	3,59	-11,1%	-15,2%	-4,6%
Póvoa de Varzim	1.415.254	3.392.854	2,40	1.255.269	2.716.722	2,16	-11,3%	-19,9%	-9,7%
Matosinhos	2.193.704	6.955.665	3,17	2.180.301	5.672.805	2,60	-0,6%	-18,4%	-17,9%
Centro Norte	5.394.631	10.463.014	1,94	5.122.272	7.790.698	1,52	-5,0%	-25,5%	-21,6%
Centro	4.496.147	22.849.322	5,08	4.905.705	22.503.491	4,59	9,1%	-1,5%	-9,7%
Centro Sul	8.492.379	27.329.760	3,22	8.055.591	25.390.744	3,15	-5,1%	-7,1%	-2,1%
Sines	750.713	3.295.434	4,39	717.826	2.888.389	4,02	-4,4%	-12,4%	-8,3%
Barlavento Algarvio	2.550.493	12.407.915	4,86	2.315.042	10.216.613	4,41	-9,2%	-17,7%	-9,3%
Sotavento Algarvio	6.385.867	21.372.483	3,35	5.031.162	14.374.493	2,86	-21,2%	-32,7%	-14,6%
Total Polivalentes	**32.679.396**	**111.834.384**	**3,42**	**30.472.232**	**94.749.631**	**3,11**	**-6,8%**	**-15,3%**	**-9,1%**

No pescado capturado com artes de pesca polivalentes o volume diminuiu 6,8% (menos 2.207t) em 2009, face a 2008, e o preço médio caiu 9,1% (menos 0,31€/kg). A conjugação dos efeitos (variações negativas) verificados no volume e no preço médio teve como consequência uma quebra acentuada no valor das vendas, que se traduziu em menos 17.085 mil Euros em 2009, relativamente ao ano transacto.

Pela observação do quadro Q5, pode-se constatar que em volume apenas a Delegação Centro viu aumentadas em 9,1% (mais 410t) as quantidades do pescado provenientes destas artes. Todas as restantes Delegações sofreram quebras nos respectivos volumes transaccionados, tendo-se verificado as mais significativas na Delegação Centro Sul (menos 437t), com destaque para Sesimbra (menos 367t), e na do Sotavento Algarvio (menos 1.355t), com destaques para Olhão (menos 601t) e Santa Luzia (menos 438t). Relativamente aos valores das vendas e aos preços médios, em todas as Delegações registaram-se decréscimos, em regra, muito elevados. O impacto foi abrupto na Delegação do Sotavento, com menos 6.998 mil Euros, dos quais menos 2.616 mil Euros registaram-se em Olhão, menos 2.519 mil Euros em Santa Luzia e menos 1.170 mil Euros em Quarteira.

Q6 – ESPÉCIES CAPTURADAS COM ARTES POLIVALENTES

(Dez espécies com maior peso percentual em valor) – Ano 2009

	% Volume Espécie / Volume Total	% Valor Espécie / Valor Total	Kg	Euros	Preço Médio 2009	Preço Médio 2008
Polvo-vulgar	18,0%	20,8%	5.487.645	19.707.724	3,59	4,24
Peixe-espada preto	9,2%	7,7%	2.791.742	7.268.368	2,60	2,95
Pescada-branca	4,0%	4,0%	1.218.086	3.800.672	3,12	3,36
Choco-vulgar	2,9%	4,0%	883.609	3.783.791	4,28	3,85
Linguado-legítimo	1,0%	3,9%	317.689	3.665.369	11,54	13,25
Robalo-legítimo	1,0%	3,5%	297.645	3.311.828	11,13	11,79
Atum-albacora	1,8%	3,4%	561.534	3.212.160	5,72	6,22
Carapau	5,1%	2,8%	1.561.599	2.644.896	1,69	1,87
Congro	3,4%	2,8%	1.038.194	2.606.496	2,51	2,79
Faneca	5,7%	2,7%	1.723.692	2.518.342	1,46	1,78
TOTAL 10 ESPÉCIES	**52,1%**	**55,4%**	**15.881.435**	**52.519.646**	**3,31**	**3,83**
TOTAL POLIVALENTES	**100,0%**	**100,0%**	**30.472.232**	**94.749.631**	**3,11**	**3,42**

No ano de 2009, ao contrário do que se verificou nos últimos anos, as condições climatéricas foram desfavoráveis para a actividade das embarcações que se dedicam à pesca artesanal, devido a que na sua grande maioria são embarcações frágeis e de pequenas dimensões.

No ano de 2009, o número de embarcações pertencentes à frota pesqueira nacional que pescaram com artes polivalentes foi de 3.316, contra 3.448 em 2008.

No quadro Q6 figuram as dez espécies com os maiores valores de venda registados na pesca artesanal que representaram 55,4% do valor total e 52,1% do volume total nesta arte. Para este grupo de espécies o preço médio foi de 3,31€/kg, menos 0,52€/kg que o preço médio verificado em 2008.

No que respeita ao valor, o polvo-vulgar destacou-se significativamente das restantes espécies, representando 20,8% do valor total da pesca artesanal. Em segundo lugar e a uma considerável distância surge o peixe-espada preto, com 7,7%. Em quantidade, o polvo-vulgar, o peixe-espada preto, a faneca, o carapau e a pescada-branca foram as espécies mais transaccionadas. Em 2009 os preços médios destas cinco espécies foram todos inferiores aos registados em 2008. No conjunto das dez espécies, apenas para o choco-vulgar houve uma melhoria na valorização comercial da espécie que teve um preço médio de 4,28€/kg em 2009, contra 3,85€/kg em 2008.

Q7 – ARTES DE PESCA – CERCO

	ANO: 2008			ANO: 2009			Evolução 2009/2008		
Delegação	Kg	€	€/Kg	Kg	€	€/Kg	Vol.	Val.	Pr. Méd.
Viana do Castelo	1.384.076	606.509	0,44	1.453.316	703.705	0,48	5,0%	16,0%	10,5%
Póvoa de Varzim	697.582	323.576	0,46	423.482	201.661	0,48	-39,3%	-37,7%	2,7%
Matosinhos	27.073.078	16.996.930	0,63	20.694.261	13.696.727	0,66	-23,6%	-19,4%	5,4%
Centro Norte	14.692.035	8.110.894	0,55	11.535.405	7.062.642	0,61	-21,5%	-12,9%	10,9%
Centro	10.677.507	7.455.138	0,70	8.664.331	6.914.997	0,80	-18,9%	-7,2%	14,3%
Centro Sul	10.327.112	5.503.766	0,53	8.033.142	5.253.492	0,65	-22,2%	-4,5%	22,7%
Sines	9.132.027	5.484.876	0,60	8.202.266	5.468.782	0,67	-10,2%	-0,3%	11,0%
Barlavento Algarvio	5.005.290	3.226.074	0,64	4.627.960	3.294.122	0,71	-7,5%	2,1%	10,4%
Sotavento Algarvio	7.695.413	4.237.895	0,55	7.228.280	4.869.876	0,67	-6,1%	14,9%	22,3%
Total Cerco	**86.684.120**	**51.945.657**	**0,60**	**70.862.444**	**47.466.004**	**0,67**	**-18,3%**	**-8,6%**	**11,8%**

Da observação do quadro Q7, pode-se inferir que o pescado capturado com arte do cerco teve um decréscimo de 15.826t (menos 18,3%) relativamente a 2008, que o preço médio subiu 0,06€/kg (mais 11,8%) e que a quebra no valor das vendas foi de 4.480 mil Euros (menos 8,6%). Em volume, com quebras acima das 2.000t, relativamente ao ano anterior, estiveram as Delegações de Matosinhos (menos 6.379t), Centro Norte (menos 3.157t), Centro (menos 2.013t) e Centro Sul (menos 2.294t). Em valor, os decréscimos mais significativos verificaram-se nas Delegações de Matosinhos (menos 3.300 mil Euros) e do Centro Norte (menos 1.048 mil Euros). De salientar o acréscimo do valor das vendas (mais 632 mil Euros) registado na Delegação do Sotavento Algarvio, devido ao preço médio do conjunto das espécies ali transaccionadas, que teve um incremento de 22,3% (0,67€/kg em 2009, contra 0,55€/g em 2008). As espécies que contribuíram para estes valores foram a sardinha e o carapau negrão que, em 2009, foram melhor valorizadas.

No ano de 2009, 167 embarcações do cerco, pertencentes à frota pesqueira nacional, transaccionaram pescado nas lotas, contra 165 em 2008.

Q8 – ESPÉCIES CAPTURADAS COM ARTES DO CERCO

(Dez espécies com maior peso percentual em valor) – Ano 2009

	% Volume Espécie / Volume Total	% Valor Espécie / Valor Total	Kg	Euros	Preço Médio 2009	Preço Médio 2008
Sardinha	76,6%	79,6%	54.265.969	37.805.269	0,70	0,64
Carapau	4,6%	9,3%	3.256.495	4.417.623	1,36	1,73
Cavala	15,8%	4,5%	11.229.927	2.121.761	0,19	0,21
Besugo	0,2%	1,3%	144.368	597.708	4,14	4,99
Carapau-negrão	1,5%	1,2%	1.090.156	551.532	0,51	0,48
Sargo-safia	0,2%	0,7%	165.424	339.097	2,05	2,64
Biqueirão	0,1%	0,5%	53.626	228.684	4,26	4,44
Sargo-legítimo	0,0%	0,4%	28.042	191.094	6,81	7,41
Dourada	0,0%	0,4%	18.189	169.771	9,33	9,56
Choupa	0,1%	0,3%	64.585	148.247	2,30	2,38
TOTAL 10 ESPÉCIES	**99,2%**	**98,1%**	**70.316.781**	**46.570.786**	**0,66**	**0,59**
TOTAL CERCO	**100,0%**	**100,0%**	**70.862.444**	**47.466.004**	**0,67**	**0,60**

No quadro Q8 estão representadas as dez espécies com os maiores valores de venda registados na pesca com arte do cerco e que representaram 98,1% do valor total e 99,2% do volume total. Para este grupo de espécies o preço médio foi de 0,66€/kg, mais 0,07€/kg que o preço médio verificado em 2008.

Em quantidade, as três espécies mais vendidas em lota foram a sardinha, a cavala e o carapau. Em valor, foram a sardinha, o carapau e a cavala. À excepção da sardinha e do carapau-negrão, cujos preços médios melhoraram em 2009 face a 2008, todas as restantes espécies daquele grupo registaram em 2009 preços mais baixos, do que em 2008.

O quadro Q9 contém dados referentes às quantidades totais, valores totais e preços médios da sardinha, classificada por tamanhos e graus de frescura, nos anos de 2009 e 2008, independentemente da arte utilizada na sua captura.

A quantidade total de sardinha transaccionada, em 2009, foi de 54.653t, tendo-se verificado um decréscimo de 15%, relativamente a 2008. Quanto ao valor das vendas, apesar de ter diminuído em 8%, o decréscimo não foi tão elevado, devido à variação positiva verificada no preço médio, que foi de 9% (0,70€/kg em 2009 e 0,64€/kg em 2008).

Q9 – SARDINHA CLASSIFICADA POR TAMANHOS E GRAUS DE FRESCURA

		SARDINHA								
		2008			2009			Evolução 2009/2008		
Tam.	Fre.	Kg	Euros	Pr. Méd.	Kg	Euros	Pr. Méd.	Vol.	Val.	Pr. Méd.
0	0	82.427	60.899	0,74	362.826	194.792	0,54	340%	220%	-27%
1	E	24.949	43.419	1,74	19.813	20.902	1,05	-21%	-52%	-39%
1	A	478.055	253.055	0,53	1.745.812	742.544	0,43	265%	193%	-20%
1	B	36.094	11.392	0,32	24.052	26.904	1,12	-33%	136%	254%
2	E	2.508.191	1.828.887	0,73	4.412.335	3.125.426	0,71	76%	71%	-3%
2	A	48.057.792	29.643.473	0,62	35.414.486	25.375.332	0,72	-26%	-14%	16%
2	B	921.148	425.548	0,46	910.807	581.689	0,64	-1%	37%	38%
3	E	270.200	431.399	1,60	266.745	445.411	1,67	-1%	3%	5%
3	A	6.392.625	3.243.021	0,51	4.220.417	2.404.702	0,57	-34%	-26%	12%
3	B	667.383	647.852	0,97	964.617	890.812	0,92	45%	38%	-5%
4	E	49.758	34.448	0,69	93.258	50.236	0,54	87%	46%	-22%
4	A	5.109.589	4.740.097	0,93	6.136.422	4.266.864	0,70	20%	-10%	-25%
4	B	16.549	16.635	1,01	81.012	104.021	1,28	390%	525%	28%
TOTAL		**64.614.760**	**41.380.124**	**0,64**	**54.652.603**	**38.229.636**	**0,70**	**-15%**	**-8%**	**9%**

Como sempre sucede, a sardinha mais vendida foi a classificada em T2A (tamanho 2 frescura A), no valor de 35.414t, o que representou 64,8% do total da sardinha transaccionada em lota. Em segundo lugar, foi a sardinha classificada em T4A (tamanho 4 frescura A), com 6.136t. Em terceiro lugar, a sardinha classificada em T2E (tamanho 2 frescura E), com 4.412t.

Os preços médios mais elevados verificaram-se nas transacções da sardinha T3 frescura Extra (1,67€/kg), seguindo-se a sardinha T4 frescura B (1,28€/kg) e, em terceiro lugar, a sardinha T1 frescura B (1,12€/kg).

EXPLORAÇÃO

CONTRATOS DE ABASTECIMENTO DIRECTO DE PESCADO

Nos últimos anos tem-se assistido a um aumento significativo das quantidades de contratos celebrados entre armadores e comerciantes de pescado, tutelados por várias organizações de produtores. Existem, de facto, espécies que desaconselham a espera pelo leilão (o caso dos moluscos bivalves) ou que, dada a sua especificidade, não são adquiridas pela esmagadora maioria dos compradores presentes nas lotas (o caso do espadarte). Nestes casos, a venda por contrato tem sido a regra desde há muitos anos.

Nos últimos anos, porém, o recurso às vendas por contrato tem vindo a generalizar-se a espécies que, tradicionalmente, têm escoamento fácil nos leilões, o que tem até, em alguns casos, provocado a concentração de algumas espécies em apenas alguns comerciantes, provocando distorção de mercado, com a inevitável escalada de preços ao consumidor final. Em 2009, tal como já aconteceu em 2008, foi possível verificar, em alguns portos de pesca, a celebração sistemática de contratos de abastecimento directo de sardinha a comerciantes, causando, ainda que pontualmente, escassez desta espécie no mercado local.

Durante o ano de 2009, foram tratados administrativamente mil seiscentos e setenta e seis (1.676) contratos celebrados ao abrigo do Decreto-Lei n.º 81/2005, entre Produtores e Comerciantes de Pescado, tutelados por algumas das Organizações de Produtores reconhecidas, o que representa um decréscimo de 8,0% relativamente ao ano de 2008, em que foram tratados mil oitocentos e vinte e dois (1.822) contratos.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição de contratos pelas Organizações de Produtores.

	VENDAS POR CONTRATO DE ABASTECIMENTO DIRECTO EM 2009		
ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES	APROVADOS	NÃO APROVADOS	TOTAL CONTRATOS SUBMETIDOS À DGPA
APROPESCA	56	1	57
ARTESANALPESCA	15	0	15
BARLAPESCAS	82	0	82
CAPA	176	0	176
CENTRO LITORAL	21	0	21
OLHÃOPESCA	166	1	167
OPCENTRO	436	0	436
PROPEIXE	64	0	64
SESIBAL	43	0	43
APARA	29	0	29
VIANAPESCA	588	0	588
TOTAIS	**1.676**	**2**	**1.678**

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE DISPONIBILIZAÇÃO E GESTÃO DE OBSERVADORES DE PESCA A BORDO DAS EMBARCAÇÕES QUE EXERCEM ACTIVIDADE NA ZONA NAFO

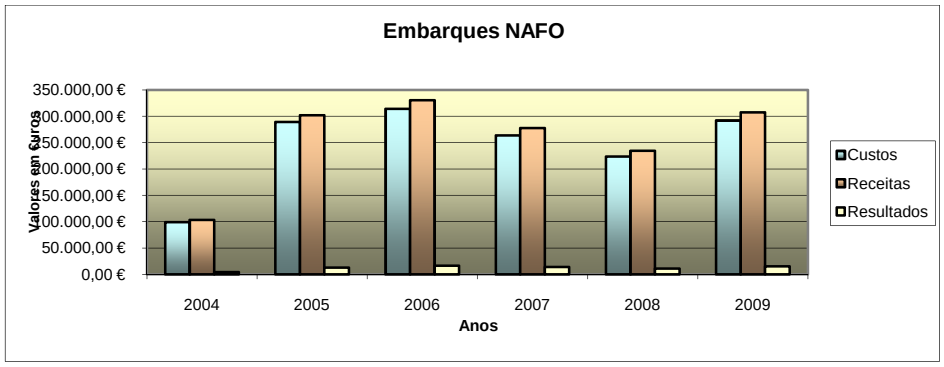
Em 23 de Julho de 2004 foi celebrado com a DGPA um protocolo, que tinha por objecto "regular o relacionamento institucional entre a DGPA e a Docapesca, no que concerne ao acervo de obrigações que decorrem para o Estado Português dos Regulamentos (CE) n.os 3069/95, 2371/2002 e 855/2004". Na prática, este protocolo transfere para a Docapesca a responsabilidade de gestão da colocação e permanência a bordo de Observadores de Pesca nas embarcações que exercem a sua actividade na zona *North Atlantic Fisheries Organization* (NAFO).

Este serviço prestado pela Docapesca é importante para os armadores de embarcações de pesca longínqua, porque é essencial para o desenvolvimento da sua actividade, uma vez que desde 2004 os Estados Membros da União Europeia passaram a ser responsáveis pela colocação de Observadores de Pesca a bordo dos navios de pesca comunitários que exercem a sua actividade na zona NAFO. Para a Docapesca, o serviço prestado tem margens pouco significativas, mas reconhece-se a sua importância para o sector. Como a Docapesca não dispõe de Observadores de Pesca, contratou, por sua vez, este serviço à empresa açoriana *SeaExpert*.

Esta prestação de serviço assenta num modelo de funcionamento, que se pode resumir da seguinte forma: Em 2009, tal como nos anos anteriores, foi assegurado o programa relativo ao serviço de disponibilização e gestão de Observadores de Pesca, para os navios nacionais a operar com licença de pesca, na zona NAFO e, pela primeira vez, também na zona *North Eastern Atlantic Fisheries Comission* (NEAFC) – Mar de Irminger –, na qual passou a ser obrigatória a presença de Observadores de Pesca, à semelhança do que já ocorria na zona NAFO. Já anteriormente, a Docapesca tinha celebrado com a DGPA uma extensão do protocolo inicial, mediante a qual a responsabilidade de gestão da colocação de Observadores de Pesca a bordo das embarcações é transferida para a Docapesca em qualquer parte do mundo, onde já se verifica ou onde se venha a verificar, futuramente, a obrigatoriedade da permanência a bordo de Observadores de Pesca.

RESULTADOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – 2004 A 2009

ANOS	CUSTOS	RECEITAS (ARMADORES)	RESULTADOS
2004	99.100,80€	103.230,00€	4.129,20€
2005	289.196,20€	302.067,00€	12.870,80€
2006	314.107,21€	330.557,00€	16.449,79€
2007	263.733,52€	277.614,00€	13.880,48€
2008	223.774,68€	234.631,60€	10.856,92€
2009	292.067,43€	307.439,40€	15.371,97€



Destacamos ainda os seguintes factos relevantes para a actividade da empresa:

1. REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DAS LOTAS

Foi totalmente revisto o Regulamento Interno de Exploração das Lotas, em articulação com a Portaria 9/89, que se encontrava já bastante desactualizado. O novo Regulamento entrará em vigor apenas durante o primeiro trimestre de 2010.

2. VESTUÁRIO DE TRABALHO

Tendo em vista dotar todos os Trabalhadores da Empresa de equipamento de protecção individual adequado ao exercício das suas funções, foi revista e regulamentada a dotação de vestuário de trabalho e calçado de protecção para os Trabalhadores operacionais da Docapesca. Embora as aquisições tenham sido efectuadas na sua esmagadora maioria em 2009, apenas terão efeito no início de 2010, quando se completar as aquisições e contratações inerentes a este processo, o que irá melhorar muito a visibilidade dos recursos humanos nas lotas.

3. POLÍTICA AMBIENTAL DA DOCAPESCA

Tendo em vista desenvolver esforços no sentido de compatibilizar as exigências próprias da actividade com o máximo respeito pelo meio ambiente, comprometendo-se a manter elevados padrões de desempenho ambiental, foi aprovada uma política ambiental para a Empresa, que será desenvolvida durante o ano de 2010. Mediante a política aprovada, a Docapesca compromete-se a manter elevados padrões de desempenho ambiental, cumprindo rigorosamente a legislação em vigor e o limiar inferior do seu comportamento ambiental, nos quatro vectores principais – gestão de resíduos e subprodutos, efluentes líquidos, efluentes gasosos e eficiência energética,

4. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR BASEADOS NOS PRINCÍPIOS DO HACCP

Em 2009, iniciou-se a implementação do sistema de segurança alimentar baseado nos princípios do HACCP na lota da Nazaré, o qual ficará concluído durante o primeiro trimestre de 2010.

Nas lotas de Sines, Sagres, Lagos, Portimão, Olhão e Vila Real de Santo António ficaram concluídas as implementações dos sistemas de segurança alimentar baseados nos princípios do HACCP, ainda durante o primeiro trimestre de 2009.

No final de 2009 ficaram concluídas as implementações dos sistemas de segurança alimentar baseados nos princípios do HACCP, nas lotas de Aveiro e Figueira da Foz.

Durante o primeiro semestre de 2009, as lotas de Mira e de Vila Nova de Milfontes obtiveram NCV pela primeira vez, após a implementações dos sistemas de segurança alimentar baseados nos princípios do HACCP.

As lotas de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Matosinhos, Peniche, Sesimbra e Setúbal encontram-se em fase final de implementação dos sistemas de segurança alimentar baseados nos princípios do HACCP.

Também os mesmos sistemas de segurança alimentar baseados no sistema HACCP foram introduzidos, pela primeira vez, nas Fábricas de Gelo de Matosinhos, Aveiro e Figueira da Foz, prevendo-se a sua conclusão durante o primeiro trimestre de 2010. Na Fábrica de Gelo de Sines, o processo iniciar-se-á apenas 2010, admitindo-se que fique concluído no mesmo ano.

No Entreposto Frigorífico de Peniche já foi iniciada a implementação do sistema de segurança alimentar baseado nos princípios do HACCP, prevendo-se que fique concluída até ao final de 2010.

O quadro anexo resume esta actividade em 2009:

Local	Tipo de estabelecimento	NCV	Empresa Adjudicatária	Data início	Situação em 31/12/2009	Previsão de Conclusão
Viana do Castelo	Lota	O 0262 01 P	Produtiva	19/02/2008	Fase final de implementação	1.º Trimestre 2010
Póvoa de Varzim	Lota	O 0262 02 P				
Matosinhos	Lota	O 0262 03 P				
	Fábrica de Gelo	Não aplicável		03/10/2008	Fase final de implementação	1.º Trimestre 2010
	Entreposto Frigorífico	DAF 168			Suspenso	
	Túnel de Congelação	T 0262 12 P	s/Adjudicação	Existe Manual de Autocontrolo		
Aveiro	Lota	O 0262 21 P	HM Consultores	26/10/2007	Concluído	
	Fábrica de Gelo	Não aplicável		30/10/2008	Fase final de implementação	1.º Trimestre 2010
Mira	Lota	1382 PP		06/10/2008	Concluído	
Figueira da Foz	Lota	O 0262 04 P		26/10/2007		
	Fábrica de Gelo	Não aplicável		30/10/2008	Fase final de implementação	1.º Trimestre 2010
Nazaré	Lota	O 0262 05 P	SGS	29/12/2008	Fase Final de implementação	1.º Trimestre 2010
Peniche	Lota	O 0262 06 P	Bioqual	12/04/2007	Em implementação	1.º Trimestre 2010
	Entreposto Frigorífico	Q1 0262 24 P	s/Adjudicação	Existe Manual de Autocontrolo		
	Túnel de Congelação	RAF 163	s/Adjudicação	Existe Manual de Autocontrolo		
Costa Caparica	Lota	O 0262 24 P	s/Adjudicação	Existe Manual de Autocontrolo		
Sesimbra	Lota	O 0262 18 P	SGS	29/04/2008	Fase final de implementação	1.º Trimestre 2010
Setúbal	Lota	O 0262 09 P				
Sines	Lota	O 0262 19 P			Concluído	
	Fábrica de Gelo	Não aplicável	s/Adjudicação			
V. n. Milfontes	Lota	1395 PP	SGS	06/10/2008	Concluído	
Sagres	Lota	O 0262 23 P	Consequência	31/05/2007	Concluído	
Lagos	Lota	O 0262 10 P				
Portimão	Lota	O 0262 11 P				
Olhão	Lota	O 0262 15 P				
V.r.s.António	Lota	O 0262 17 P				

5. PLANO DE AUDITORIAS DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR BASEADOS NOS PRINCÍPIOS DO HACCP

Foi iniciado um primeiro conjunto de auditorias internas, decorrentes de um calendário elaborado para todos os estabelecimentos dotados de sistema de segurança alimentar baseado nos princípios do HACCP. Essas auditorias, que terão periodicidade semestral, têm como principal objectivo a verificação dos planos de higiene e segurança alimentar, aplicados localmente.

Os relatórios resultantes das *check-lists* de auditoria indicarão as não conformidades detectadas e as suas possíveis correcções. Também conduzirão, inevitavelmente, a melhoramentos operacionais e funcionais nos estabelecimentos auditados.

As primeiras auditorias realizadas foram efectuadas em Novembro de 2009, na lota de Portimão, e, em Dezembro de 2009, nas lotas de Sagres, Lagos e Olhão.

6. FICHAS TÉCNICAS DE PRODUTO

No cumprimento da legislação Nacional e Comunitária em vigor para o Sector Alimentar, a Docapesca iniciou a criação de fichas técnicas do pescado transaccionado em lota, disponíveis para consulta. Até ao final de 2009, foram elaboradas cerca de 25 fichas, correspondentes às espécies mais transaccionadas nas lotas durante o ano de 2008. Em 2010, será dada continuação a esta tarefa.

COMERCIAL & MARKETING

PROVEITOS OPERACIONAIS DAS ACTIVIDADES COMERCIAIS

Os proveitos da área Comercial em 2009 situaram-se nos 11.645.864,12 Euros, menos -8,2% do que em 2008, contribuindo em 42,5% para a formação dos proveitos operacionais da empresa.

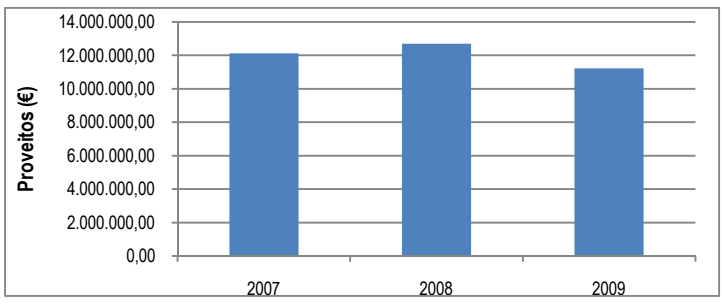
Por segmentos de actividade a evolução foi a seguinte:

	2009	2008	Evolução	Evolução %
Área Comercial	**11.645.864,12**	**12.690.824,33**	**-1.044.960,21**	**-8,23**
Venda de Mercadorias				
Aprestos de Pesca	623.720,11	762.936,93	-139.216,82	-18,25
Lubrificantes	180.308,12	173.027,91	7.276,47	4,21
Baterias e Outros	65.154,28	76.210,46	-11.052,44	-14,50
Embalagens	65.786,48	42.317,06	23.469,42	55,46
Comandos	47.352,52	153.712,26	-106.359,74	-69,19
Combustíveis	1.379.980,24	2.480.616,39	-1.100.636,15	-44,37
Sub-Total	**2.362.301,75**	**3.688.821,01**	**-1.326.519,26**	**-35,96**
Gelo	1.887.386,61	1.629.910,62	257.475,99	15,80
Prestação de Serviços				
Instalações e Serviços Conexos	5.038.924,62	5.097.835,24	-58.910,62	-1,16
Entreposto Frigorífico	1.635.401,84	1.968.299,02	-332.897,18	-16,91
Sub-Total	**6.674.326,46**	**7.066.134,26**	**-391.807,80**	**-5,54**
Outras Actividades	**721.849,30**	**305.958,44**	**-9.871,67**	**-3,23**
Total	**26.961.628,73**	**29.911.750,73**	**-2.947.159,83**	**-9,85**

Dentro da venda de mercadorias registaram-se evoluções positivas na venda de lubrificantes (+4,2%) e nas embalagens (+55,5%). Os aprestos de pesca tiveram um decréscimo de -18,3%, as baterias de -14,5%, os combustíveis -44,4% e os comandos de -69,2%. A venda de gelo registou um aumento de 15,8%.

Na Prestação de Serviços verificou-se um decréscimo global de -5.5%, resultante essencialmente das quebras dos proveitos provenientes dos Entrepostos Frigoríficos.

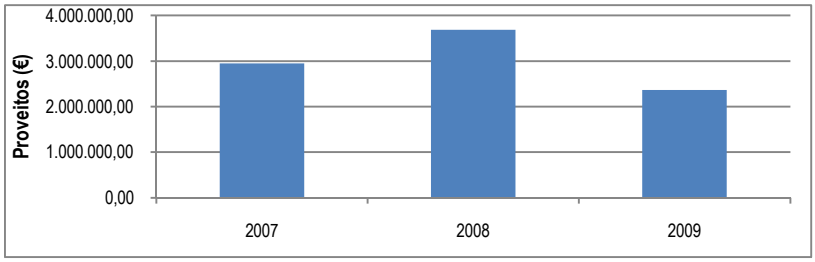
EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DA ÁREA COMERCIAL 2007-2009



VENDA DE MERCADORIAS

O gráfico a seguir apresenta a evolução nos últimos três anos, cujo traçado foi fortemente influenciado pela venda de combustíveis. Em 2008, verificou-se um crescimento acentuado devido, essencialmente, ao aumento dos preços que tiveram em 2009 um decréscimo significativo.

EVOLUÇÃO DA VENDA DE MERCADORIAS 2007-2009



APRESTOS DE PESCA

A venda de aprestos de pesca registou uma evolução negativa de -18,3%, face a 2008, que se deveu sobretudo às Delegações do Sotavento (-20,5%) e do Barlavento (-11,4%). O decréscimo dos proveitos foi maior (-139.216€) do que o decréscimo dos custos (-136.201,26€), agravando os resultados operacionais em -3.015€ face a 2008.

Em termos orçamentais para 2009, as vendas não atingiram o previsto (-151.789€; -19,6%), mas os custos situaram-se também abaixo do plano (-189.588€; -27,6%), influenciando positivamente os resultados reais face ao orçamentado. Registou-se, no entanto, uma melhoria nas margens comerciais, de 16,8% em 2008, para 20,1% em 2009.

LUBRIFICANTES

A evolução das vendas de lubrificantes foi positiva em valor, durante 2009, com um acréscimo de 4,2%, face a 2008. De salientar o crescimento na Póvoa de Varzim (+17,6%), em Peniche (+31,2%), no Barlavento (+14,8%) e no Sotavento (+12,9%). Em termos de quantidades vendidas, registou-se um decréscimo de -6,25%. A margem comercial decresceu de 37,9% em 2008, para 29,3% em 2009, devido a uma política de uniformização de margens, as quais tenderão a estabilizar-se nos 20%, valor de referência no mercado.

BATERIAS

A evolução dos proveitos com a venda de baterias foi também negativa em -14,5%. O Sotavento registou um crescimento de 14,9%, que não foi suficiente face às quebras em Peniche (-32,8%) e na Figueira da Foz (-74,8%). A margem comercial manteve-se nos 28%.

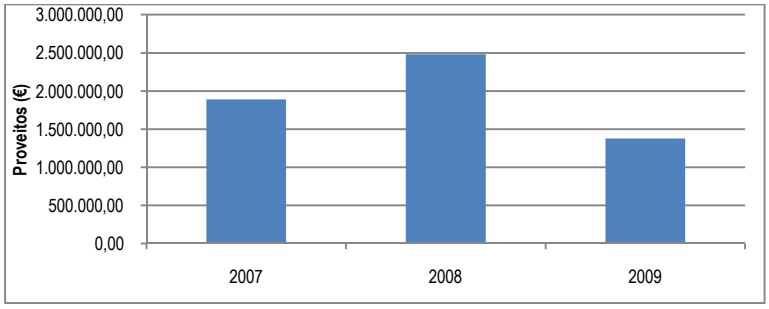
EMBALAGENS

As embalagens registaram um comportamento francamente positivo em 2009, de 55,5%, essencialmente devido ao Sotavento (+450%). Salienta-se também a melhoria dos resultados operacionais em 45,1% face ao ano transacto.

COMBUSTÍVEIS

O gráfico a seguir mostra a evolução da venda de combustíveis nos últimos três anos.

EVOLUÇÃO DOS PROVEITOS DOS COMBUSTÍVEIS 2007-2009



A evolução face ao ano de 2008 revela um decréscimo nos proveitos de -44,4%. Esta diminuição deve-se essencialmente às descidas dos preços dos combustíveis que se registaram a nível mundial e à contracção do mercado nacional de gasóleo para a pesca. Embora as quebras tenham sido a nível nacional, o decréscimo mais relevante em valor registou-se em Matosinhos (-357.805€) e em percentagem, na Figueira da Foz (-61%).

No entanto, os proveitos tiveram um aumento superior aos custos, permitindo uma melhoria nas margens comerciais, de 4,79% em 2008, para 7,37% em 2009. Estas poderiam ter sido ainda significativamente superiores, caso a Docapesca não tivesse investido no apoio à frota, já que os descontos no Gasóleo de Pescas atingiram os 74.631€, em 2009. Obteve-se ainda uma bonificação da *Galp* e da *Repsol* no valor de 7.500 Euros para acções promocionais.

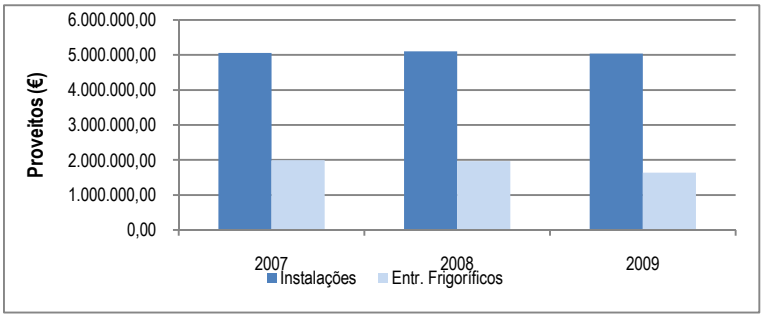
GELO

Durante o ano de 2009 verificou-se um aumento de 16,3% na venda de gelo, essencialmente devido à Delegação de Matosinhos, que registou um aumento de 51,2% (+255.981€). Em termos orçamentais, registou-se também um aumento de 8,57% face ao plano, sendo que também os resultados operacionais apresentaram um crescimento de 28,2% (+64.172€). Estas melhorias resultaram numa melhoria das margens comerciais, de 13,99% em 2008, para 15,47% em 2009.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As prestações de serviços comerciais incluem duas actividades principais: a cedência de instalações e os entrepostos frigoríficos. O gráfico a seguir apresenta a sua evolução nos últimos três anos.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS 2007-2009



INSTALAÇÕES

Os proveitos com a cedência de instalações são a principal componente comercial da empresa, mantendo-se relativamente estáveis nos últimos anos. O decréscimo de cerca de -1,2% nos proveitos, face a 2008, prende-se no essencial com a Delegação de Lisboa. O nível geral de ocupação é de 90,83%. As Delegações com maiores níveis de ocupação – acima dos 90% – são Matosinhos, Peniche, Sesimbra e Sines.

ENTREPOSTOS FRIGORÍFICOS

Durante o ano de 2009 verificou-se uma quebra de 16,9% na actividade comercial dos Entrepostos Frigoríficos. Esta redução resultou no essencial, por um lado, da diminuição na armazenagem em regime comum em Peniche e no regime de exclusividade em Lisboa e, por outro, do decréscimo na congelação em Matosinhos e Peniche, por diminuição da quantidade da matéria-prima canalizada para esse fim.

Relativamente ao Entreposto Frigorífico de Matosinhos, na sequência de estudos e negociações entre a Propeixe e a Docapesca, celebrou-se um protocolo de concessão desse Entreposto, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010. Este protocolo representa uma garantia de rentabilidade para a Docapesca e uma alavanca dinamizadora para a Produção.

OUTRAS ACTIVIDADES

Esta rubrica registou um aumento nos proveitos comparativamente ao ano de 2008 devido, essencialmente ao aumento das reversões de ajustamentos de débitos de clientes e a proveitos suplementares da Administração do Porto de Lisboa.

Foram ainda movimentados nesta rubrica os proveitos com a assistência a postos de vendagem, cedência de molde, serviços de apoio ao armador e comprador, venda de material reciclável, patrocínios e campanhas publicitárias e a taxa sobre as vendas de terceiros.

OUTROS PROJECTOS NO ÂMBITO DA DC&M

No âmbito da Direcção Comercial e Marketing desenvolveram-se um conjunto de projectos que a seguir se apresentam, cujo retorno é essencialmente qualitativo, reflectindo-se no reforço da imagem

da empresa, notoriedade, valorização do pescado, comunicação interna e externa e divulgação dos produtos da pesca.

CERTIFICADO DE COMPRA EM LOTA

Inserido no objectivo global de valorização do pescado transaccionado nas lotas do Continente português, a Docapesca desenvolveu o projecto Comprovativo de Compra em Lota (CCL) que se focaliza na identificação e diferenciação desse pescado, junto do consumidor final.

Foi desenvolvido um estudo técnico de imagem e comunicação e estabelecidos contactos com diversas entidades e empresas interessadas na implementação do CCL, concretizando-se na adesão ao projecto dos três maiores grupos da grande distribuição em Portugal, uma câmara municipal e diversos compradores de pescado em lotas.

ESTUDO DE SATISFAÇÃO DOS CLIENTES E CLIMA ORGANIZACIONAL

Com o objectivo de reforçar a orientação estratégica para os Clientes, bem como identificar oportunidades de negócio conjuntas, a Docapesca aplicou um questionário, para avaliar o grau de satisfação com os serviços prestados em 2008, junto dos diversos tipos de clientes: Armadores, Compradores de Pescado e Outros Clientes.

Posteriormente, e ciente da importância da opinião dos Trabalhadores da Docapesca, para o desempenho global da empresa, foram efectuados três estudos que cobriram as seguintes vertentes:

- Grau de satisfação das Delegações com os Serviços Centrais;
- Grau de satisfação dos Serviços Centrais com as Delegações;
- Clima Organizacional da Empresa.

Os resultados dos estudos acima referidos foram sintetizados em relatórios específicos e divulgados na Empresa, representando um instrumento fundamental na gestão das relações internas, através da percepção de todos os Trabalhadores da Empresa acerca de questões como: comunicação interna, eficiência dos processos e regulamentos, a estrutura organizacional, a política de recursos humanos, o ambiente de trabalho, as chefias, o grau de comprometimento dos Trabalhadores com a Empresa ou o trabalho em equipa. A repetição destes estudos no ano de 2010, permitirá efectuar uma análise evolutiva.

LEILÃO ONLINE

Tecnologicamente desenvolvido pela Direcção Informática, este projecto teve o apoio da Direcção Comercial & Marketing ao nível da comunicação e divulgação junto dos comerciantes, nomeadamente Grandes Superfícies e Grossistas. Decorreram várias acções de formação e informação sobre o sistema que culminaram com o lançamento do mesmo na Lota de Peniche, no final de Maio de 2009. Aderiram ao sistema cinco empresas, verificando-se contudo que, em termos operacionais, não existe grande vantagem para o comprador, enquanto o sistema estiver confinado a

uma única lota. Por este motivo, só após a expansão às cinco lotas previstas, se poderão avaliar os resultados efectivos.

COMUNICAÇÃO

PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS

Em 2009, a Docapesca marcou presença em duas feiras nacionais, a Expomar, de Olhão, e o Festival do Peixe, em Lisboa. Em termos internacionais, esteve presente na Conxemar, em Vigo. Os objectivos situaram-se ao nível da promoção e/ou demonstração do leilão online e de um canal logístico associado, com vista à angariação de compradores/importadores através deste canal. O segundo objectivo passou pela promoção do pescado da costa Portuguesa em novos mercados, nomeadamente através da divulgação das espécies mais transaccionadas nas nossas lotas em associação ao CCL.

PUBLICAÇÕES

Enquadrado na política de comunicação e divulgação dos serviços prestados pela Docapesca, foi concebida uma brochura institucional da Empresa destinada ao mercado interno e externo, como suporte à presença em feiras e expansão internacional.

Prosseguiu-se a publicação da *Infolota*, para divulgação dos projectos em curso na Empresa, estando prevista uma alteração do formato desta *newsletter* para o ano de 2010.

COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS DA DOCAPESCA

No âmbito da comemoração das Bodas de Ouro da Docapesca em 2009, e ciente do papel primordial que a empresa tem desempenhado como entidade agregadora dos organismos do sector, desde a produção à comercialização e indústria de conservas, assinalou-se a data dando início a um conjunto de actividades, nomeadamente, a concepção de uma medalha e de um *pin* evocativos. Neste mesmo âmbito, durante o ano de 2010, estão previstas outras actividades de comunicação da empresa.

INFORMÁTICA

Foi implementado na Lota de Peniche o Sistema de Venda de Pescado Online. Este sistema possibilita aos compradores aderentes a aquisição do pescado à distância e evita a sua deslocação ao recinto da lota. A sua implementação implicou a instalação de um complexo sistema de comunicações e servidores.

Na Lota de Vila Nova de Milfontes foram instalados equipamentos para o funcionamento da Primeira Venda de Pescado tendo-se procedido ao arranque da mesma.

A mais recente versão do Sistema *SAP* foi instalada na Empresa, de forma a permitir a todos os utilizadores um melhor uso desta ferramenta e o acesso a novas funcionalidades desta aplicação. Esta actualização acarretou a instalação quer de novos servidores, quer de uma nova base de dados *SQL* da Microsoft.

De forma a dar uma resposta mais célere e com novos conteúdos às inúmeras solicitações que se apresentam tanto ao nível interno como externo da Empresa, foi desenvolvida e posta em execução uma nova aplicação Estatística.

A dispersão geográfica da Docapesca pelo território Nacional obrigou à adopção de medidas que promovessem quer uma melhor comunicação entre as Delegações, quer uma redução de custos relacionados com as deslocações que a realização de reuniões implica. Para o efeito, foi instalado um sistema de vídeo-conferência nas principais lotas da Empresa.

A mudança do edifício da Sede da Empresa da Av. General Gomes de Araújo, em Alcântara, para o edifício das antigas instalações da Docapesca no Porto de Pesca de Pedrouços, acarretou a reinstalação de todo o sistema de informação e de comunicações.

A Direcção de Informática promoveu o lançamento do concurso para o estudo e aquisição de um Sistema de Help-Desk que irá permitir a todos os utilizadores dos sistemas de informação solucionar com maior eficácia os problemas apresentados. Ficarão registados nesse sistema o histórico de todas as avarias e anomalias comunicadas.

INFRA-ESTRUTURAS E MANUTENÇÃO

INVESTIMENTOS 2009

I – DESCRIÇÃO GERAL

O Plano de Investimentos Correntes e Específicos de 2009 foi executado com o envolvimento das Direcções da Sede (Infra-estruturas e Manutenção, Informática e Exploração). Os Investimentos Correntes foram executados pelas Direcções da Sede e pelas Delegações, dentro das condições estabelecidas.

O Plano de Investimentos Específicos e Correntes previstos e executados em 2009 são os que se apresentam no Quadro I. Os Investimentos Específicos são apresentados por Objectivos.

O Quadro I revela uma taxa de realização global de cerca de 24,59%, sendo 6,11% a taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos e de 79,25%, a dos Investimentos Correntes.

QUADRO I

MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS – 2009

PROJECTOS ESPECIFICOS	Realização Prevista 2009	Realização Efectiva 2.009	Realização em %
A - PORTOS DE PESCA, LOCAIS DE DESEMBARQUE E ABRIGOS	**4.346.369**	**0**	**0,00%**
A.1 - Melhoria das condições higio-sanitárias das Lotas e Entrepostos	**50.000**	**0**	**0,00%**
A.2 - Remodelação dos Armazéns de Comerciantes para cumprimento das regras sanitárias vigentes	**473.569**	**0**	**0,00%**
A.3 - Modernização e Apetrechamento das Instalações de Venda de Pescado	**3.547.800**	**0**	**0,00%**
A.4 - Infraestruturas e Equipamentos de Apoio à Descarga	**75.000**	**0**	**0,00%**
A 5 - Infraestruturas e Equipamentos de Conservação e (ou) Congelação e de Produção e Armazenagem de Gelo	**100.000**	**0**	**0,00%**
A 6 - Diversos	**100.000**	**0**	**0,00%**
B - DIVERSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES DA EMPRESA	**885.000**	**319.559**	**149,86%**
B.1 - Mercados, Plataformas Logisticas e outras Actividades	**260.000**	**0**	**0,00%**
B.2 - Comercialização e Valorização do Pescado	**445.000**	**142.957**	**32,13%**
B.4 - Aquicultura Interior e Off-Shore	**30.000**	**0**	**0,00%**
B.5 - Diversos	**150.000**	**176.602**	**117,73%**
TOTAL Investimentos Especificos	**5.231.369**	**319.559**	**6,11%**
TOTAL Investimentos Correntes	**1.768.631**	**1.401.500**	**79,24%**
TOTAL GLOBAL	**7.000.000**	**1.721.059**	**24,59%**

A – INVESTIMENTOS CORRENTES

O nível global de realização do Plano de Investimentos Correntes foi de 79,25%. No Quadro II apresenta-se com detalhe, a realização da Sede e de cada uma das Delegações.

QUADRO II
MAPA RESUMO DOS INVESTIMENTOS CORRENTES - 2009

Designação	Exercício 2009				
	Plano	Real	Desvio		% de Realiz.
TOTAL GLOBAL - Investimentos Correntes 2009	1.768.631 €	1.401.560	-367.071	-21%	79,25%
SEDE	94.469	248.030	153.561	163%	262,55%
* Delegações *	1.674.162	1.153.530	-520.632 €	-31%	68,90%
Norte	834.264	546.654	-287.610 €	-34%	65,53%
* Delegação de Viana do Castelo *	82.779	37.790	-44.989 €	-54%	45,65%
* Delegação da Póvoa do Varzim *	97.120	105.568	8.448 €	9%	108,70%
* Delegação de Matosinhos *	393.465	170.720	-222.745 €	-57%	43,39%
* Delegação de Aveiro *	127.060	110.493	-16.567 €	-13%	86,96%
* Delegação da Figueira da Foz *	133.840	122.083	-11.757 €	-9%	91,22%
Centro	*206.633*	*201.590*	-5.043 €	-2%	97,56%
* Delegação da Nazaré *	37.421	62.973	25.552 €	68%	168,28%
* Delegação de Peniche *	162.222	137.667	-24.555 €	-15%	84,86%
* Delegação de Cascais *	6.990	949	-6.041 €	-86%	13,58%
Lisboa	*19.400*	*7.237*	-12.163 €	-63%	37,31%
* Delegação de Lisboa *	19.400	7.237		-63%	37,31%
Centro Sul	*296.188*	*101.625*	-194.563 €	-66%	34,31%
* Delegação de Sesimbra *	194.458	86.856	-107.602 €	-55%	44,67%
* Delegação de Setúbal *	101.730	14.770	-86.961 €	-85%	14,52%
Sul	*317.677*	*296.423*	-21.254 €	-7%	93,31%
* Delegação de Sines *	36.870	83.103	46.233 €	125%	225,40%
* Delegação do Barlavento Algarvio*	182.792	161.111	-21.681 €	-12%	88,14%
* Delegação do Sotavento Algarvio*	98.015	52.209	-45.806 €	-47%	53,27%

Salienta-se na Sede que o desvio para mais da execução, de 163%, se ficou a dever ao nível de execução do Plano da Direcção de Informática. Com efeito, procedeu-se à aquisição de Licenças *SAP* e da Base de Dados *SQL* e de *hardware* para viabilizar a reestruturação administrativa e financeira da Docapesca, distribuído por diversas áreas da Sede e das Delegações. Estes investimentos não tinham sido previstos em 2009, tendo a sua aquisição permitido não atrasar a calendarização da reestruturação atrás referida.

O nível de execução do Plano de Investimentos Correntes das Delegações foi de 68,90 %. As taxas de execução acima da média verificaram-se nas regiões do Centro (Nazaré, Peniche e Cascais) e Sul (Sines, Barlavento e Sotavento), respectivamente, 97,56% e 93,31%. Estas elevadas taxas de execução ocorreram em parte por ocorrências que originaram a execução de investimentos não previstos, mas inadiáveis. Lisboa e o Centro Sul, registaram as mais baixas taxas de realização, o

último devido a uma sequência de investimentos interdependentes que não foi possível executar no final do ano pela inoperacionalidade da plataforma Vortal, durante o mês de Novembro.

Na região Norte, os desvios por não execução do Plano de Investimentos da Delegação de Matosinhos, conduziram a uma percentagem de execução nesta região de 65,53%, e de 43,39% nessa Delegação.

Tal como é habitual, o esforço de investimento incidiu mais na recuperação e beneficiação de edifícios e de outras construções, de que se destacam:

- Obras de remodelação na lota e tanques de água salgada em Viana do Castelo;
- Substituição da cobertura e diversas beneficiações no Posto de Vendagem de Castelo do Neiva;
- Remodelações na lota e instalações sanitárias e balneários/vestuários da Póvoa de Varzim;
- Pavimentações da Lota de Aveiro, da zona de congelação do Entreposto de Peniche e do cais de descarga de Sesimbra;
- Beneficiação de vedações e caleiras exteriores no cais de descarga da Figueira da Foz e no de Sines;
- Pintura do edifício da Fábrica de Gelo de Sines;
- Beneficiação das coberturas dos Armazéns de Comerciantes de Lagos e Vila Real de Santo António.

No que respeita a equipamento básico, destaca-se:

- Aquisição de empilhadores e respectivas baterias e carregadores para as Lotas da Póvoa de Varzim, Matosinhos, Figueira da Foz e Peniche;
- Beneficiações com aquisição de diversos equipamentos nas Fábricas de Gelo e Silos da Figueira da Foz, Sines e Lagos;
- Aquisição de Câmara Frigorífica para a Lota da Nazaré.

No geral, considera-se bom o nível de execução conseguido no Plano de Investimentos Correntes de 2009, tendo em atenção que o nível de execução no primeiro e, em parte, do segundo trimestres foram reduzidos e que no quarto trimestre (mês de Novembro), não foi possível proceder à realização de consultas, dada a obrigatoriedade de recurso a uma plataforma informática para proceder a consultas ao mercado e à inoperacionalidade temporária da plataforma que a Docapesca contratou (Vortal). Esta situação comprometeu significativamente o nível de execução nos dois últimos meses do ano de 2009.

B – INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS

Em 2009 os Investimentos Específicos inscritos praticamente não tiveram qualquer execução, pelo facto de nenhum ter tido a candidatura a financiamento pelo QCA IV aprovada. Exceptua-se a esta

regra o Projecto do Sistema de Venda Electrónica via Internet, o único que foi totalmente executado em 2009.

Em novas actividades foram registados dois projectos co-financiados ainda pelo Maris-QCA III executados nas Lotas de Viana do Castelo e Matosinhos e que não haviam sido previstos, para além de algumas verbas de fecho de projectos concluídos materialmente ainda em 2008, mas com acertos finais em 2009.

Como anteriormente referido, a taxa de execução do Plano de Investimentos Específicos foi de 6,11%.

QUADRO III

MAPA RESUMO DE INVESTIMENTOS ESPECÍFICOS (POR DELEGAÇÃO) – 2009

PROJECTOS ESPECIFICOS	Realização Prevista 2009	Realização Efectiva 2009	Realização em Percentagem
Delegação da Póvoa do Varzim	**50.000**	**0**	**0,00%**
Vila do Conde - Apetrechamento da Nova Lota	**50.000**	0	0,00%
Delegação de Matosinhos	**853.800**	**0**	**0,00%**
Matosinhos - Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado - Banda 1	**200.000**	0	0,00%
Matosinhos - Remodelação e reapetrechamento da Lota e Cais	**353.800**	0	0,00%
Matosinhos - Construção do Mercado de 2.ª Venda	**200.000**	0	0,00%
Matosinhos - Entreposto Frigorifico - Zona Propeixe; Câm. 1,2 e 3; Túnel; Portas câmaras; Div.	**100.000**	0	0,00%
Delegação de Aveiro	**75.000**	**0**	**0,00%**
Aveiro - Reapetrechamento do Cais (Cais; Defensas e Escadas)	**75.000**	0	0,00%
Delegação da Figueira da Foz	**660.000**	**0**	**0,00%**
Figueira da Foz - Remodelação e reape-trechamento da Lota e Cais	**660.000**	0	0,00%
Delegação Centro	**790.000**	**142.957**	**18,10%**
Peniche - Remodelação e reapetrecha-mento da Lota e Cais	**640.000**	0	0,00%

PROJECTOS ESPECIFICOS	Realização Prevista 2009	Realização Efectiva 2009	Realização em Percentagem
Peniche - Venda on-line	**150.000**	142.957	95,30%
Delegação Centro Sul	**305.000**	**0**	**0,00%**
Sesimbra - Remodelação e reapetrecha-mento da Lota e Cais	**305.000**	0	0,00%
Delegação de Sines	**283.569**	**0**	**0,00%**
Sines - Remodelação e reapetrechamento da Lota e Cais	**210.000**	0	0,00%
Sines - Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado	**73.569**	0	0,00%
Delegação do Barlavento	**1.020.405**	**0**	**0,00%**
Albufeira - Equipamentos dos Portos de Pescas	**135.405**	0	0,00%
Portimão - Remodelação e reapetrechamento da Lota e Cais	**700.000**	0	0,00%
Portimão - Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado	**100.000**	0	0,00%
Sagres e Portimão - Valorização dos produtos da Pesca (Etiquetas indiv. e Filmagem cxs de sardinha e outros	**85.000**	0	0,00%
Delegação do Sotavento	**703.595**	**0**	**0,00%**
S.ta Luzia - Equipamentos dos Portos de Pesca - **Algarve** - Modernização do Edif. da Lota Posto de Vendagem	**50.000**	0	0,00%
Quarteira - Equipamentos dos Portos de Pescas	**105.000**	0	0,00%
Olhão - Mercado de 2ª Venda	**60.000**	0	0,00%
Olhão - Modernização e Adaptação de Unidades para Acondicionamento e Embalagem de Pescado	**100.000**	0	0,00%
Olhão - Remodelação e reapetrechamento da Lota e Cais	**388.595**	0	0,00%

PROJECTOS ESPECIFICOS	Realização Prevista 2009	Realização Efectiva 2009	Realização em Percentagem
Projectos - Sede e Diversas Delegações	**490.000**	**176.602**	**36,04%**
Upgrade MySAP ERP 2005	**100.000**	0	0,00%
Valorização do Pescado - Certificado de Compra em Lota	**50.000**	0	0,00%
Aquacultura - Interior e Off-shore (Avaliação)	**30.000**	0	0,00%
Valorização do Pescado - Comercialização e Distribuição dos produtos da Pesca	**50.000**	0	0,00%
Valorização do Pescado - Manual de Boas Práticas	**70.000**	0	0,00%
Desenvolvimento de novos Mercados e Campanhas Promocionais - Campanha e Marca	**40.000**	0	0,00%
Novas Actividades - Estudos e Projectos de novas actividades ou actividades tradicionais da Empresa	**150.000**	176.602	117,73%
TOTAIS em 2009	**5.231.369**	**319.559**	**6,11%**

5. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO, CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA